

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CAMILLA CRISTINA SILVA

Embate entre camaradas: reconfigurações do imaginário comunista pelas  
páginas do jornal *Imprensa Popular* (1956-1958)

Mariana  
2014

CAMILLA CRISTINA SILVA

Embate entre camaradas: reconfigurações do imaginário comunista pelas páginas do jornal *Imprensa Popular* (1956-1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de pesquisa “Poder, Linguagens e Instituições”

*Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queler*  
*Co-orientador: Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira*

Mariana  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP  
2014



Camilla Cristina Silva

"Embate entre camaradas: reconfigurações do imaginário comunista pelas páginas do jornal *Imprensa Popular* (1956-1958)"

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

  
Prof. Dr. Jefferson José Queler  
Departamento de História/UFOP

  
Prof. Dr. Marcelo dos Santos de Abreu  
Departamento de História/UFOP

  
Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto  
UNIFESP

**S586e**

**Silva, Camilla Cristina.**

Embate entre camaradas [manuscrito]: reconfigurações do imaginário comunista pelas páginas do jornal *Imprensa Popular* (1956-1958) / Camilla Cristina Silva- 2014.

136f.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queller

Co-orientador: Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder, Linguagens e Instituições.

1. Comunismo - Brasil - Teses. 2. Partidos comunistas - Teses. 3. Discussões e debates - Teses. 4. Comunismo e comunicação de massa - Teses. 5. Comunismo – Revisionismo. I. Queller, Jefferson José. II. Pereira, Mateus Henrique de Faria. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 94(81):329.15

Catálogo: [sisbin@sisbin.ufop.br](mailto:sisbin@sisbin.ufop.br)

*Para meu querido vô Gustavo (1903-2000), pelas histórias contadas nas tardes chuvosas,  
pela magia de suas experiências e por possibilitar que o brilho nos olhos de uma criança se  
concretizasse em projeto de vida.  
Às minhas mães e ao meu pai,  
por me ensinarem que todos os sonhos são possíveis.*

## AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos não poderiam deixar de ser para os professores do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, pelos seis anos de ensinamentos, incentivos e inspiração. A todos os docentes que participaram dessa longa caminhada, meu carinho, respeito e reconhecimento. Meus agradecimentos, em particular, ao professor Marcelo Abreu pelas ótimas sugestões no exame de qualificação, que foram fundamentais na estruturação deste trabalho.

Em especial, agradeço aos dois mestres que me conduziram no caminho da academia desde a graduação. Ao professor Mateus Henrique de Faria Pereira pelo encorajamento, prontidão e muita paciência no decorrer dos anos. Por me estender a mão e acreditar nas inquietações de uma pesquisadora inexperiente. Ao professor Jefferson José Queler pela disposição em tornar-se meu orientador com a metade do tempo disponível para a finalização da pesquisa. Em um momento tão difícil, em que todo meu planejamento de estudo parecia desmoronar, sua serenidade foi fundamental para que eu conseguisse recolocar meus pensamentos nos eixos. Agradeço profundamente pela escuta, sugestões, solicitude, seriedade e sabedoria. Além do profissionalismo, obrigada por ser um ótimo conselheiro e tornar a vida estressante de uma mestranda bem mais leve.

A toda minha família pela compreensão e torcida. Especialmente a minha mãe, ao meu pai e a minha tia-mãe por sempre me apoiarem, me receberem com um sorriso no rosto mesmo quando o nervosismo me consumia. Por acreditarem em mim e fazerem de tudo pela minha felicidade. À Manuzinha por ficar do meu lado mesmo naqueles dias que eu não era uma boa companhia. Ao meu noivo Vinícius, não tenho palavras para retratar toda a imensa compreensão, sempre pronto a me escutar, aconselhar e mostrar que aqueles problemas que me descabelavam tinham soluções. Sem você eu não teria ido até o fim!

As minhas irmãs da saudosa República Lugar Nenhum, agradeço pelo estímulo e por compreenderem as ausências durante estes dois anos. Obrigada por sempre estarem presente mesmo com a longa distância. Aos amigos feitos no Mestrado, em particular Ana Carolina, Izaac e Riler, obrigada pela companhia, amizade e discussões.

Às cidades de Ouro Preto e Mariana pela acolhida. Respirar história em suas ruas e vielas foi fascinante!

## RESUMO

A conjuntura da segunda metade dos anos 1950 foi marcada por uma crise estrutural da tradição que regia o movimento comunista mundial, em curso desde a morte de Stálin e que teve seu estopim com as diretrizes e denúncias do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Os questionamentos, que se alastravam por partidos comunistas de diversos países, foram focados neste trabalho especificamente com relação aos revolucionários brasileiros. Neste sentido, busca-se contextualizar historicamente o debate que se instalou na imprensa do Partido Comunista do Brasil (PCB), evidenciando os posicionamentos de diversas categorias que compunham a organização, os questionamentos da tradição que os guiava e os conflitos em torno da estruturação e estratégias do coletivo. Devido à carência de estudos que interroguem primordialmente as discussões instaladas nos meios de comunicação do partido em 1956, e a primazia do semanário *Voz Operária* quando estes são feitos, foi escolhida como fonte desta pesquisa o jornal *Imprensa Popular*. Esta análise centrada no caso brasileiro tem o objetivo de demonstrar que a singularidade do período não se limitava à desintegração dos princípios stalinistas, pois também evidenciava rachaduras em toda uma narrativa mitológica que fora sacralizada em torno da União Soviética e dos princípios dali emanados para a revolução socialista e das formas de estruturação e ação dos partidos comunistas. Dessa forma, verificou-se que o debate político-partidário entre os militantes brasileiros, além de se configurar como um verdadeiro embate entre camaradas, gerou novas reflexões de como a organização deveria pensar e agir. Uma revitalização de ideias e práticas que ocasionaram o próprio redimensionamento do que era “ser comunista”.

Palavras-chave: relatório Krushev, comunistas brasileiros, *Imprensa Popular*, debate político-partidário, redimensionamentos.

## ABSTRACT

The second half of the 1950s was marked by a structural crisis of the tradition that ruled the communist world movement and was in course since Stalin's death, it reached its peak with the unleash of the reports and guidelines of the XX Congress of the Communist Party of the Soviet Union. The questions raised, that raged through many countries' communist parties, were analyzed in this research specifically regarding the Brazilian revolutionaries. Therefore it seeks to historically contextualize the debate that was settled within the press of the Brazilian Communist Party (PCB) and unveiled the diverse opinions by the many categories that composed the party, the questioning of tradition that guided them and the conflicts around collective's structuration and strategies. Due to the lack of research focused about those debates, in 1956, and the hegemony of the weekly *Voz Operária* during its period, the newspaper *Imprensa Popular* was chosen as main source of research. This brazilian case analysis has as main objective to demonstrate that the period's uniqueness wasn't limited to the decomposition of stalinists principles, it showed many cracks throughout the mythological narrative that were sacralized around the Soviet Union, the principles from there emanated to the socialist revolution and the structuration ways and action of communist parties. Therefore, was verified that the party political debate among brazilians militants, as well as became a true struggle between comrades, gave birth to new reflections about how the organization should think and act. A revitalization of ideas and practices that drove a redefinition about what meant "be communist".

Key-words: Kruschev report, Brazilian communists, *Imprensa Popular*, political-partisan discussion, resizing.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CC: Comitê Central

DOPS: Departamento de Ordem Pública e Social

EUA: Estados Unidos da América

IP: Imprensa Popular

JK: Juscelino Kubitschek

PC: Partido Comunista

PCs: Partidos Comunistas

PCB: Partido Comunista do Brasil

PCUS: Partido Comunista da União Soviética

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. UM JORNAL PARA TODOS: A (DE) COMPOSIÇÃO DO IMAGINÁRIO MARXISTA-LENINISTA NAS PÁGINAS DO IMPRENSA POPULAR.....</b>	<b>9</b>
2.1. O ofício de um porta-voz: o papel dos jornais comunistas como formuladores de consensos.....	9
2.2. A amplificação de um discurso simbólico: os “grandes heróis” na mídia partidária .....	18
2.3. Sobre fé e desencanto: o hiato de um processo condenatório.....	29
2.4. Um cenário obscuro de hesitações .....	36
<b>3. DIMENSÕES DE UM DEBATE SINGULAR: A INTERIORIZAÇÃO DA CRISE STALINISTA PELOS GRUPOS QUE INTEGRAVAM O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.....</b>	<b>38</b>
3.1. Da consciência à ação: uma discussão que se alastrava por todas as cabeças .....	38
3.2. Conflitos revelados: a divergência de opiniões no seio da militância .....	48
3.2.1. A dissolução da narrativa mitológica pela camada intelectual .....	49
3.2.2. O imaginário inalterado.....	59
3.2.3. A reestruturação da tensão máxima.....	63
3.2.4. Velhas contendidas, novas representações .....	69
3.3. Inferências heterogêneas no imaginário comunista .....	76
<b>4. NOVAS COMPREENSÕES DE “SER COMUNISTA”: AS IMPLICAÇÕES DO DEBATE PARA A (RE) CONFIGURAÇÃO DO IMAGINÁRIO PECEBISTA.....</b>	<b>78</b>
4.1. O “saneamento” simbólico do grupo comunista .....	78
4.1.1. Agildo Barata: o arquétipo do “traidor”.....	80
4.1.2. Diógenes Arruda: o “Stálin brasileiro”.....	88
4.2. Polêmicas em torno do “Cavaleiro da Esperança”: prelúdios da remissão de um mito .....	92
4.3. A “revitalização” do espírito comunista .....	100
4.4. Impactos de novos caminhos políticos e estratégicos .....	106
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>112</b>
<b>6. FONTES.....</b>	<b>116</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>125</b>

## INTRODUÇÃO

### MAIS UM MÁRTIR

Mais um filho da classe operária que tomba,  
Vítima do barbarismo da reação,  
Ozéas Ferreira teu nome ficará na história,  
Daqueles que amam a sua nação.

Defensor intransigente da causa do proletariado,  
Ozéas – não tombaste em vão!  
A bandeira que com justo orgulho defendias,  
Os trabalhadores do mundo inteiro têm no coração.

Milhões e milhões de sêres confiam na vitória das forças  
[da Paz.

Ozéas estava entre êstes com convicção,  
Amigo sincero, fraternal para com seus camaradas,  
Valente, destemido, em defesa do seu ideal, em qualquer  
[situação.

Suicídio apregoam os assassinos,  
Os cães de fila do imperialismo e da reação,  
Isto é a maior ofensa a um companheiro que tomba,  
Para que nossa Pátria consiga sua libertação.

Êste crime não ficará impune,  
Tôda humanidade progressista clama punição,  
Para os covardes assassinos CADEIA.  
O nosso povo não aceita em nosso País, fascitização.

(LUÍS SILVA)

Logo no início de 1956, o jornal *Imprensa Popular* denunciava o sumiço de um de seus funcionários: o arquivista Ozéas Francisco Ferreira. Ex-cabo da Polícia Militar, Ozéas havia participado do “Levante de 1935”, quando fora preso. Ao sair da cadeia passou a trabalhar para a “imprensa do povo”. Trabalho que cumpria assiduamente. Mas na segunda-feira, dia nove de janeiro, os trabalhadores deram falta de seu companheiro. Nos dias seguintes, o diário carioca lançou uma campanha por informações sobre o paradeiro de Ozéas.

A suspeita, agravada no decorrer do tempo, era de que ele havia sido sequestrado pela polícia política. As páginas do jornal ficaram abarrotadas de artigos e mensagens indignados com seu desaparecimento. Os operários organizaram protestos emocionados pela capital. Diante de tanta repercussão, nomeou-se uma comissão na Câmara para investigar o caso. Mas, nada de Ozéas.

Decorrido um mês desde que o funcionário não comparecera ao seu escritório, publicava-se com pesar no *IP* a notícia de sua morte. Do cadáver encontrado por operários em local de difícil acesso, só restava alguns pedaços deixados pelos urubus e a carteira jornalística encontrada no seu bolso. Os repórteres do jornal “*Luta Democrática*”, que diante da inação das autoridades foram investigar a denúncia dos trabalhadores, por “circunstâncias diversas” acreditavam em “crime”. “Um monstruoso crime cuja culpa cabe à polícia que o sequestrou e consumiu”<sup>1</sup>.

A finalização do inquérito sobre seu falecimento chegou à conclusão de que Ozéas havia cometido suicídio. Conclusão rechaçada veementemente pelo *IP*. Para este, como para muitos homens que se atentaram aos indícios de sua morte, o companheiro havia sido “trucidado”. Refutando a versão policial, o diário recorreu a diversas opiniões de especialistas acerca do acontecido. Dentre as evidências apresentadas para justificar o assassinato de Ozéas pela polícia política, podemos enumerar: a inércia da polícia frente ao comunicado dos operários sobre o corpo encontrado nas matas da Tijuca, sendo necessário, após dez dias de silêncio, que estes fossem até um jornal para denunciar o crime; a declaração de um homem chamado Natanael Jorge de Carvalho de que fora conduzido pela polícia para a mesma mata e obrigado a pular no abismo que Ozéas fora achado, mas salvo de tal destino por populares; o afastamento de um dos policiais que participava das investigações quando afirmou publicamente em entrevista que a hipótese do suicídio era absurda<sup>2</sup>.

As repercussões de sua morte extrapolaram o âmbito nacional. No jornal carioca chegavam diversas mensagens de profissionais da imprensa de outros países lamentando seu “assassinato”. Poemas, protestos, manifestações comovidas expressavam recorrentemente a indignação com a brutalidade a que o arquivista foi submetido. Seu nome foi lembrado com grandeza por todo aquele ano de 1956. Ozéas tornou-se um mártir, uma vítima da

---

<sup>1</sup> Encontrado Ozéas assassinado nas matas do Alto da Boa Vista. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.730. 07 de fevereiro de 1956, p. 02.

<sup>2</sup> Ozéas, mais uma vítima da sanha criminosa da polícia política. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.731. 08 de fevereiro de 1956, p. 01-02; Tenta a polícia dar como verdadeira a versão de que Ozéas se suicidou. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.740. 21 de fevereiro de 1956, p. 01-02.

“truculência” da reação; e um “herói”, que encarnava as qualidades de um comunista modelo. Um “homem de coração bom e puro, de comportamento moral ilibado, e sobretudo ativo combatente da causa do povo”<sup>3</sup>. Era admirado como mais um “companheiro que tomba”, um comunista pronto a defender o povo e lutar por um mundo mais justo.

Ser comunista não era uma escolha fácil, nem mesmo naqueles anos em que o Partido Comunista do Brasil teria desfrutado de um regime de “semilegalidade”. A inserção na militância revolucionária implicava perigo, devido às perseguições, torturas e prisões que, em casos extremos, levavam até à morte. Além disso, o militante tinha que suportar a rígida disciplina partidária, executando as ordens de um partido clandestino, e lidar com o preconceito difundido contra o comunismo. Em contrapartida, ser comunista significava pertencer a um grupo que se identificava como a vanguarda da revolução mundial e trazia a esperança de um “mundo melhor”. Era fazer parte de um ideal tão elevado, uma “utopia” tão grandiosa que alentava corações de homens e mulheres a dedicar os melhores anos de suas vidas às exigências coletivas. E assim, encontravam no comunismo “o projeto de sua existência e de sua identidade social”. Apesar de todos os riscos, milhões de seres humanos escolheram se desprender de um caminho existencial estável nos limites do regime capitalista e lutar pelas transformações econômicas, políticas e nas relações sociais, através de uma nova concepção de mundo. Eram “homens diferentes dos outros”, “feitos de uma ‘têmpera especial’”, como definiam a si mesmos<sup>4</sup>.

O sentimento de pertencimento ao PCB, ao honroso “partido de Prestes”, era insuflado pela crença na inevitabilidade da revolução socialista e por um imaginário que elegia a organização e seus dirigentes como os detentores da sabedoria e dos valores necessários para a condução deste processo. Permeado por um discurso mítico e por mecanismos que promoviam a coesão do grupo em torno da cúpula partidária, o imaginário comunista tratava-se de um conjunto de simbologias, pelo qual os pecebistas “reproduziam seus valores e normas, descreviam a sociedade e designavam a si mesmos perante ela, distribuía m identidades e papéis sociais, expressavam as necessidades coletivas e estabeleciam os fins que se queria alcançar”<sup>5</sup>. Dentre os valores, elencavam-se: o arquétipo da revolução socialista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os modelos dos líderes

---

<sup>3</sup> Ozéas, mais uma vítima da sanha criminosa da polícia política. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.731. 08 de fevereiro de 1956, p. 02.

<sup>4</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Eduff: Mauad, 2002, p. 13.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.22.

soviéticos, as qualidades primazes dos dirigentes, o “homem providencial” encarnado na figura de Luiz Carlos Prestes e a supremacia do PCB como a encarnação da “vontade coletiva” e possuidor de um “saber maior”. Fazer parte do partido significava ao militante experimentar sensações de superioridade, uma vez que passava a integrar “um estado-maior que vai transformar o mundo e possuir as chaves de sua compreensão”<sup>6</sup>.

As organizações comunistas representadas como estados-maiores revolucionários compreendem, além dos postulados míticos que cercavam a narrativa em torno da inevitabilidade da revolução socialista e da indispensabilidade do partido como vanguarda deste processo, mecanismos responsáveis pela coesão da militância partidária. Elencados na estratégia denominada por Daniel Aarão de *tensão máxima*, tais procedimentos visavam mobilizar os militantes de camadas inferiores a partir da formação de consensos acerca de questões basilares no que concerne à estrutura partidária, às qualidades daqueles que integravam a direção, às ações do partido, ao papel de cada indivíduo na instituição e às concepções marxista-leninistas. Além da dimensão sacralizada que envolvia o discurso pecebista, referente à missão revolucionária, à eleição de líderes exemplares para desenvolvê-la e ao determinismo histórico, estes mecanismos de coesão possibilitavam a aquiescência consistente da militância à rígida disciplina partidária e às decisões do Comitê Central. Deste modo, a internalização do imaginário comunista pelo militante era recorrentemente mobilizada por esta ambiência apreensiva que tais mecanismos engendravam.

Todavia, os acontecimentos do ano de 1956 demonstrariam que a estratégia da *tensão máxima* não era inabalável. No final de fevereiro foi realizado o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, no qual as deliberações aprofundavam as propostas de eliminação do culto à personalidade. Nesse ínterim, o então secretário-geral do partido, Nikita Krushev, reuniu uma comissão formada por membros de alguns países e leu seu famoso relatório “secreto”, que continha denúncias sobre crimes e violações dos ensinamentos de Lênin cometidos por Stálin. Lançavam-se dados sobre extermínios, execuções em massa e perseguições políticas que pasmaram os delegados presentes na reunião. Para justificar a inação de muitos dirigentes do partido frente às atitudes do líder, Krushev revelava como o culto à personalidade os cegava, consistindo na “fonte de toda uma série de perversões graves e cada vez mais sérias dos princípios do Partido, da democracia do Partido, da legalidade

---

<sup>6</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 119.

revolucionária"<sup>7</sup>. Tal relatório decompôs a figura de Stálin: adoração virara repúdio, o Deus se transformava em Demônio.

Meses depois, em diversas partes do mundo discutiam-se vigorosamente as condenações emanadas de Moscou. Enquanto isso, no Brasil, tudo estava quieto. A delegação brasileira enviada ao congresso passeava pela Europa e Ásia, a direção pecebista permanecia emudecida e os militantes brasileiros atônitos. Somente em outubro o silêncio foi rompido pela camada intelectual do partido, que iniciou um debate pela imprensa comunista, sem a anuência dos dirigentes. A partir daí, as manifestações abarrotaram as redações dos jornais partidários, que adequaram sua própria estrutura àquela conjuntura singular que se abria. No decorrer das discussões, os ânimos exaltavam-se, muitos militantes formulavam críticas à estrutura do PCB, sua subordinação ao partido soviético, sua atuação desacertada com a realidade nacional e a falta de democracia interna na tomada das decisões políticas e estratégicas. Neste âmbito, a narrativa mitológica, que cercava a tradição marxista-leninista, a superioridade do partido comunista e a celebração de personalidades, sacralizada por concepções e rituais arraigados no imaginário coletivo, entrava em crise. Foram sete meses de debate intenso, com seus intervalos de maior liberdade e restrições determinadas pelo Comitê Central, que acarretou novos dimensionamentos da relação militância-partido e das categorias que formavam a sub-sociedade pecebista, novas concepções acerca do “espírito comunista”, dos modelos exemplares, do mito político em torno da revolução socialista e seus “guias”. Período que marcaria para sempre os rumos do PCB, suas orientações políticas e a vida daqueles revolucionários, que conduzidos pelo imaginário sagrado da vitória do Bem contra o Mal, não titubeavam em dar o melhor de si à causa da revolução. Os comunistas daquela conjuntura “viveram o primeiro grande drama de tentar renovar o PCB, sabendo que a empreitada importava transcender a própria identidade”<sup>8</sup>.

À vista das questões colocadas até o momento, buscamos identificar neste trabalho os diferentes impactos das resoluções do XX Congresso soviético, especialmente relativos às denúncias atribuídas ao relatório Krushev, nas camadas que formavam o partido comunista, no Brasil. Nesse sentido, procuramos analisar as vicissitudes desencadeadas com a crise mundial do movimento comunista em 1956, nas definições do que era “ser comunista”, das mitologias políticas que os envolviam, das configurações dos partidos e da relação entre a

---

<sup>7</sup> COSTA, R. O XX Congresso do PCUS e o PCP. In "*Estudos sobre o Comunismo*", 1985, n.º 3/4:1-15.

<sup>8</sup> SANTOS, Raimundo. *O pecebismo inconcluso*. Seropédica, Itaguaí, RJ, Ed. Sociedade do Livro/UFRRJ, 1992, p. 54.

tradição soviética e as conjunturas nacionais para a edificação dos caminhos da revolução em cada país. Centrando a análise no caso brasileiro, nosso objetivo é sugerir que a singularidade daquele período não se refere somente à desintegração dos princípios stalinistas, mas também às rachaduras em toda uma narrativa mitológica, sacralizada em torno da União Soviética e dos princípios dali emanados para a revolução socialista, e nas formas de estruturação e ação de partidos comunistas.

Para investigar as dimensões dos questionamentos instalados no final dos anos 1950, nos deteremos a um jornal específico da imprensa pecebista, que foi palco de um debate acalorado e amplo: o diário carioca *Imprensa Popular*. A escolha foi amparada devido à incumbência de seu projeto fundacional, de ser uma publicação voltada para a inserção em diferentes círculos nacionais, alcançando um público que ia além das esferas comunistas. Além do mais, a sua utilização, ao invés do jornal oficial do partido, o semanário *Voz Operária*, foi definida porque o órgão procurava encobrir sua vinculação ao PCB, possuindo uma ótica da realidade mais independente da cúpula partidária. Nesse sentido, nossa hipótese é que o papel do jornal foi de grande importância para estender as discussões a um público mais amplo e conduzir o debate de forma mais livre, possibilitando que em suas páginas o embate de opiniões fosse mais intenso.

No decorrer do trabalho, buscamos compreender as implicações na utilização de um jornal diário, não declarado oficialmente como órgão do Partido Comunista do Brasil, nas profundas discussões instaladas na imprensa e suas resultantes: crise da tradição soviética como modelo e crise interna partidária, ocasionando novas perspectivas e estratégias para a orientação política pecebista. Assim, explicamos a amplitude do debate, as rupturas com a tradição e sua influência na atuação dos comunistas brasileiros, a abrangência dos questionamentos, revelando a singularidade daquele período para a história do partido brasileiro. A importância daquela conjuntura situa-se no questionamento das posturas revolucionárias de viés stalinista e nas leituras dos pecebistas daquelas “nuvens que passavam em suas cabeças vindas do Leste”, que culminaria, entre os anos 1970 e 1980, em novas propostas estratégicas que se embasavam na necessidade de ultrapassar os paradigmas marxista-leninistas.

Para cumprir estas tarefas, começamos esta dissertação nos atentando para as especificidades dos meios de comunicação comunista, o papel do *IP* neste sentido, sua dinâmica interna e os enfoques trabalhados pelo jornal antes da abertura do debate acerca das

deliberações soviéticas. Assim, especificamos o peso da tradição pelas páginas do jornal e os discursos/ritos em torno das personalidades comunistas, anteriores aos questionamentos profundos perpetrados pela militância partidária. Foi o momento de desvendar a reação do PCB ante os rumores da condenação de Stálin, as repercussões do relatório no contexto geral brasileiro e o papel do diário naquele intervalo de perplexidade e mutismo que envolvia os comunistas do Brasil.

Em um segundo momento, tratamos especificamente nas dimensões do debate político-partidário, a identificação de grupos específicos e seus posicionamentos, as questões primordiais enfocadas e a reconfiguração de hostilidades veladas no seio das fileiras pecebistas. Neste sentido, definimos não só os argumentos de cada categoria social que formava o PCB, como também os interesses destas ao expressar suas opiniões. Ressaltamos ainda as particularidades da discussão, sua extensão e os significados que trazia para a estruturação dos partidos comunistas tal como era edificada. Podemos assim compreender a relevância daquele processo, por caracterizar o momento em que o partido brasileiro se via fragmentado por diferentes concepções acerca do marxismo-leninismo e de sua própria atuação, em um verdadeiro “embate entre camaradas”.

Por fim, no terceiro capítulo analisamos os impactos da luta de opiniões encetada em 1956, tanto nas questões práticas: como na disposição da comunidade comunista, a estrutura do partido, as cisões desencadeadas, as consequências para o *IP*; quanto no conteúdo teórico: as fissuras no imaginário mitológico e as tentativas de formação de uma nova orientação política. Evidenciamos ainda como a tendência que saía vitoriosa da luta interna composta no núcleo do partido elegeu os “grandes culpados” de todas as deturpações partidárias e promoveu um verdadeiro expurgo de seus opositores. A partir daí, foram traçadas as diretrizes “necessárias”, tendo em vista o questionamento de bases da tradição, para a criação de uma linha política peculiar na história do PCB. Era a configuração de um projeto político, identificado por “pecebismo”, que lançava novos olhares sobre a conjuntura nacional e aos poucos passava a assimilar outras perspectivas entre rachaduras da “couraça ideológica”.

Se conseguirmos no decorrer destas páginas cumprir com os propósitos desta pesquisa, poderemos demonstrar que a crise do movimento comunista mundial desencadeada nos anos 1950 foi responsável por mudanças complexas no espírito da militância, projetando o redimensionamento das relações entre militantes e organização e nas formas de atuação dos comunistas na realidade brasileira. Transformações que ultrapassavam os limites do

imaginário que envolvia o PCB desde sua fundação e a disposição do “ser pecebista” no interior do projeto concreto em busca da revolução brasileira. Além disso, conseguiremos apresentar o jornal carioca como um micro-organismo que representou em pequena escala as contingências de uma sub-sociedade. Os olhares, composições e decomposições de um discurso mítico, as renovações do que era “ser comunista” e as decepções irrevogáveis que permitiram a muitos militantes, e grande parte daqueles que compunham o jornal, retornar ao mundo “profano”, em uma espécie de catarse da condição existencial que antes regia as noções de crer e agir dos comunistas brasileiros.

## CAPÍTULO 1

### ***Um jornal para todos: a (de) composição do imaginário marxista-leninista nas páginas do *Imprensa Popular****

Neste capítulo, procuramos refletir sobre as finalidades da imprensa comunista, particularmente evidenciando o papel do *IP* na composição do projeto pecebista de publicações voltadas para a “grande massa”. Inserindo o diário carioca tanto no contexto interno, no formato da execução de seus trabalhos como órgão vinculado ao PCB, quanto no externo, no âmbito das realidades nacional e internacional, exploramos os focos de análise dominantes nas páginas do noticiário antes da abertura do debate a respeito do relatório Krushev. Desta forma, buscamos entender como o elo com o partido comunista, expresso muitas vezes de maneira tímida, refletia-se nas seções e matérias do jornal, assim como de que modo a tradição soviética era articulada pelos jornalistas.

#### **2.1. O ofício de um porta-voz: o papel dos jornais comunistas como formuladores de consensos**

(...) a função da imprensa é ser o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme a sua liberdade... o dever da imprensa, portanto, é minar as bases do sistema político existente<sup>9</sup>.

Nossa imprensa deve ser combativa e polêmica, saber convencer, mas também desmascarar<sup>10</sup>.

Em 1º de maio de 1925, o Partido Comunista Brasileiro, ainda sob a legenda de Partido Comunista do Brasil, efetivava a teoria marxista sobre a importância da imprensa na educação dos trabalhadores, através da criação do seu primeiro jornal: o semanário *A Classe Operária*<sup>11</sup>. A vivificação de uma exigência constante na realidade dos comunistas, em grande

---

<sup>9</sup> MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Tradução Brasileira de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 68.

<sup>10</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso, 07 de novembro de 1954. In: CARONE, Edgar. *O PCB: 1943-1964. (Vol. II)*. São Paulo, DIFEL, 1982.

<sup>11</sup> É importante ressaltar que, ainda em 1922, ano de fundação do PCB, Astrojildo Pereira criou a revista *Movimento Comunista*, que visava articular grupos comunistas influenciados pela revolução de 1917 para a

parte da sua trajetória marginalizados e imersos na clandestinidade<sup>12</sup>, apresenta-se como o início de um processo de intensificação da luta pela inserção no espaço social brasileiro, ao mesmo tempo em que, esses meios de comunicação partidários despontavam como “lugares de produção de estratégias que objetivavam reformular o processo”<sup>13</sup>. Em outras palavras, além de suportes ideológicos de agitação, propaganda e instrução dos trabalhadores, os jornais, revistas e folhetins comunistas tinham um enfoque na criação de consensos, arquitetados pela tradição marxista-leninista, como elementos indispensáveis à dominação da vanguarda perante aos militantes, ao proletariado e seus aliados.

Neste âmbito, partimos da perspectiva do autor Dênis de Moraes, ao considerar a imprensa comunista como um “aparelho privado de hegemonia”, ou seja, “organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito”, que “atuam em espaços próprios, interessados em explorar as contradições entre as forças que integram o complexo estatal”<sup>14</sup>. Assim, ele observa que agindo como instrumentos de sustentação da dominação partidária, os meios de comunicação comunistas executavam seu projeto revolucionário, sobretudo sua proposta de solapar o regime vigente, através da conquista do público-alvo, militantes e simpatizantes, em primeiro lugar, e a classe operária, com a transmissão dos acontecimentos em uma ótica particularizada, interpretada pela doutrina marxista-leninista. A partir desta estratégia de conquista de setores sociais, as publicações comunistas se caracterizavam como os principais instrumentos de articulação das diversas camadas da sociedade para a efetivação da linha política revolucionária adotada.

A preocupação principal dos órgãos de publicidade do PCB era “ser para o outro”, em construir significações que conduziam os receptores a internalizar e empregar as propostas partidárias. E este papel foi um componente iniciador do cosmo estrutural dos partidos comunistas, se os considerarmos como “estados-maiores revolucionários”, pois, nesta internalização estaria intrínseco o próprio princípio de “ser comunista”, da subordinação

---

criação de um partido. Em 1º de julho de 1923, a Internacional Comunista recomendou ao PCB que tal revista fosse transformada em um jornal, sob o título de “A Classe Operária”. Assim, no II Congresso partidário, em 1925, decidiu-se pela criação do jornal, que circulou com algumas interrupções como órgão oficial do partido até 1952. Após dez anos, com as cisões provocadas no interior partidário em 1961 e a consequente formação do PCdoB, *A Classe Operária* foi relançada como órgão oficial do novo partido. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Verbete – Classe Operária, A*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV.

<sup>12</sup> É válido lembrar que o PCB usufruiu da legalidade somente nos seguintes períodos: março a julho de 1922; janeiro a agosto de 1927; março de 1945 a maio de 1947; após 1985. Ver: PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1995.

<sup>13</sup> MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio: José Olympio, 1994, p. 42.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 43.

individual ao grupo, da disciplina partidária, da celebração da autoridade e da irrefutabilidade das diretrizes políticas. Nesta ótica, os mecanismos de coesão arquitetados pelas organizações revolucionárias eram evidenciados na função da sua imprensa. Esta se estendia desde a educação ideológica e formação de consensos, embasados na interpretação marxista-leninista, à elevação do partido como o “guia” que possuía o domínio do futuro e o “salvador” que lutava pelos “interesses históricos da classe que redimirá a humanidade”. Condições indispensáveis para propiciar a destruição das bases do sistema político existente<sup>15</sup>. Enfim, promover a adoção por parte do público-alvo do “espírito do partido”, que pressupõe um envolvimento existencial, além do político. Em contrapartida, estes instrumentos de coesão lembravam aos filiados do partido quão sagrada e ao mesmo tempo árdua era sua missão, mas recompensada pela “honra de ser um revolucionário; a alegria do dever cumprido; o prazer de sacrificar-se pelo futuro; a glória de lutar pela humanidade, pelo Bem Maior”<sup>16</sup>.

Do ponto de vista prático, as dificuldades de manter a imprensa comunista em uma história marcada por constante ilegalidade foram profundas. Apenas em três períodos, os jornais pecebistas puderam circular livremente ou no regime de semilegalidade: entre 1945 e 1947; nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart; e após a abertura política de 1979. Em 07 de maio de 1947, o recrudescimento do governo Dutra levou à cassação do registro eleitoral do PCB e a posterior anulação dos mandatos de seus parlamentares. A existência do jornal *Tribuna Popular*, e suas investidas contra o regime tornavam-se inexecutáveis, levando à sua suspensão em dezembro daquele ano<sup>17</sup>. A necessidade de manter um órgão de imprensa com as características do *Tribuna*, entre as quais a vinculação com as “massas” através da proposta de investir em publicações mais amplas do que o jornal oficial do partido, levou à criação, no decorrer de 1948, do diário carioca *Imprensa Popular*, fonte primordial deste trabalho. Segundo Jorge Ferreira, “não se tratou, no entanto, da substituição de um por outro. Com a orientação política “sectária” do ‘Manifesto de Agosto’, *Imprensa Popular* apresentava linha editorial afinada com o radicalismo do documento”<sup>18</sup>.

Dentre os redatores, muitos advindos do antigo jornal, estavam: Pedro Motta Lima, Aydano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir, Paulo Motta Lima e Moacir Werneck de Castro.

---

<sup>15</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Op. cit.* (1990), p. 113.

<sup>16</sup> SABARÁBUSSÚ, Pedro. (1923) Apud PANDOLFI, Dulce. *Op. cit.*, p. 37.

<sup>17</sup> O jornal foi criado em 1945, após a legalização do partido. Com a proposta de ser um jornal de “massas”, possuía uma relativa autonomia em relação ao PCB, apesar da vinculação à linha partidária estabelecida pela cúpula pecebista. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes *Verbete – Tribuna Popular*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV.

<sup>18</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. Os comunistas e os Novos Rumos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho 2011, p. 01-02.

Já nos primeiros anos de atuação, devido à orientação radical e às denúncias perpetradas nas páginas do *IP*, empastelamentos e suspensões foram frequentes. Além das dificuldades externas, em governos com cerceamento das liberdades, as adversidades internas não podem ser diminuídas. A partir de 1955, com intensificação após as discussões decorrentes do XX Congresso, eclodiram divergências entre membros do jornal e dirigentes do partido. Conforme Aydano do Couto Ferraz, o controle da cúpula partidária restringia a própria estrutura da publicação, como, por exemplo, determinando que somente membros do Comitê Central pudessem escrever no rodapé das páginas<sup>19</sup>.

Entre 1956 e 1958, recorte norteador desta pesquisa, as diretrizes que orientavam os trabalhos da imprensa comunista eram, teoricamente, aquelas expressas no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado em 1954<sup>20</sup>. Dizemos teoricamente, pois na prática, desde o suicídio de Getúlio em agosto do mesmo ano, as orientações de 1948-50, que foram expandidas no IV Congresso, não condiziam com a atuação partidária. A oposição pecebista ao segundo governo Vargas, desencadeou a reprovação popular nas reações ao seu suicídio, provocando até a depredação de jornais legais vinculados ao PCB, em Belo Horizonte e Porto Alegre. Tais acontecimentos conduziram a uma mudança na ação dos comunistas, que passavam a pregar a relação com os trabalhistas e plataformas claramente reformistas.

No momento de sua edição, em novembro, a linha aprovada pelo partido, baseada no radicalismo do início da década de 1950, se tornava obsoleta e incompatível com a prática comunista. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, o programa “não correspondia mais ao que os comunistas vinham fazendo e dizendo em público. Entretanto, ficaria ali, nos arquivos, cada vez menos visitado e referido até a revogação formal, que só veio alguns anos mais tarde”<sup>21</sup>. Logo, neste período, a conduta do partido é caracterizada pela dubiedade: teoria radical e prática reformista. No que concerne especificamente aos critérios para as atividades da imprensa, a intervenção de Maurício Grabois ao IV Congresso, assinalava como prioridades o aperfeiçoamento para a educação política do povo, através de linguagem mais acessível,

---

<sup>19</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes *Verbete – Imprensa Popular*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV.

<sup>20</sup> Reiterando as diretrizes do IV Congresso, em meio às discussões do XX Congresso do PCUS, no dia dezanove de fevereiro foi publicado na íntegra pelo jornal *Imprensa Popular* o programa aprovado em 1954. Cf.: Programa do Partido Comunista do Brasil. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.739. 19 de fevereiro de 1956, p. 05-06.

<sup>21</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964, In: Ridenti, Marcelo; Aarão Reis Filho, Daniel (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60 (Vol. 5)*. Campinas- SP. Editora Unicamp, 2002, p. 88.

melhoria na propaganda, publicação de clássicos marxistas e elevação dos conteúdos dos jornais, expressando a doutrina marxista-leninista e as diretrizes da linha aprovada em 1954<sup>22</sup>.

Estruturalmente, o *IP* era constituído entre seis até oito páginas, divididas entre: editorial diário de denúncias; seções que tratavam de assuntos do cotidiano da capital e do Brasil; reportagens voltadas ao contexto internacional, que, em grande parte, exaltavam o progresso da URSS e das democracias populares, em contrapartida, matérias de “ações inescrupulosas” dos EUA, dentre outros países “imperialistas”, contra o Brasil e demais regiões “coloniais e dependentes”; páginas de esportes e eventos culturais; página feminina; artigos de jornalistas e personalidades comunistas, principalmente aos domingos. Após a abertura do debate sobre o relatório apresentado por Krushev no congresso soviético, a estrutura do jornal se modificou, especialmente pela criação da seção “Tribuna de Debates”, que se manifestava entre meia a quatro páginas do jornal, visando à publicação da enorme quantidade de artigos recebidos.

Além disso, as críticas suscitadas a alguns redatores do *IP* no decorrer da discussão, acarretaram a suspensão de algumas colunas e o desaparecimento de artigos que eram publicados dispersamente por integrantes do jornal. Destacamos a ausência súbita da coluna contínua “Ponto Pacífico”, escrita pelo jornalista Egydio Squeff, presente nas edições analisadas até novembro de 1956. Acreditamos que o ponto culminante para a suspensão da coluna, foram as contendas que surgiram após a divulgação do artigo de Octávio Brandão, intitulado “A política de quadros”, alvo de desaprovações por um lado e de cumplicidade por outro. Dois dias depois da publicação deste artigo nas páginas do diário carioca, Squeff utilizou sua coluna para deflagrar violentas críticas à posição do autor e mesmo ataques pessoais à Brandão. Uma saraivada de artigos, repudiando a atitude do colunista chegou ao jornal, elevando os conflitos entre as camadas constituintes do partido, como veremos posteriormente. Após esta declaração, a coluna não mais apareceria nas páginas do *IP*<sup>23</sup>.

É necessário salientar que a conjuntura que engloba o recorte proposto é singular no que tange a uma fissura de legalidade facultada ao partido comunista. A aproximação dos trabalhistas, principalmente em torno do PTB, “irmãos e companheiros de lutas”, e o apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência revelavam como seria a atuação pecebista

---

<sup>22</sup> GRABOIS, Maurício. Agitação e propaganda para milhões, fator decisivo para a vitória do Programa do Partido, novembro de 1954. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, n. 291. 11 de dezembro de 1954, p. 03.

<sup>23</sup> SQUEFF, Egydio. Ponto Pacífico. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.957. 06 de novembro de 1956, p. 03.

durante os primeiros anos do seu governo. Em contrapartida, o presidente propiciou uma espécie de semilegalidade ao partido, pela qual havia possibilidades de acordos políticos levarem à candidatura e eleição de comunistas na legenda de outros partidos, mesmo que os cerceamentos das liberdades ainda existissem. Desta forma, assim como outros jornais partidários divulgados em diversas regiões, havia uma relativa autonomia destas publicações, que buscavam produzir matérias acerca do cotidiano das cidades, com plataformas de luta contra carestia de vida, de acontecimentos internacionais relevantes para a agenda comunista, sempre voltadas para despertar nos seus leitores uma identificação com as denúncias em suas próprias trajetórias e também com as formas de alcance de um mundo diferente. Esta formalização se diferenciava do órgão de publicidade oficial do PCB, o jornal *Voz Operária*, pois este, apesar de apresentar interregnos de abertura a reportagens e matérias de noticiário mais amplo, primordialmente ocupava-se da divulgação de documentos referentes ao Comitê Central do partido e às resoluções dos outros PCs, com destaque ao PCUS.

Apesar desta legalidade transmitida à imprensa comunista, a história do *IP* seria marcada por perseguições, empastelamentos, suspensões e prisões de funcionários. Somente em 1956, as páginas do diário comunista denunciavam quatro episódios de arbitrariedades contra o próprio jornal e ainda a invasão da revista pecebista *Problemas*. As violações a sucursais do *IP* incorporavam um processo que se iniciou no governo JK, sob tutela do Ministro da Justiça, Nereu Ramos, que visava ao fechamento definitivo de jornais considerados “comunistas disfarçadamente”. Imediatamente, as páginas do diário tornaram-se cenário de uma campanha de defesa de sua permanência, com a divulgação da opinião de várias personalidades políticas, jurídicas e intelectuais, demonstrando a iniquidade de tal processo. Como exemplo, na edição do dia 10 de julho de 1956, o jornal trazia o depoimento do deputado Gabriel Passos, que afirmava não haver motivos para cessar os trabalhos do *IP*, pois

No campo das idéias, qualquer jornal tem o direito, que lhe assegura o estatuto fundamental do país de seguir a orientação política ou doutrinária que julgue melhor, como tem, igualmente, o direito de fazer, pelas suas colunas, a propaganda das idéias que esposa<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Declara o jurista e deputado Gabriel Passos: nenhum jornal pode ser fechado por defender ideias comunistas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1. 857. 10 de julho de 1956, p. 01-02.

Mesmo que as críticas e investidas se dessem com maior furor contra o Ministro da Justiça, elas resvalavam no presidente, contribuindo para a decomposição de sua imagem frente aos comunistas. A figura vacilante, com interlúdios admissíveis, de Juscelino, influenciada pela composição de forças contraditórias em seu governo, “progressistas e entreguistas”, passaria a ser identificada por uma desmoralização acelerada. O caráter progressista, nacionalista e democrático avaliado em algumas ações do presidente, passava a ser suprimido pelos atos “entreguistas” e “antidemocráticos” que efetivava contra as liberdades. Conforme as denúncias do jornal, “o que Juscelino visa é ser êle mesmo o ditador que os americanos insistem em impor ao Brasil”<sup>25</sup>.

O agravamento da situação viria em outubro de 1956, quando foi lançado ao Congresso um projeto de lei com restrições à atuação dos meios de comunicação, que passariam a ser considerados “serviço público”, dependendo de licença para o funcionamento. No mesmo sentido, os delitos de imprensa seriam considerados questões de “segurança de Estado”. O “projeto rolha”, também denominado “lei do arrocho”, por muitos jornais cariocas e paulistas, apontava uma distinção entre “a boa e a má imprensa, entre os princípios da ordem e da desordem, da conservação e da subversão”<sup>26</sup>. A denúncia do *IP* acerca da proposta evidenciava que no artigo 40, se facultava “à polícia o poder de apreender jornais ‘em caso de urgência para o restabelecimento da ordem pública’”<sup>27</sup>. Ou seja, salvaguardar a ordem se legitimava como componente ideológico principal do governo Kubitschek. Conforme Miriam Limoeiro Cardoso, “a defesa da ordem, da lei, da Constituição, do regime” correspondia à própria defesa da candidatura do presidente e de sua manutenção no poder<sup>28</sup>. O projeto, apesar de não chegar a ser votado, provocou uma intensa discussão durante dois meses nas páginas de grandes jornais do país e principalmente nos que mais seriam afetados, a imprensa de oposição ao regime.

Além do engajamento do *IP* com denúncias acerca das restrições às liberdades de imprensa, o período estudado foi marcado por diversas campanhas de interesses nacionais e internacionais e de amparo aos trabalhos do jornal. Em uma conjuntura mais ampla, o noticiário envolveu-se em diferentes empreendimentos, dentre eles: contra a política de

---

<sup>25</sup> Plano fascista contra a liberdade de imprensa: fechamento da Imprensa Popular e outros jornais trama Kubitschek. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.840. 20 de junho de 1956, p. 01-02.

<sup>26</sup> BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 222.

<sup>27</sup> Alerta a todos os jornalistas e democratas. Enviado ao Congresso o projeto conta a liberdade de imprensa. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.935. 10 de outubro de 1956, p. 01-02.

<sup>28</sup> CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento —Brasil: JK-JQ*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.157.

concessão do petróleo e minérios atômicos a empresas estadunidenses; contra a entrega de Fernando de Noronha para transformar-se em base militar dos EUA, visto como uma afronta à soberania brasileira; a favor da nacionalização do canal de Suez; pela anistia de jornalistas, presos políticos e especialmente de Prestes. No âmbito interno, de estruturação do jornal, podemos evidenciar como o principal esforço a realização da “Campanha dos 20 milhões”. Iniciada em julho de 1956, tal campanha consolidava os pedidos constantes de ajuda perpetrados nas páginas do jornal, para seu melhoramento. Em contrapartida, acompanhava as resoluções do PCB para sua imprensa, no que se refere à intensificação do progresso gráfico dos jornais, à aceleração do trabalho editorial e ao aumento de seu poder de vendagem.

Precisamos salientar as dificuldades de se produzir um jornal vinculado a um partido institucionalmente ilegal, e sem a ajuda de grupos financeiros. Em várias edições, observamos notas explicativas da diminuição das páginas do diário, devido a dificuldades financeiras no conserto de máquinas e compra de papéis. Assim, o objetivo era recolher 20 milhões de cruzeiros de “amigos e leitores” para reequipar o jornal. Neste projeto, além da ajuda financeira solicitada, o *IP* abria suas páginas a debates sobre como o jornal deveria ser feito, “com que novas qualidades, conteúdo, amplitude e para que objetivos”<sup>29</sup>. Conforme o artigo de Rivadávia Mendonça, “a nossa ‘campanha de ajuda’ tem assim o caráter de ação e debate e, intensificando-os ambos concomitantemente, atingiremos mais rapidamente o nosso alvo que é uma grande imprensa a serviço de nosso povo”<sup>30</sup>. Outra estratégia utilizada para angariar fundos e publicidade foi a criação do concurso da rainha do *IP*, a ser realizado no final da campanha, programada para outubro, mas que acabou se estendendo até novembro.

Um fato curioso ocorreu no decorrer desta iniciativa. Supostamente, a polícia política a teria utilizado na tentativa de estabelecer uma relação intrínseca do jornal carioca com o PCB. A denúncia, feita pelas páginas do *IP*, apontava que o DOPS estaria enviando circulares a personalidades que apoiaram o projeto, em nome da “Comissão Organizadora do Departamento de Ajuda à Imprensa Popular”. Neste documento, o órgão teria vinculado a campanha a uma “arma muito mais poderosa para o desenvolvimento da Plataforma Patriótica de Unidade e de Ação do Partido Comunista do Brasil”. Diante deste acontecimento é primordial destacarmos a reação imediata da publicação para rebater as acusações. O diário

---

<sup>29</sup> MENDONÇA, Rivadávia. Ação e debate por uma grande imprensa. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.932. 06 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>30</sup> *Idem*.

justificava prontamente que tal campanha não faz “alusão ao PCB ou a qualquer outro partido”, sendo que as circulares não passavam de “uma grosseira provocação policial”<sup>31</sup>.

Neste ponto surge uma questão interessante, pois pela análise das edições da publicação, de 1956 a 1958, percebemos que há uma diferenciação na atitude do jornal no que tange a evidências que o vinculariam diretamente a organização política. Antes dos jornalistas romperem as barreiras do silêncio, mesmo que o jornal procurasse exaltar princípios marxista-leninistas e estratégias pecebistas, a relação intrínseca dele como órgão do PCB era mais obscura, até mesmo pela sua concepção de atingir um público vasto. Um acontecimento exemplar desta conjuntura foi a divulgação pelo jornal da resposta de Pedro Motta Lima ao Ministro da Justiça Nereu Ramos, que proclamava ter provas de que o *IP* não era de propriedade do jornalista, mas sim do partido comunista. Motta Lima foi categórico ao afirmar que o diário carioca, que estava sob sua direção, lhe pertencia e toda opinião ali expressa era de sua responsabilidade. Visando desvincular oficialmente o jornal da organização política, acrescentava:

como cidadão e como jornalista, sou o senhor de meus atos e posso apoiar qualquer partido ou a corrente de opinião. Não renuncio ao direito, que é também um dever cívico, da livre manifestação do pensamento. Defendo esse direito não só para mim. Defendo-o para todos os jornalistas, para todos os cidadãos de uma pátria que queremos livre e independente. Sou comunista, - que dúvida - e como comunista tenho atuado através de várias décadas na vida política de meu país<sup>32</sup>.

De alguma forma, naquele momento parecia não ser viável às pretensões do noticiário e do próprio partido declararem abertamente sua sólida ligação. Entretanto, com a erupção do debate, essa aparente camuflagem do elo com o partido seria totalmente implodida, substituída pela transparência absoluta da regência pecebista no jornal.

Demonstramos brevemente as adversidades do itinerário da mídia comunista, obrigada a conviver constantemente com a clandestinidade e em situações precárias de funcionamento. Embasados nos objetivos de educação ideológica e coesão interna, tais aparelhos de difusão cultural eram os principais mecanismos de agitação, propaganda e formação de quadros do partido comunista. Assim funcionava o *IP*, que apesar de ter uma

---

<sup>31</sup> Grosseira provocação da polícia política. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.938. 13 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>32</sup> MOTTA LIMA, Pedro. A *Imprensa Popular* ao povo brasileiro: Carta Aberta. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.883. 09 de agosto de 1956, p. 01-02.

dinâmica interna mais livre, pautava-se na reelaboração do mundo através da interpretação da linha ideológica perfilhada pelo PCB.

## **2.2. A amplificação de um discurso simbólico: os “grandes heróis” na mídia partidária**

Converteu-se teu nome em  
[fulgurante chama  
que nem dos furacões o  
[sôpro apagará...

Estás em cada algema que  
[se quebra  
está no fogo de nossa luta  
na certeza da vitória <sup>33</sup>

Os versos acima são anônimos. Foram selecionados dentre uma infinidade de cartas de leitores que chegavam à redação do *IP* todo início de ano. O motivo: o “Cavaleiro da Esperança” fazia aniversário no dia três de janeiro. Páginas inteiras eram emprestadas às felicitações, contando com artigos de diferentes personalidades nacionais e internacionais, comunistas ou não, mensagens emocionadas de leitores, colunas e matérias do diário voltadas para a celebração da sua história de vida e em prol de sua liberdade. Além disso, o jornal todo ano organizava uma festa em comemoração ao seu aniversário, com direito a discursos apaixonados, mesmo que o secretário-geral não pudesse estar presente. Em nada se economizava para reverenciar o “líder amado de todo o Continente Americano”<sup>34</sup>.

Tal episódio da história pecebista será explicado neste trabalho a partir de três argumentos fundamentais, que se referem: 1) à concepção de partidos comunistas que adotamos; 2) à representação do culto à Stálin e sua reconfiguração em Prestes; 3) à política personalista brasileira dos anos 1950. Primeiramente, como introduzimos rapidamente acima, compreendemos os partidos comunistas como “estados-maiores revolucionários”. Isto implica que estas organizações eram estabelecidas como vanguardas políticas constituídas por uma

---

<sup>33</sup> Cartas, mensagens, poemas, flores. Motivo: 3 de janeiro. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.701. 03 de janeiro de 1956, p. 08.

<sup>34</sup> MORAES, Dênis de. *Op. cit.*

elite revolucionária que pretendia guiar a classe operária e seus aliados. Para esta função de representantes, as organizações de estado-maior utilizavam-se de “postulados e mecanismo de funcionamentos” basilares para a sua coesão interna, que muitas vezes escapavam à conjuntura imediata. Dentre os postulados, que segundo Daniel Aarão, “mobilizam sobretudo os quadros dirigentes”, podemos elencar: “a revolução socialista é inevitável” – que agregava um espírito de esperança no futuro aos comunistas, mesmo que o presente não se apresentasse como benéfico; “a missão revolucionária do proletariado” – a classe hegemônica e capaz de levar à cabo a revolução socialista; “o partido de vanguarda é indispensável” – os comunistas dominavam a teoria habilitada a promover a revolução em sua objetividade. Estas formulações gerais do marxismo eram o cerne das estruturações dos partidos comunistas e da condução de suas estratégias e táticas. Cabia a cada instituição mobilizá-las de acordo com a realidade de seu país.

Mas, o que nos interessa com maior relevância são os mecanismos que têm por finalidade primordial a sólida aderência dos integrantes às organizações comunistas. Estes são estabelecidos pelo autor a partir de uma estratégia comum, denominada *tensão máxima*, que abarca seis diferentes instrumentos para a coesão interna, especialmente de quadros e militantes inferiores. O primeiro concerne à superioridade do partido, símbolo da vontade coletiva e detentor da sabedoria científica, frente ao militante, imperfeito e frágil. Com a filiação ao partido, o militante, cheio de “carências” e “desvios”, experimentava a superioridade, pois passava a dispor deste saber superior, o marxismo-leninismo. Entretanto, toda esta superioridade era relativa, pois emanava exclusivamente da vida partidária.

Assim, o militante convivia constantemente com uma “inferioridade medular” em relação à organização, definida como o *complexo da dívida*. Esta relação de inferioridade permaneceria presente em toda a extensão da vida de um revolucionário, uma vez que a série de tarefas, referentes à “vida orgânica” da organização e à sociedade em que atuava, era tão ampla que ele não era capaz de efetivar em sua totalidade. Por isto, o militante seria continuamente um devedor, porque além de obter o conhecimento maior e o poder de transformar o mundo através da vanguarda, ele também não conseguia efetivar todos os deveres que lhe eram impostos. Segundo Jorge Ferreira, “por mais que ele se dedicasse à organização, por mais que ele se esforçasse pela causa revolucionária, um militante do Partido Comunista estaria sempre em débito”<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 41.

De qualquer forma, a noção de dívida e de dever não cumprido, induzido pelo *massacre das tarefas*, eram estimulados pelo enaltecimento das qualidades e ações do bom comunista, que todo filiado do partido queria alcançar, se instituindo como um forte elemento de coesão. Dentre as qualidades positivas fundamentais a um militante, podemos destacar a “austeridades ascética”, o “espírito de sacrifício”, a disciplina, o “despojamento heróico cotidiano”, a atualização teórica e política e uma vida pessoal exemplar. Todos estes atributos, somados com tantos outros, compunham o *leque das virtudes*, os principais critérios de dignificação de um comunista. As exigências de uma vida tão regrada e repleta de predicados estigmatizados tornavam quase impossíveis a sensação de completude, aprofundando o *complexo da dívida*, ao mesmo tempo em que estimulava constantemente o esforço para garantir um melhor desempenho. Como em um círculo vicioso, este empenho nunca seria satisfatório, por isso ele era cada vez mais auto encorajado para novas tentativas, o que conseqüentemente, reforçava a coesão entre indivíduos e organização.

Entre as qualidades de um militante, podemos considerar ainda sua atuação frente a uma especificidade dos partidos comunistas: a *ambivalência das orientações*. A presença incessante de orientações contraditórias, expressas nas fundações de linhas políticas e na condenação dos “desvios” empregados anteriormente, instaurava uma confusão generalizada sobre quais os caminhos tomar, para não cair nos percursos hostilizados do “esquerdismo”, do “direitismo”, do “centrismo”, do “espontaneísmo”, etc. Era como “pisar em ovos”: as ações precisavam ser extremamente cautelosas para que uma acusação extrema não lhe fosse direcionada. Diante disto, a tensão dos filiados aumentava a cada posicionamento, visto que estavam sempre vulneráveis a críticas e julgamentos. Isto influía até se estes considerassem deixar o partido. Além da dívida impagável, o abandono da instituição acarretava um “sentimento misto de desprezo e piedade” pelos seus pares. O ressentimento gerado e o sentimento de culpa que daí advinha, de renunciar à revolução e ser infiel ao seu grande condutor, produziam a *síndrome da traição*. Esta determinava que sair do partido era trair toda a sua estrutura e orientação, a sua própria existência como indivíduo social, os companheiros e a luta pelo processo de transformação do mundo. Assim, evitavam-se muitas desistências e mantinha-se uma sólida coesão interna das fileiras partidárias<sup>36</sup>.

Analisaremos mais detidamente o último componente da estratégia da *tensão máxima*, arquitetada por Daniel Aarão. Como vimos, havia uma exacerbação na quantidade de

---

<sup>36</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Op. cit.* (1990), pp. 118-135.

virtudes que um comunista devia apresentar, as quais nunca eram atingidas. No entanto, alguns personagens, na maioria das vezes dirigentes, integralizavam todas as qualidades necessárias para instituí-lo como um comunista superior, um líder modelo, o “arquetipo que todos devem imitar”. Estas figuras se personificavam com todos os atributos impostos ao militante e, assim, demonstrava-se a possibilidade de obtê-las e tornar-se um homem mais honrado. Em torno destes líderes edificou-se o alicerce da *tensão máxima* mais significativo para este trabalho: *a celebração da autoridade*. No interior partidário, esta manifestava uma dupla competência: a apologia à sabedoria do dirigente e o culto à personalidade. Dessa forma, havia uma campanha inoculada no imaginário coletivo visando a cultuação destes chefes, “guias” do marxismo-leninismo, referenciados por seu “saber teórico, tirocínio político, capacidade organizativa, militância prática, espírito de sacrifício e, não menos importante, altos valores morais”<sup>37</sup>.

No PCB, além do louvor ao panteão dos fundadores do marxismo (Marx, Engels e Lênin) havia com maior intensidade a celebração de Stálin, grande incentivador deste sistema, e de Luiz Carlos Prestes. À imagem deste último como o “Cavaleiro da Esperança”, construída ainda antes da sua entrada no partido, acrescentava-se o estereótipo do “bom pai, bom esposo, verdadeiro bolchevique”. Era o espelho dos militantes brasileiros. Aquele que todos louvavam, seguiam e aspiravam se assemelhar. Logo, a celebração da sua pessoa, como das outras autoridades citadas, aumentava o *complexo da dívida*, já que seu exemplo era sempre inatingível e inigualável. E, deste modo, o círculo vicioso mais uma vez se compunha: a unidade da organização perpassava pela personificação da autoridade teórica, política e moral que era glorificada por todas as instâncias partidárias, como o “mesmo” capaz de tornar-se um exemplo; mas, em contrapartida, esta mesma autoridade se compunha também como o “outro”, aquela alteridade que se busca, mas que nunca se pode alcançar.

Precisamos deixar claro que a edificação deste culto, apesar de apresentar uma “certa parcela de manipulação voluntária”, conjugava ainda a sobrevivência de mitos das sociedades antigas, que descreviam paradigmas do herói, do salvador, do homem divino<sup>38</sup>. Ou seja, a relação com o sacralizado, com a mistificação, mesmo que fosse negada veementemente pelos comunistas, estava presente no seu imaginário, camuflado “pelo discurso legitimador da ciência, [que] ofereceram a eles imagens, expectativas e representações sociais”<sup>39</sup>. Dentre

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>38</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 71.

<sup>39</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 15.

estes traços sacralizados das normas e valores comunistas, podemos destacar a escatologia comunista do fim do mundo e principalmente a criação de modelos, que agrupava os ideais de revolução (revolução de 1917), de partido (PCUS), de país (URSS) e de personalidades. Assim, o mito em torno da União Soviética, que permaneceu sozinho no imaginário comunista por um longo período, alimentava as esperanças de revolucionários de vários países, ao mesmo tempo em que os preparava para realizar o que já tinha sido realizado. Porém, o modelo exemplar não era limitador do processo criativo. Conforme Jorge Ferreira, “para os revolucionários brasileiros, a Revolução Soviética não era algo a ser imitado ou copiado. Ao recordarem os eventos grandiosos de 1917 na Rússia, os militantes encontravam garantias de que a revolução no Brasil era possível e plenamente viável”<sup>40</sup>. Nesse sentido, consideramos que o mito político tem por finalidade uma “função explicativa, exercendo certo número de chaves para a compreensão do presente”, que pode reordená-lo de acordo com suas necessidades imediatas<sup>41</sup>.

Concepção de modelos exemplares, celebração da autoridade, culto a personalidades são diferentes referências para designar o elemento primordial da identidade comunista instigada no período stalinista. A veneração a Stálin foi arquitetada sob a imagem de Lênin, logo após a sua morte, e tornou-se com pouco tempo um culto autônomo e superior. Estima-se que a adoração ao líder soviético enfatizou-se após a II Guerra Mundial, quando este passava a ser considerado além do “arquiteto do novo mundo”, como o “libertador dos povos”, o “salvador da humanidade”. Eram constantes as matérias na imprensa comunista que exaltavam sua figura, suas obras, apresentavam declarações emocionadas de militantes e trabalhadores sobre a clarividência de Stálin para a derrota do nazismo alemão.

Assim, quando as notícias de sua morte chegaram ao Brasil, no dia seis março de 1953, as páginas do *IP* foram tomadas por lamentações de dirigentes e militantes partidários, além de trabalhadores de vários segmentos sociais. As demonstrações de afeto e ao mesmo tempo de angústia pela perda do “mestre amado” misturavam-se em um sentimento de desorientação que estava presente até na direção pecebista. As palavras de João Amazonas, membro do Comitê Central, explicitavam claramente esta perturbação

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>41</sup> GIRARDET, Raoul. *Op. cit.*, p. 13.

Morreu o camarada Stálin. O coração do nosso pai querido, do nosso mestre amado, do nosso venerado chefe deixou de bater para sempre. Não há palavras capazes de traduzir a dor imensa e profunda que nos invade o ser. Choramos amargamente a grande desgraça de ter perdido o que de mais caro, de mais nobre e grandioso podia existir em nossa vida de revolucionários. Tôda a humanidade progressista, os homens revolucionários, os homens honrados de todo o mundo vertem sentidas lágrimas pela perda irreparável que sofreram<sup>42</sup>.

Neste momento, as dimensões do culto ficaram totalmente exacerbadas. As várias denominações para a consagração de Stálin indicavam o que se tinha de supremo na vida de um comunista. Em contrapartida, a mensagem de Prestes ao PCUS, publicada na mesma edição do *IP*, orientava os caminhos dos pecebistas, para que não se deixassem cair num caos profundo pela morte do grande mito que unia e movia a máquina soviética. Ele reverenciava a memória do “estremecido amigo do povo brasileiro”, mas não deixava de reafirmar “o apoio sem reservas à gloriosa União Soviética, ao invencível Partido de Lênin e Stálin e ao seu sábio Comitê Central”<sup>43</sup>.

O combate ao culto à personalidade e todo o sistema político que ele acarretava iniciou-se ainda no XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado no final de 1952. Mas, a ênfase viria somente em fevereiro de 1956, quando ocorreu o XX Congresso. A partir desta data, a celebração da autoridade de Stálin através do diário carioca foi se diluindo. Não houve uma implosão espontânea, imediata, pois as dúvidas acerca da legitimidade do relatório acusativo de Krushev imperavam na esfera pecebista. Apesar das constantes publicações de artigos e documentos de líderes e partidos comunistas de outros países, que revelavam a existência de graves denúncias e iniciavam um movimento crítico dispensado ao modelo stalinista, nos primeiros meses de 1956 os jornalistas do *IP* pareciam estar em choque. Divulgavam de forma mecânica tais documentos, mas não conseguiam produzir uma interpretação própria do que estava acontecendo, de como a figura do “pai” desmoronava de maneira tão abrupta. Assim, somente no segundo semestre, principalmente com a abertura dos debates em outubro, percebemos uma ruptura com a presença da imagem, das obras e de elogios, já tímidos, a Stálin nas publicações.

---

<sup>42</sup> AMAZONAS, João. A glória de Stálin é imortal. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.363. 06 de março de 1953, p. 01.

<sup>43</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Mensagem de Luiz Carlos Prestes ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.363. 06 de março de 1953, p. 01.

A extensão do culto à personalidade, no Brasil e quiçá na América Latina, se alongava para a figura do “herói do povo brasileiro”, do “Cavaleiro da Esperança”, que carregava em suas lutas milhões de brasileiros, de amplas camadas sociais: Luiz Carlos Prestes<sup>44</sup>. Para Osvaldo Peralva, os soviéticos avaliavam o Partido Comunista do Brasil como “um dos partidos mais capazes, na América Latina, de realizar a revolução social”, devido ao ensaio geral de 1935, por possuir o único dirigente latino-americano com prestígio extrapartidário e que seguia fielmente os princípios do PCUS<sup>45</sup>. Principalmente depois de 1945, após dez anos de clandestinidade marcados por eventos penosos, instituiu-se uma campanha sistemática por meio de militantes e dirigentes e pelos meios de comunicação comunista para exaltar a adoração à sua pessoa. Reconfigurava-se as virtudes humanas dos líderes soviéticos ao secretário-geral, estabelecendo-o como a “grande Esperança Marxista-leninista-stalinista”<sup>46</sup>. Prestes foi o elo de coesão e propagandístico primordial do PCB. Em torno dele surgiam diversas “imagens cristalizadas”, “projeções oníricas”, como “uma espécie de encruzilhada do imaginário onde vêm cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, por vezes mais contraditórias”<sup>47</sup>. Como por exemplo, a narrativa mítica que o contornava girava em torno de dois momentos especiais: do herói popular nascido nos feitos da coluna ao mártir brasileiro, aquele que sofria profundamente pelas perseguições, prisões, torturas, separado da família, mas sempre com uma coragem sobre-humana que encantava a todos. Principalmente após 1935, suas representações evidenciam uma reincorporação humana, configurando o “herói dos sofredores, dos oprimidos, dos espoliados”.

No que tange às “imagens cristalizadas” em torno de um mesmo personagem, Raoul Girardet estabelece quatro modelos de mitos políticos. Dentre estes, dois nos interessa para compreender a simbologia existente e posteriormente amplificada pelo Partido Comunista do Brasil, para seu secretário-geral que mais tempo perdurou no cargo. A bifurcação especificada sobre as representações de Prestes, nos leva a defini-las a partir de dois paradigmas apresentados por Girardet: o de Alexandre e o de Moisés. No primeiro momento, relacionado

---

<sup>44</sup> Esta influência de Prestes era de tal amplitude que, em 1957, foi divulgada nas páginas do *IP* uma carta de Diego Rivera endereçada a ele solicitando que autorizado por sua “justa fama” intercedesse “em nome de tudo o que no mundo significa cultura, bem-estar, beleza, alegria e paz, a suspensão imediata das provas com bombas atômicas termonucleares, pois a sua continuação não poderá levar senão a um fim certo: a guerra atômica geral, com a conseqüente destruição humana, em massa”. Cf. Carta de Diego Rivera a Prestes: em perigo eminente tudo o que significa arte, cultura e vida. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.209. 07 de setembro de 1957, p. 03.

<sup>45</sup> PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Editora Globo, 1962.

<sup>46</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 251.

<sup>47</sup> GIRARDET, Raoul. *Op. cit.*, p. 73.

com as vitórias da “Coluna Invicta”, o imaginário popular elegia Luiz Carlos Prestes como herói guerreiro, o arquétipo de Alexandre, “da juventude e do movimento, sua impetuosidade chega a ponto de domar a natureza; transpõe as montanhas, atravessa os desertos, salta por cima dos rios...”<sup>48</sup>. Por isso, atribuía-lhe a alcunha de “Cavaleiro da Esperança”: o bravo soldado, o paladino montado em seu cavalo, que combatia o Mal encarnado nos políticos exploradores, em favor de um futuro justo e igualitário para o país.

Com sua adesão ao PCB, com maior ênfase a partir dos anos 50, à figura do líder guerreiro seriam adicionadas novas virtudes, exaltando a particularidade profética do chefe nos moldes marxistas. Surgia a visão do mártir, que carregava consigo o sofrimento e o passado de todo o povo brasileiro, aquele que a história de vida se confundia com a dimensão social. O único capaz de “guiar” os brasileiros no caminho de um futuro melhor, pois era a encarnação da vontade geral no passado, no presente e no futuro. Havia, então, um sistema que possibilitava nivelar o destino individual a um destino coletivo, de todo um povo. Assim como Moisés, era conduzido por um “impulso sagrado”, que o levava sempre a lutar, a combater, resistindo “à beira do precipício”, recusando o destino amargo que lhe era imposto e buscando os caminhos do futuro de toda uma identidade coletiva.

Segundo Girardet, o chefe profético “quer restaure a ordem estabelecida ou subverta, quer organize ou anuncie aquela que está por vir, é sempre, por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos que se situa o seu personagem. (...) com ele, graças a ele, o ‘depois’ não será mais como o ‘antes’”<sup>49</sup>. Estas simbologias que caracterizam a junção dos dois arquétipos eram claramente demonstradas nas páginas do *IP*. Ainda em três de janeiro, data de seu aniversário, o editorial do jornal trazia as seguintes palavras:

A grandeza e a glória de Prestes estão em que êle não se pertence. A seu nome, à sua luta, a seus ensinamentos estão ligados todos os grandes acontecimentos da história contemporânea do Brasil. Êle é o comandante da grande força renovadora e transformadora da realidade brasileira. A História destinou-lhe a missão de perscrutar e indicar os caminhos novos, determinados pelas nossas próprias condições históricas e nacionais, através dos quais nossa pátria poderá chegar à sua verdadeira grandeza, independência e progresso. Por isso o nome de Prestes está ligado a todas as conquistas do povo, simboliza a esperança e, mais que a esperança, a certeza de dias melhores<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 80-81.

<sup>50</sup> Salve 3 de janeiro. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.701. 03 de janeiro de 1956, p. 01.

E continuava:

(...) êle vê claro no emaranhado de uma situação porque sabe descobrir o elo fundamental na corrente dos acontecimentos. E pode não só indicar o que é importante e decisivo para o povo em cada momento, como assinalar a tendência e o rumo em que se desenvolvem em cada situação<sup>51</sup>.

Dessa forma, ficava evidente o entrelaçamento do passado individual com a história do coletivo, do povo do Brasil, já que sua vida estaria intrinsecamente relacionada aos “grandes acontecimentos” históricos da contemporaneidade brasileira. Ao mesmo tempo em que Prestes era identificado como o portador do conhecimento necessário para orientar as ações no presente e revelar o futuro a partir delas, como um profeta, tinha a capacidade de discernir quais caminhos tomar, em diversas circunstâncias.

Dentre todos esses processos e alegorias que projetavam o culto a Prestes, precisamos ressaltar mais um fator de contribuição: a política personalista brasileira. Esta foi impulsionada com a política varguista do Estado Novo, em que o projeto corporativo elaborado, proposto em substituição a partidos e assembleias, pretendia promover um contato direto entre o poder público e o povo, “personificado na autoridade do presidente”<sup>52</sup>. Neste âmbito, as representações do governo giravam em torno de Getúlio Vargas e não de qualquer instituição ou agremiação política. Deste modo, a identificação do estadista com o povo perpassava pela sua propaganda como “homem notável”, aquele que de forma concreta interpretaria e realizaria as aspirações coletivas da nação. Elegia-se a figura de Vargas como o “pai dos pobres”, o “líder das massas trabalhadoras”, mito que se projetava em torno do presidente através da ideologia estado-novista. Conforme Ângela de Castro Gomes, “festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, e toda uma enorme gama de iniciativas foi empreendida em louvor do chefe do Estado Novo”<sup>53</sup>. Ele e o regime eram salientados como um só, pois era Getúlio que encarnava todas as suas realizações. Os recursos de mistificação revelados nessa época, que ganhariam ênfase na década de 1950 com o próprio Vargas e com Juscelino, o “presidente bossa-nova”, podem ser percebidos no mito de Prestes.

---

<sup>51</sup> *Idem*.

<sup>52</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 207.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 219.

Compreendemos que o surgimento da narrativa mítica em torno do presidente estado-novista, produzida pelo Estado, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e pela própria ideologia do período se deu de forma distinta da elevação do culto a Prestes, edificado no seio do povo e ampliado pela imprensa, através dos feitos da Coluna. Apenas posteriormente, o mito criado em torno dele se converteria em um culto político de fato, sendo reconfigurado e superdimensionado pelo Partido Comunista do Brasil, englobando os moldes da representação de Vargas. Dentre os atributos dispensados a ambos, podemos destacar o caráter profético de suas iniciativas, que designava a distinção por excelência que os promovia como “chefes/guias” dos trabalhadores: a clarividência; e o paternalismo das simbologias, que forjavam a preponderância do afetivo como forma de manter coesas as forças sociais que pretendiam conquistar. De qualquer forma, tais características também foram constituintes do culto à personalidade do período stalinista. Todavia, é importante destacar que a grande proporção de apoio ao culto a Prestes extrapolava a tradição soviética que o legitimou, sendo explicada, em larga medida, pela identidade personalista da conjuntura política nacional.

Apesar da prática de exacerbação das virtudes e do culto à personalidade serem atividades constantes da agenda comunista brasileira verificamos no início deste excerto que, em datas festivas, as propagandas na imprensa partidária que aclamavam a liderança de Prestes ampliavam-se. Dentre as datas comemorativas, de acordo com Jorge Ferreira, seus aniversários eram os “momentos mais fecundos para dignificar sua vida e sua personalidade”<sup>54</sup>. Em torno dos grandes eventos que circundavam esta data, percebemos que a simbologia que perpassava as publicações do *IP*, instauradora dos próprios mecanismos de continuidade de tamanha celebração, buscava sempre uma analogia da figura de Prestes e suas lutas com as expressões e necessidades do povo. A cada ano narrava-se toda a história do mito, história sagrada desde seu nascimento, repleta de mistérios, coragem e sofrimento. Reatualizava-se uma época primordial, os eventos grandiosos que compunham o passado mítico comunista, em um recorrente retorno ao “tempo sagrado e indestrutível”. Assim, a narrativa dos fatos heroicos desencadeada nos aniversários de Prestes se perpetuou como a maior manifestação do sagrado no imaginário comunista.

As comemorações do nascimento do então secretário-geral do PCB, a partir de 1948, foram acrescidas de uma intensa campanha pela sua anistia política. Durante todo o ano de

---

<sup>54</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 241.

1956, o diário carioca manteve publicações empenhadas nesta ação. Neste sentido, um dos principais enfoques das celebrações do nascimento de Prestes referia-se à busca pela sua liberdade, identificada com a liberdade do próprio povo brasileiro. O *IP* ocupou-se desta campanha com grande empenho, principalmente nos primeiros meses de 1956, que abarcava também a conquista de anistia para muitos jornalistas comunistas, dentre eles Pedro Motta Lima, o diretor do jornal<sup>55</sup>. Mas, apesar de apresentar um escopo mais geral, as simbologias utilizadas em torno desta disputa sempre elegiam Prestes como seu ícone, buscando gerar um sentimento de reconhecimento da sociedade, a única capaz de impulsionar ao máximo a efetivação do projeto. As páginas do diário publicavam notícias que vinculavam diversas personalidades e camadas sociais à campanha da anistia, visando a identificá-la como “uma exigência de tóda a nação”<sup>56</sup>. Expressões do vigoroso engajamento do PCB com o plano da anistia ampla, o objetivo primordial dos meios de comunicação nesse sentido era de conquistar todas as forças patrióticas e democráticas para esta “batalha”, visto que, conforme o jornal, “o povo brasileiro pode e deve conquistar agora a anistia ampla, anistia para Prestes, para todos os presos, processados e perseguido políticos, sem exceção”<sup>57</sup>.

Percorremos os caminhos do culto arquitetado sob a figura de Luiz Carlos Prestes buscando entender como tal veneração se constituía com base na estruturação dos partidos comunistas, nas extensões da tradição marxista-leninista produzidas por Stálin e na política personalista nacional. Durante um longo período, este esteio personalista esteve presente na identidade do PCB, que acima de tudo era considerado como “o Partido de Prestes”. A celebração do “chefe” comunista era tamanha, que de acordo com o depoimento de Paulo Cavalcanti “éramos representantes de um homem, não do partido político. Em verdade, a figura de Prestes dominava o PCB, absorvia-o. Seu retrato era publicado quase diariamente na imprensa comunista, com adjetivos reservados aos grandes líderes do PC no mundo”<sup>58</sup>. O prestígio extrapartidário do secretário-geral foi utilizado pelos comunistas brasileiros para angariar o apoio de diversos setores sociais, através de apelos e campanhas conduzidas pela imprensa. Neste sentido, o *IP* era um mecanismo importante para captação do sustentáculo do povo brasileiro. A dinâmica interna das publicações com maior amplitude de matérias visando

---

<sup>55</sup> A anistia para os jornalistas, da qual se beneficiava o diretor do *IP* foi concedida no início de março de 1956. Pedro Motta Lima passara vinte e quatro anos na cadeia e mesmo depois do indulto acabou sendo preso novamente em junho daquele ano, sob alegação de que ainda havia um mandato de prisão em seu nome. Cf. Pedro Motta Lima restituído à liberdade. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.826. 03 de junho de 1956, p. 01-02.

<sup>56</sup> AMAZONAS, João. Mobilizemos as massas para conquistar a anistia. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.752. 06 de março de 56, p. 1.

<sup>57</sup> *Idem*.

<sup>58</sup> SABARÁBUSSÚ, Pedro. (1923) Apud PANDOLFI, Dulce. *Op. cit.*, p. 129.

a tratar dos problemas imediatos dos trabalhadores do país, permitiam também uma maior abrangência de divulgação. Por isso, datas comemorativas, como o aniversário de Prestes eram tão intensamente exploradas, momentos em que a imagem do líder comunista era vivificada como “o maior patrimônio” da sociedade brasileira.

O sistema de celebração dos líderes partidários estava profundamente arraigado no imaginário comunista brasileiro, suas nuances e reelaborações constituíam princípios estruturantes e ideológicos fundamentais da vida do PCB. Desta forma, a partir do momento que a máquina propulsora desde culto a personalidades começa a ser implodida, ainda no XIX Congresso, mas, principalmente, com a cartada final do XX Congresso, inicia-se um processo natural de diluição, constante e vagarosa, da exaltação de “maquinistas da História”. De toda maneira, se o combate a tal estratégia fosse interrompido ali nos programas desses congressos, talvez a magnitude do seu questionamento não fosse tão expressiva. No entanto, a soma desse processo de dissolução com as denúncias contra Stálin no relatório Krushev minaram qualquer possibilidade de culto em torno dele, ao mesmo tempo em que atravancavam, a longo prazo, a continuidade da impetuosa celebração das autoridades comunistas no geral. Logo, as implicações das denúncias de Krushev eram tão graves que a conduta do Partido Comunista do Brasil foi de não reação por um longo período. Uma espécie de choque e desencanto percorria o íntimo de cada militante, mergulhados em inquietudes e dúvidas. Na imprensa comunista, enquanto as ansiedades cresciam e nada ficava claro acerca dos acontecimentos recentes no campo soviético, registravam-se as repercussões em diferentes PCs do mundo.

### **2.3. Sobre fé e desencanto: o hiato de um processo condenatório**

Em fevereiro de 1956, realizou-se, em Moscou, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Sendo o primeiro congresso efetuado após a morte de Stálin era esperado com grande ansiedade pelos comunistas de todo o mundo, que se amparavam no modelo bolchevista de revolução socialista. Recebido com profundo entusiasmo pela imprensa comunista brasileira, foi objeto principal de uma série de matérias que evidenciavam o cotidiano das reuniões, os pronunciamentos, os informes e o programa, que expressavam um encantamento típico diante do momento máximo de efetivação da doutrina bolchevique. As palavras de João Amazonas, em artigo do dia dezenove de fevereiro, simbolizavam a magnitude dessas reuniões: “Cada Congresso do Partido de Lênin e de Stálin representa, na

vida dos povos da URSS e dos trabalhadores de todo o mundo, um marco histórico”<sup>59</sup>. A mensagem encaminhada ao PCUS pelo Partido Comunista do Brasil, assinada por Luiz Carlos Prestes ainda salientava que à luz dos ensinamentos do XX Congresso, “guiados pela doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin e pelas ricas experiências do P.C.U.S.” os comunistas brasileiros conquistavam êxitos na realização de suas tarefas<sup>60</sup>. Para os pecebistas o encontro era mais uma etapa de construção do socialismo soviético pelas mãos do tão aclamado partido de Lênin e Stálin.

Com o término do congresso, as resoluções por ele professadas passaram a ser publicadas enfaticamente pelo *IP*. De imediato percebemos que uma modificação política e doutrinária era conduzida: as transcrições publicadas, de informes, declarações e do próprio programa não citavam o nome de Stálin entre os idealizadores marxistas. Não havia mais menção ao partido de Lênin e Stálin, somente o primeiro era mencionado nos textos do congresso. Nesta perspectiva, apareciam alusões como: a designação do PCUS como o “Partido de Lênin”; a exigência da “aplicação do princípio leninista de direção coletiva”; o XX Congresso como “o acontecimento mais importante da vida do Partido desde a morte de Lênin”; “é o espírito de Lênin que triunfa”. Com a publicação dos documentos referentes ao encontro soviético, a citação do nome de Stálin foi se dissolvendo nos próprios textos do diário carioca. No final de março, o editorial do *IP* acerca do XX Congresso já expressava esta supressão, afirmando: “O P. C. U. S. avança com passo firme e seguro pelo *único caminho certo*, pelo *caminho indicado pelo grande Lênin*, mantendo bem alto a invicta bandeira do marxismo-leninismo”<sup>61</sup> (grifo nosso). Assim, a celebração do “pai dos povos”, “gênio mais universal da humanidade”, “grande maquinista da história” sempre manifestada ao lado do fundador do Estado soviético, pois em certo período tornaram-se figuras indissociáveis, foi gradativamente silenciada.

Em um primeiro momento, o silenciamento quanto a Stálin não foi sistematicamente discutido pelos pecebistas; porque não era uma circunstância de fácil compreensão para um partido que nasceu e se desenvolveu a partir do imaginário em que “as palavras comunista, bolchevista e stalinista eram sinônimos”<sup>62</sup>. Ao mesmo tempo em que se excluía a figura do

---

<sup>59</sup> AMAZONAS, João. O XX Congresso do PCUS. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.739. 19 de fevereiro de 1956, p. 01.

<sup>60</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Mensagem do Partido Comunista do Brasil ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.747. 29 de fevereiro de 1956, p. 01.

<sup>61</sup> O XX Congresso do Partido Comunista da U.R.S.S. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.771. 28 de março de 1956, p. 03.

<sup>62</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 14.

tão aclamado secretário-geral, os textos divulgados em Moscou faziam repetidas condenações ao “culto à personalidade”. Quando estas começaram a ser divulgadas na imprensa brasileira, os revolucionários entenderam que o “herói milagroso” resultado do culto, que rebaixava o papel do partido e do povo, se tratava do camarada Stálin.

O historiador Jorge Ferreira afirma que o nome de Stálin surgiu pela primeira vez em meados de abril de 1956, especificamente no jornal oficial do PCB, o *Voz Operária*, ligado a críticas ao enaltecimento do indivíduo<sup>63</sup>. No entanto, a análise do *IP* nos permite constatar que na edição do dia cinco de abril daquele ano, um artigo de Quintino de Carvalho, já manifestava o caráter crítico ao culto à personalidade centrado na figura do líder soviético, considerando a existência de uma “*justa avaliação*, que agora se faz, da obra e dos métodos de I.V. Stálin”<sup>64</sup> (grifo nosso). A expressão “justa avaliação” nos indica que já havia uma adesão, ainda que tímida, às condenações do culto à Stálin nas páginas do *IP*, antes mesmo que o jornal oficial do partido publicasse algo neste sentido. Poucos dias depois, o noticiário carioca ainda publicaria um editorial do *Pravda*, órgão oficial do Comitê Central do PCUS, em que o culto à personalidade era totalmente rechaçado, considerado “alheio ao espírito do marxismo-leninismo”. Embora afirmasse que eram inegáveis os “grandes méritos” de Stálin perante o partido, a classe operária e o movimento comunista internacional, o documento era taxativo quanto a sua conduta omissa frente ao princípio de direção coletiva. Rompia-se, assim, com as “virtudes excepcionais” do ex-secretário-geral que passava a ser reconfigurado como

desprovido de modéstia pessoal, não só não atalhava os elogios e os louvores que lhe dirigiam, como também os apoiava e estimulava por todos os meios. Com o tempo, esse culto de personalidade foi adquirindo formas cada vez mais hipertrofiadas e causou grande prejuízo à causa<sup>65</sup>.

“Como explicar que o maior mito político do movimento comunista deixou-se dominar pela atitude mais condenável entre os revolucionários, como a falta de modéstia”<sup>66</sup>? Em uma conjuntura em que as palavras comunista e stalinista possuíam o mesmo significado,

---

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 290.

<sup>64</sup> CARVALHO, Quintino de. A luz do XX Congresso. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.777. 05 de abril de 1956, p. 03.

<sup>65</sup> Porque o culto da personalidade é alheio ao espírito do marxismo-leninismo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.779. 07 de abril de 1956, p. 05.

<sup>66</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 291.

a explosão de críticas dessa categoria embalou os comunistas de todo o mundo em discussões acaloradas, o que só viria a piorar com o conhecimento do relatório de Krushev.

Em contrapartida à decomposição do culto a Stálin, os trabalhos e interpretações do XX Congresso impulsionavam a volta ao “leninismo puro”, apoiado nos ensinamentos de Lênin acerca da relação permanente entre o partido comunista e o povo. Deste modo, considerava-se que o restabelecimento no PCUS das normas e princípios leninistas era fundamental para o desenvolvimento do socialismo soviético. A justificativa era de que os efeitos do culto à personalidade foram os responsáveis pelos defeitos existentes nas atividades do aparelho do Estado, nos diversos ramos da economia, na deformação da democracia interna no partido em direção unipessoal e nas violações da legalidade revolucionária.

Ainda para legitimar a luta contra o culto, voltava-se às obras de Marx, Engels e Lênin evidenciando suas posições contrárias ao enaltecimento de uma pessoa. Avaliado por estes como componente da “ideologia burguesa”, segundo os documentos, o culto ou as “teorias idealistas do ‘herói e da multidão’, opunham-se à interpretação materialista da história, segundo a qual o povo, as massas trabalhadoras são os únicos, verdadeiros, autênticos artífices da história”<sup>67</sup>. Os argumentos de autoridade do panteão fundador do comunismo objetivavam a aceitabilidade das resoluções do Comitê Central, tão distantes daquelas criadas pelo “guia que sempre teve razão”, através de uma rearticulação concreta com as concepções leninistas sobre o “talento do organizador coletivo” e sua indispensabilidade para as vitórias do proletariado. Conforme Christopher Binns, os novos líderes soviéticos assentiram em derivar seus mandatos de Lênin, ao invés de Stálin e a partir daí consolidar o novo regime<sup>68</sup>. Este fato é tão determinante, assim como a desintegração do legado do stalinismo, que nas comemorações pelo aniversário de Lênin chegou-se a afirmar que o sucessor do líder bolchevista era o Partido Comunista da União Soviética: “baseado no comprovado método da direção coletiva e do inviolável respeito pela legalidade socialista zela pela herança ideológica de Lênin e conduz o povo soviético a um futuro radioso”<sup>69</sup>. Neste

---

<sup>67</sup> Porque o culto da personalidade é alheio ao espírito do marxismo-leninismo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.779. 07 de abril de 1956, p. 05.

<sup>68</sup> Conforme Binns, como símbolo desta evocação ao líder da revolução bolchevique, no início de 1955, o novo Comitê Central decidiu substituir o Dia da Memória da Morte de Lênin, que era um *subbotnik* (dia de trabalho voluntário não remunerado) pelo dia do seu nascimento, considerado mais compatível com o espírito do leninismo. Cf.: BINNS, Christopher A. P. The Changing Face of Power: Revolution and Accommodation in the Development of the Soviet Ceremonial System: Part II. *Man, New Series*, Vol. 15, No. 1 (Mar., 1980), pp. 170-18.

<sup>69</sup> Toda a humanidade progressista festeja hoje o 86 aniversário de nascimento de V. I. Lênin. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.792. 22 de abril de 1956, p. 01.

âmbito, desarticulava-se toda a imagem construída por Stálin na sua promoção de sucessor de Lênin, construindo em cima da mesma premissa a superioridade do partido. O culto agora serviria à instituição e mais tarde aos mini cultos dispensados à Krushev e Brejnev, amparado no sistema cerimonial e no “hábito de idolatria”, profundamente enraizado no mundo soviético stalinista<sup>70</sup>.

De acordo com Frederico José Falcão, revelar os mecanismos do culto era também uma forma de justificar porque os demais membros da direção partidária não deram um basta nas atitudes do ex-líder. Apesar das críticas, o relatório não era uma simples execração do chefe soviético, pois ainda atentava para as qualidades de Stálin, como os grandes serviços prestados ao partido e à classe trabalhadora. O documento restringia a crítica aos limites do partido, asseverando: “não devemos dar munição ao inimigo; não devemos lavar a nossa roupa suja na rua”<sup>71</sup>.

Declarações do secretário-geral do Partido Comunista do Brasil, no primeiro semestre de 1956, assinalavam como o combate ao culto e a exaltação dos princípios leninistas se refletiram na organização. Para Prestes, as deliberações do XX Congresso não tinham por objetivo “diminuir os méritos históricos de Stálin”, como advogava a “imprensa burguesa”. Tratava-se apenas da “crítica necessária de certos erros, feita à maneira leninista, franca e abertamente”<sup>72</sup>. Ou seja, primordialmente considerava-se a crítica à *celebração da autoridade* como um testemunho de força do PCUS, capaz de transparecer seus defeitos e lutar para corrigi-los. A figura de Stálin ainda não se associava ao Mal encarnado e o partido soviético não era indagado sobre o modo simplista em que caracterizava suas falhas, processo que acontecia em outros países.

Ainda segundo o documento, a aplicação dos princípios de direção coletiva no Brasil, já havia se iniciado a partir do IV Congresso, porém de maneira modesta. Com as resoluções do congresso soviético, os pecebistas teriam um arcabouço solidificado para melhor compreender o papel da personalidade na história da humanidade. Na conjuntura brasileira, no período que antecede à abertura das discussões acerca do relatório Krushev, oficialmente, apenas dissociava-se a imagem de Stálin à do PCUS, agora considerado somente o partido de Lênin, ao mesmo tempo em que a associava à luta contra o culto à

---

<sup>70</sup> BINNS, Christopher A. P. *Op. cit.*

<sup>71</sup> FALCÃO, Frederico José. O “relatório secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise. *‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ: 2006*; pp. 7-1.

<sup>72</sup> PRESTES, Luiz Carlos. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.798. 29 de abril de 1956, p. 03.

autoridade; entretanto, críticas contundentes ao caráter do líder soviético ainda não eram esboçadas. Apesar desta aparente estabilidade revelada nos “apelos tranquilizadores” de Prestes, o silêncio que permeava desde a direção até às camadas de base sinalizava que no fundo todos estavam embebidos de incertezas, dúvidas e inquietações.

Na esfera internacional, logo após o fim da reunião em Moscou, um processo significativo de questionamentos da tradição soviética começou a ser esboçado, inclusive no que tange ao relatório Krushev. Deste último, os burburinhos no geral não atestavam sua veracidade, já que a leitura do informe “secreto” teria sido feita apenas para o Comitê Central do PCUS e representantes dos partidos comunistas da China, França, Itália e das repúblicas populares europeias<sup>73</sup>. Isto explicaria a primazia destes países no movimento contestatório da figura de Stálin como grande herói do comunismo, e suas posturas mais críticas frente à culpabilidade do PCUS no período stalinista.

De qualquer forma, apesar de ser transparente há alguns e notícias correrem “à boca pequena” pela esfera comunista, o sigilo seria suspenso drasticamente pela grande imprensa mundial. Em junho de 1956, o relatório foi publicado na íntegra por jornais americanos da cadeia Hearst, além do *Times*, em Londres, e o *Le Monde*, em Paris<sup>74</sup>. Nos dias seguintes, a imprensa brasileira foi inundada por matérias referentes às revelações daquele documento propagado internacionalmente. As manchetes de importantes jornais revelavam a agitação perante as publicações: o jornal *Correio da Manhã* noticiava que fora “publicado por Washington o discurso de Kruchev no Congresso do P.C. russo”, sendo cuidadoso ao expor que a cópia do Departamento de Estado Americano era “uma versão do discurso que Kruchev teria então pronunciado”; em manchete, o *Diário de Notícias* afirmava que o texto integral havia sido publicado nos EUA e trazia acusações a Stálin como um “ditador violento, arrogante e estúpido”; já o *Jornal do Brasil* buscou interpretar o relatório com a ajuda de técnicos e diplomatas em assuntos internacionais, concluindo que “poderá degenerar em uma outra luta unipessoal pelo poder a nova direção coletiva na Rússia”<sup>75</sup>. No mês de julho, a

---

<sup>73</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 153.

<sup>74</sup> Entre os pontos principais elencados no informe atribuído à Krushev estavam: a denúncia de violências, extermínios, processos ilegais contra adversários políticos ocorridos no período stalinista e o sistema de culto à personalidade a Stálin. Ver: FALCÃO, Frederico José. *Op. cit.*

<sup>75</sup> As edições dos referidos jornais foram retiradas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Para mais informações conferir: *Correio da Manhã*, n. 19.384; *Diário de Notícias*, n. 10.300; *Jornal do Brasil*, n. 129.

tradução completa foi divulgada aos brasileiros através de *O Estado de São Paulo*, além de trechos extensos reproduzidos pelo *Diário de Notícias*<sup>76</sup>.

Nos meios de comunicação comunista o silêncio permanecia. Pelo *IP*, a única matéria da sua própria alçada que nos remete à publicação do parecer de Krushev intitula-se, sugestivamente, “Ofensivas”, escrita pelo redator Dalcídio Jurandir. No texto, o autor declarou estar sendo desencadeado um ataque “anticomunista”, amparado principalmente no “lastro das ofensivas”. Tal campanha era entendida como reflexo dos interesses norte-americanos de combate ao comunismo e à URSS, amparada no “dilúvio verbal e policial” contra as ideias. Neste sentido, conforme Jurandir, “o dólar paga, o dólar manda atijar a exasperação contra os ‘vermelhos’, o dólar doutrina...”<sup>77</sup>. A frase citada nos leva a crer que o escritor comunista se dirigia pontualmente às publicações do documento soviético veiculadas pelo Departamento de Estado norte-americano. Mas, no geral, não se acreditava na autenticidade do relatório, concebido como um artefato difamatório da imprensa burguesa para vivificar a investida anticomunista.

Em paralelo a este ceticismo das fileiras pecebistas, no noticiário carioca multiplicavam-se documentos taxativos acerca da legitimidade de denúncias tão profundas atribuídas a Krushev. Com destaque para as constantes declarações dos partidos comunistas, francês e italiano, era reconhecida a autenticidade da versão publicada pela “imprensa burguesa”, assim como a “enumeração de faltas muito graves” cometidas por Stálin. Ambos concordavam ainda que a explicação dada pelo PCUS e seu secretário-geral acerca dos erros do líder bolchevista e condições que os ocasionaram não eram satisfatórias. Por isso, admitiam a necessidade de “uma análise marxista aprofundada para determinar o conjunto das circunstâncias em que o poder pessoal de Stálin pôde exercer-se”<sup>78</sup>. Outros partidos, como o PC Britânico, atestando a existência do informe, lamentavam profundamente que os comunistas só tivessem tomado conhecimento do seu conteúdo “por fontes inimigas do socialismo”. Expressava-se ainda o estado de perplexidade em que se encontrava o movimento comunista mundial, chocado “com as injustiças e os crimes que, durante o

---

<sup>76</sup> BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. Editora Alfa-Ômega; São Paulo, 1978.

<sup>77</sup> JURANDIR, Dalcídio. *Ofensivas*. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.835. 14 de junho de 1956, p. 03.

<sup>78</sup> Declaração do Bureau Político do Partido Comunista Francês. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.843. 23 de junho de 1956, p. 03.

período aludido, violaram os princípios essenciais da democracia socialista e da legalidade e desonraram a nobre causa do comunismo”<sup>79</sup>. Segundo José Antônio Segatto,

estes materiais, todos publicados na imprensa comunista, deram importantes subsídios para a reflexão de militantes e dirigentes do PCB. Nesse sentido, constituíram-se em elementos necessários e imprescindíveis para o desencadeamento dos debates que levariam à mudança de concepções, da política e da prática dos comunistas brasileiros<sup>80</sup>.

Desta forma, percebemos que os textos de partidos comunistas europeus publicados pelo *IP* indicavam que os dilemas surgidos com as delações do relatório Krushev, principalmente após sua publicação por jornais não comunistas, conduziam ao questionamento da tradição. Inaugurava-se um movimento de interpretação da conjuntura stalinista como degradante e que colocava em xeque a postura do próprio partido soviético. No Brasil, os pecebistas estavam surpresos e desorientados, os burburinhos expandiam-se, mas, oficialmente, o silêncio ainda imperava.

#### **2.4. Um cenário obscuro de hesitações**

Podemos observar ao longo deste capítulo as intervenções políticas de um diário comunista, que mesmo com limitações materiais, sujeito a constantes cerceamentos da liberdade, atuava na esfera legal, em um momento em que o PCB encontrava-se na clandestinidade. Dentre empreitadas de ajuda à imprensa, reivindicações de defesa das riquezas nacionais, denúncias da carestia de vida, notícias do cotidiano carioca, nacional e internacional, entre outras, destacou-se a campanha da anistia ampla. O tratamento da figura de Luiz Carlos Prestes, como o mártir dos que foram acusados injustamente por crimes políticos, ao mesmo tempo em que instigava todo o imaginário popular pelo prestígio do “Cavaleiro da Esperança”, estimulava a *celebração da autoridade* pelos militantes e simpatizantes comunistas. Não somente na campanha pela anistia, mas em todas as ações que se embrenhava o jornal, a imagem de Prestes era frequentemente retratada, instituindo-o como o principal elo com o próprio partido comunista. Isto era explicado, como vimos acima, pela

---

<sup>79</sup> O P. C. Britânico favorável às observações e Togliatti e do PCF. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.843. 23 de junho de 1956, p. 05.

<sup>80</sup> SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução – as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 50.

política personalista do PCB, amparada desde as bases da doutrina soviética até à prática da política nacional dos anos 50, que o levava a ser mais conhecido como o “Partido de Prestes”.

Após o XX Congresso do PCUS, com o acirramento do combate ao culto à personalidade, percebemos uma inflexão da exaltação direcionada a Stálin, que desaparecia gradativamente das páginas do jornal, e em certa medida também a Prestes, no que tange à presença de seu semblante em matérias de todos os tipos. A crise desencadeada pela publicação do relatório de Krushev pela grande imprensa traria reflexos mais contundentes para o questionamento da adoração dos líderes. A denúncia dos crimes de Stálin e as dúvidas acerca da legitimidade da mesma geraram um clima de paralisia nas instâncias comunistas brasileiras, enquanto internacionalmente um processo de questionamento profundo da tradição soviética já se instalava. Nesse ínterim, a imprensa pecebista noticiava diferentes documentos que indicavam a autenticidade dos crimes cometidos pelo “grande maquinista da história”.

No dia três de julho, foi publicada pelo *IP* uma declaração do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética que não deixaria mais dúvidas de que a versão divulgada pelos jornais “burgueses” era verídica. O artigo dizia que o partido soviético estava ciente que ao assinalar abertamente os problemas do culto e “os sérios êrros cometidos no último período da vida de Stálin”, o inimigo utilizaria de todos os recursos para criticar à URSS. Afirmava ainda que o líder soviético “foi culpado de numerosas ilegalidades”, se servindo várias vezes de “métodos indignos e violando os princípios de Lênin”<sup>81</sup>. Tais afirmações comprovavam que havia mesmo um relatório atribuído ao secretário-geral soviético com revelações desconcertantes do período stalinista. Estabelecia-se, assim, um imaginário ainda indefinido de (re) entendimento da tradição marxista-leninista. Em paralelo, a narrativa pecebista estava petrificada. Tal como um estado de catalepsia: não conseguiam acreditar no que acontecia, não interpretavam os documentos dos outros PCs, caíam em uma fisga de inquietude estarrecedora. O estado de incerteza a que estavam jogados os comunistas brasileiros se agravava, pois a própria liderança do PCB se emudecia e não era capaz de tirá-los desta perplexidade.

---

<sup>81</sup> Importantíssima declaração do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.851. 13 de julho de 1956, p. 03.

## CAPÍTULO 2

### **Dimensões de um debate singular: a interiorização da crise stalinista pelos grupos que integravam o Partido Comunista do Brasil**

Nesta seção, trabalharemos minuciosamente com os artigos publicados pelo *IP*, ao longo do debate desencadeado pelas denúncias de Krushev em seu relatório. Atravessamos desde a abertura da discussão pela camada intelectual, sem a anuência da direção do partido, até o agravamento das questões abarcadas e o envolvimento de opiniões divergentes. Neste âmbito, procuramos evidenciar as perspectivas que se estabeleceram como núcleo daquela longa luta de opiniões que se formou no ano de 1956. A partir destas dimensões, analisamos as posturas das diferentes camadas de comunistas brasileiros, referenciando as peculiaridades e interesses de cada uma ao se colocar nas discussões. Velhas contendidas, novas perspectivas, esse capítulo procura tratar a singularidade do movimento histórico que revelava a primeira grande crise do movimento comunista mundial.

#### **3.1. Da consciência à ação: uma discussão que se alastrava por todas as cabeças**

Fé... Nossa convicção era uma questão de fé. Era nossa fé que estava sendo pulverizada<sup>82</sup>.

A publicação do documento soviético, que trazia revelações de uma “série de perversões” do período stalinista, pelos meios de comunicação “burgueses” não foi capaz de sobrepujar o ceticismo das fileiras pecebistas quanto à veracidade de condenações tão estarrecedoras contra o “guia genial dos povos”. Em certa medida, aumentou a desconfiança de que aquilo se tratava de um golpe do inimigo, que planejava de todas as formas desmoralizar a União Soviética. Agildo Barata confirmava esta impressão com a divulgação do suposto documento: “o relatório mais parecia uma nova e audaciosa invenção da sistemática propaganda anticomunista e anti-soviética”<sup>83</sup>.

E a maioria dos militantes da época assim reagiu: o estardalhaço maior era em questionar o conteúdo daquelas denúncias, aqueles que as divulgaram e criar argumentos para

---

<sup>82</sup> CORRÊA, Hércules. *Classe operária e seu partido: Textos políticos do exílio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Apud FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 294.

<sup>83</sup> BARATA, Agildo. *Op. cit.*, p. 353.

“desmentir” o informe. Porém, a partir de sua publicação a fagulha da dúvida foi acesa no coração de cada pecebista. Uma dúvida que se recusava a expor-se, pois ia de encontro com “a devoção verdadeiramente sacralizada à causa da União Soviética”, marcada por “antigos referenciais míticos, simbólicos e imaginários que sustentavam as idéias, os valores e as sensações daqueles que se definiam como revolucionários”<sup>84</sup>. O espaço sagrado criado pela mitologia política comunista era revelado como a única realidade existente, o mundo fundado pelos soviéticos que se transpunha em “*nosso mundo*” para todos os comunistas da época. Neste sentido, não era simples entender o processo que se edificava em vários países, assinalando a autenticidade de crimes atribuídos a Stálin, assim como não parecia plausível questionar a ortodoxia soviética.

Entretanto, com a publicação pela imprensa comunista de evidências concretas acerca do relatório Krushev, as fagulhas se transmutariam em chamas intensas no imaginário dos militantes brasileiros, que não mais poderiam ser contidas. As inquietações pecebistas saíam do plano da imobilidade para se refletirem em ações. Inicialmente, a reação do Comitê Central foi a de tardar o quanto pudesse o início de discussões, embrenhando-se em um silêncio profundo que acarretava a paralisação do partido. Um “verdadeiro estado de catalepsia” que se estenderia por sete longos meses. Mas, nesse meio tempo, as organizações de base e os núcleos intelectuais partidários fervilhavam com as constantes alusões à legitimidade das revelações vindas de Moscou<sup>85</sup>.

O primeiro encontro da direção para discutir o assunto ocorreu em agosto de 1956, após a volta tardia da delegação brasileira enviada ao XX Congresso, sob o comando de Diógenes Arruda Câmara, e a confirmação oficial da autenticidade do documento bolchevista. Com a presença de grande número de intelectuais, a reunião foi marcada por críticas contundentes à linha do partido e a suas principais lideranças. Osvaldo Peralva, em suas memórias, relata que “vários dos principais dirigentes, como Amazonas e até mesmo Prestes, foram alvo de críticas, mas houve sobretudo um bode expiatório – Arruda”<sup>86</sup>. Processo inteiramente novo no partido comunista, marcado pela disciplina e pela coesão indissolúvel, impelidos pela estratégia da *tensão máxima*, tal discussão acarretou um completo atordoamento na direção. Prestes diria mais tarde, apesar de não estar presente na reunião, que

---

<sup>84</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 204.

<sup>85</sup> VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

<sup>86</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 214.

“Marighella e Amazonas chegaram a chorar”, assombrados com todos aqueles acontecimentos<sup>87</sup>.

Apesar de reproduzir os primórdios do processo aberto pelas discussões daquele ano, de dissolução das organizações comunistas como estados-maiores revolucionários, nenhuma conclusão foi tomada em tal encontro. Após a plenária, o secretário-geral, isolado na clandestinidade profunda, foi consultado acerca dos acontecimentos e afirmou que a coesão em torno dos princípios, “a unidade do partido, a fidelidade à União Soviética e ao marxismo-leninismo” eram fundamentais<sup>88</sup>. Por ora encerravam-se as atividades do CC, que novamente emudecia-se. Não mais por perplexidade, mas sim por entender que “com as revelações, as certezas que haviam informado a vida e a ação de militantes forjados no mais fino aço do monolitismo stalinista se desfaziam uma a uma”<sup>89</sup>. Por conseguinte, desfaziam-se também concepções ideológicas, estratégias basilares e práticas que alicerçavam o sistema unificado do Partido Comunista do Brasil.

Entre as vacilações das lideranças pecebistas, um grupo de militantes, em sua maioria jornalistas, rompeu com a taciturnidade, desencadeando amplo debate nas páginas da imprensa comunista. Sem o assentimento da direção partidária, João Batista de Lima e Silva, então editor do *IP*, inaugurou as discussões acerca da representação do XX Congresso do PCUS no dia seis de outubro, com o artigo intitulado: “Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em tôdas as cabeças”<sup>90</sup>. Publicado no órgão de comunicação oficial do partido, o *Voz Operária*, no diário *Notícias de Hoje* e no próprio *IP*, o texto era uma resposta à carta de Maurício Pinto Ferreira que indagava sobre os reflexos das declarações do secretário-geral soviético, salientando que elas colocavam em jogo as “ideias programáticas, táticas e mesmo conceitos sobre formas de organização até agora consagrados”, e denunciava a demora na abertura do debate<sup>91</sup>.

Seguindo esta linha contestatória, Lima e Silva era taxativo ao afirmar que a discussão ampla e pública não podia mais ser adiada, sem que prejuízos significativos

---

<sup>87</sup> MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e auto-críticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997, p. 170.

<sup>88</sup> SEGATTO, José Antônio. *Op. cit.*, p. 49.

<sup>89</sup> VINHAS, Moisés. *Op. cit.*, p. 178.

<sup>90</sup> É relevante destacar que, em seu artigo, o jornalista declarava abertamente a legitimidade do relatório, fato ainda cercado por incertezas. Dessa forma justificava o encetamento do debate, através de evidências que comprovavam sua autenticidade, como as referências textuais de Palmiro Togliatti às denúncias de Kruschew, ao analisar os crimes de Stálin; e a reabilitação de presos e mortos que foram acusados de alta traição. Cf. LIMA E SILVA, João Batista. Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em tôdas as cabeças. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.932. 06 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>91</sup> SEGATTO, José Antônio. *Op. cit.*, p. 51.

penetrassem na política do PCB. O cenário de inquietações individuais e conversas paralelas, citado no capítulo anterior, se confirmava pela fala do jornalista, que o apresentava como um dos motivos centrais para a abertura do debate. Assim, de acordo com o autor, possivelmente todas as pessoas interessadas nos problemas colocados pelo XX Congresso já os estavam questionando de diversas maneiras. Considerava-se ainda que “cada cabeça é uma sentença e se não se confrontam as opiniões, através de uma larga circulação das idéias, através do debate democrático, será impossível a unidade de ação”. Ou seja, para Lima e Silva era peremptório o desencadeamento de uma discussão irrestrita, alegando que a “simples disciplina mecânica” não seria mais capaz de estabelecer a união das forças pecebistas para vencer a crise da tradição; era necessário também que “as lutas de opiniões” acarretassem “conclusões comuns”<sup>92</sup>.

Em consonância com a defesa pela amplitude na expressão dos diferentes entendimentos, o artigo apresentava uma crítica velada à marca constante no passado pecebista de uma “fôrça poderosa de inércia”, da qual “resulta a ‘teoria’ de que é prejudicial a exposição franca, às massas, das opiniões divergentes que surjam entre os comunistas”<sup>93</sup>. E assim, o texto se manifestava como um grito violento que, no âmbito conjuntural, rompia com a paralisia estipulada pela direção e, no plano da estrutura, questionava toda uma concepção comunista de sigilo acerca da dinâmica interna da vanguarda, considerada como responsável pela inação dos pecebistas no decorrer de sua história.

O artigo de Lima e Silva foi o estopim para que muitos comunistas ousassem expressar-se publicamente. Entre as cartas que chegaram à redação do *IP*, além dos textos dos próprios componentes do jornal, muitas saudavam a atitude do jornalista e advogavam do mesmo princípio da necessidade do estabelecimento da discussão ampla e livre. Moacyr Werneck de Castro, conhecido intelectual comunista, cumprimentava com entusiasmo o “estouro” do debate, conceituando-o como uma “admirável demonstração de vitalidade revolucionária”, que ultrapassava os limites das diretivas de um “centro onipotente”, fazendo com que os pecebistas pensassem por si próprios<sup>94</sup>. O diretor do jornal carioca, Pedro Motta

---

<sup>92</sup> SILVA, João Batista. Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em tôdas as cabeças. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.932. 06 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>93</sup> *Idem*.

<sup>94</sup> CASTRO, Moacyr Werneck. Uma discussão que está em tôdas as cabeças. Sem extirpar o dogmatismo não conseguiremos avançar. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.937. 12 de outubro de 1956, p. 03.

Lima, reafirmava a tese de que toda discussão tem por objetivos, além “de melhorar, de construir, de organizar”, “reforçar a homogeneidade” das instituições políticas<sup>95</sup>.

Partindo desta mesma premissa, o escritor Antônio Bulhões, em artigo publicado no dia quatorze de outubro, sustentava que a discussão “não representa um toque de debandar, mas de reunir; especialmente neste momento, a ausência do debate e o debate limitado se equivalem e ambos significariam sintômas alarmantes de desagregação, mediocridade ou covardia”<sup>96</sup>. Vários outros documentos chegaram às sucursais do jornal concordando com as ideias expostas por Lima e Silva, no intuito de promover um caldeamento de opiniões que suplantasse o caminho da desunião, conseqüente de análises solitárias. Muitos autores iam além do artigo precípua, refletindo que na verdade o adiamento revelado por Lima e Silva representava mesmo um “abafamento da discussão” durante sete meses, por parte dos órgãos dirigentes. É preciso destacar que a grande maioria das cartas em apoio à atitude do editor era escrita pelos intelectuais do partido, escritores, jornalistas, dirigentes da imprensa, entre outros. Este aspecto já nos indica que esta camada se estabeleceu como a principal fonte de questionamento da tradição marxista-leninista e fomentadora de modificações mais profundas na vida e atuação do PCB.

Enquanto as fileiras intelectuais do partido exigiam um debate profundo, a maior parcela dos militantes e simpatizantes em suas missivas expressava resistência em discutir as denúncias efetivadas por Krushev. Morador do Rio de Janeiro, que se autoproclamava um “modesto favelado”, Elias Soares expressava claramente sua opinião contrária à discussão, intitulando seu artigo com a paródia “Um debate que não estava em nenhuma cabeça”. Para ele, a classe operária estava de acordo com a abertura do embate de opiniões sobre o relatório soviético, mas em primeiro lugar vinha a disciplina. Ele argumentava que as discussões, estavam fornecendo material para o inimigo. Elias ainda simbolizava o afastamento entre as perspectivas dos intelectuais e as dos operários, ao afirmar: “Quero, apenas, que saibam que aquela discussão, como foi levantada, não estava na cabeça dos operários e dificilmente haverá lugar para ela pelo menos na minha cabeça”<sup>97</sup>.

---

<sup>95</sup> MOTTA LIMA, Pedro. Para começo de conversa num debate apaixonante. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.936. 11 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>96</sup> BULHÕES, Antônio. Discussão ampla, completa e livre. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.939. 14 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>97</sup> SOARES, Elias. Um debate que não estava em nenhuma cabeça. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.939. 14 de outubro de 1956, p. 03.

Contrário também à forma como se iniciou o processo de argumentação, o trabalhador Manoel Soares da Silva referia-se ao “regime de anarquia” que tomou o partido. Julgava insólita tanto a atitude dos intelectuais de abrir um debate tão amplo, “como uma discussão pública pelos jornais”, quanto o comportamento do Comitê Central em condescender com um movimento de tal porte. O autor diferenciava o grupo que queria combater os erros dentro dos princípios de disciplina partidária, daqueles que estavam insuflando a escrita das “piores barbaridades”, conduzindo à baderna partidária<sup>98</sup>. Reiterando ainda a questão dos preceitos do partido comunista, o trabalhador Carlos de Araújo, advertia aos desencadeadores do debate: “Lembrem-se meus caros amigos que a classe operária tem um grande amor à disciplina. Não somos anarquistas. Possuímos certas normas e que devemos rigorosamente cumprí-las”<sup>99</sup>.

Essas primeiras impressões sobre as necessidades e as formas de discutir demonstravam que desde o início era perceptível a configuração de vozes dissonantes naquele processo. As reações imediatas à carta do jornalista, por um lado denotavam que os comunistas brasileiros ansiavam para que alguém tomasse a iniciativa de expor-se, para que exteriorizassem suas (des) crenças, confusões e suspeitas; por outro, indicavam que a militância se dividia em diferentes opiniões sobre romper com o silêncio e embrenhar-se em discussões acerca de questionamentos considerados ainda incertos. No princípio, em grande medida, a composição desta pluralidade de perspectivas parecia ser impulsionada pela inação dos dirigentes: parte dos militantes acreditava ser inadiável discutir as questões do relatório Krushev; enquanto outros não admitiam debater, ainda mais publicamente e sem o consentimento da direção partidária. As primeiras querelas se deram entre a adequação ao modelo disciplinar e estatutário e a necessidade de suplantá-lo, procurando dar voz às inquietações e angústias então suscitadas.

Estes artigos ainda transpareciam a inquietude que envolvia o espírito daqueles que foram expostos ao choque das acusações a Stálin. Como o acesso ao relatório pela maioria dos militantes se deu apenas com as publicações na imprensa não comunista, o descrédito dos que atuavam geralmente nos estratos inferiores se contrapunha às especulações dos que estavam mais esclarecidos, que tiveram a oportunidade de ler e reler inúmeras vezes o

---

<sup>98</sup> SILVA, Manoel Soares. Injustiça também dói. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.962. 11 de novembro de 1956, p. 05.

<sup>99</sup> ARAÚJO, Carlos de. Debater sim, mas dentro dos princípios. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.937. 12 de outubro de 1956, p. 03.

documento. Nesta perspectiva, muitos clamavam pela divulgação deste pela imprensa comunista brasileira, para ultrapassar o limite das experiências e testemunhos pessoais.

Percebemos ainda, que, inicialmente, as respostas ao posicionamento público de João Batista de Lima e Silva focaram-se mais na própria forma de atuação do jornalista e na necessidade e condução da discussão, do que nas questões levantadas por Krushev. É muito importante destacar esta questão, pois a abertura do debate por um intelectual, e todo o movimento formado por intelectuais que ambicionavam discutir livremente e levantar questionamentos violentos, e a oposição contundente que surgiam a estas posições, compunham um processo que não foi fraudado naquela conjuntura, mas encenou toda a história dos partidos comunistas. A situação ambígua da camada intelectual no campo comunista foi forjada desde os textos e a atuação de Marx. Defendendo um espaço para os intelectuais nos movimentos revolucionários, o pensador evidenciava sua função preponderante, devido à investigação teórica que lhes cabia para formar os “pressupostos básicos” da concepção que se chamaria marxista. Lênin aprofundava este pensamento, ao acentuar que a consciência revolucionária dos operários era inserida “de fora para dentro”, pelos intelectuais. Ele não excluía a possibilidade de ascensão individual do operário à teoria socialista, mas a partir do momento que isto acontecesse este se transformaria em um revolucionário profissional, isto é, um intelectual. Esta divisão sólida entre militantes redundou sempre no processo pejorativo da figura do intelectual comunista.

Caracterizados por sua origem “pequeno-burguesa” ou “burguesa”, o discurso marxista-leninista foi marcado por críticas e querelas que envolviam suas atitudes políticas. A “influência nefasta” da “pequena burguesia”, expressão comumente encontrada em documentos e resoluções, era justificada pelas características nocivas do intelectual “pequeno-burguês” no movimento revolucionário. Dentre elas:

Aversão à disciplina, à organização, instabilidade, falta de determinação e de energia, inconstância, tendências sentimentalóides e choramingas, preconceitos elitistas, submissão às modas, gosto pela frase, oportunismo, timidez e vacilação, covardia, tendências estruturais ao anarquismo, ao seguidismo, ao reboquismo<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Op. cit.* (1990), p. 145.

Todos estes aspectos degradantes da classe intelectual levantados pelas direções dos partidos comunistas induziram, em diversos momentos, à sua composição como “bodes expiatórios”. Assim, atribuíam-se “desvios” e “erros” de todos os tipos e dimensões a tal “influência nefasta da pequena-burguesia”, desde o reformismo de ações tidas como “direitistas”, até aos métodos de política revolucionária que refletiam o “esquerdismo” e “espontaneísmo” na prática partidária.

Na ótica pecebista, entre todas as autocríticas analisadas, desde sua fundação, identificamos os argumentos da “pressa pequeno-burguesa”, das tendências “sectárias e pequeno-burguesas”, do “desvio ideológico pequeno-burguês”, dentre tantos outros correlatos, para justificar as atuações inadequadas e insatisfatórias da instituição. Tais assertivas são inteligíveis ao verificarmos o temor da maioria dos dirigentes do PCB, “oriundos em geral de camadas médias tradicionais ou de setores decadentes da oligarquia, sem uma formação intelectual sofisticada”, em dividir o poder com os intelectuais comunistas, que seriam os portadores do saber teórico, do conhecimento científico capaz de gerenciar os rumos da história revolucionária<sup>101</sup>. Desta forma, estes mesmos dirigentes, que expunham a primazia de uma origem operária, desencadearam as constantes ondas “obreiristas” do passado comunista, amparadas nas velhas expressões do erro “pequeno-burguês”.

Além da esfera teórica, do ponto de vista prático o trabalho intelectual sofria um estrito controle da direção partidária. No Brasil, a coerção ideológica da produção cultural aprofundou-se com a publicação do Manifesto de Agosto, em 1950. Conforme Dênis de Moraes, “o patrulhamento enraizou-se no próprio cotidiano da intelectualidade comunista”<sup>102</sup>. Com o documento em vigor, ao menos três reuniões foram efetivadas pelo Comitê Central, visando a disciplinar o grupo literário, com requisições intolerantes acerca da execução da linha soviética. Neste mesmo período, Diógenes Arruda Câmara passou a atuar como censor literário do partido e sua intransigência tornaria a censura ainda mais rígida. Não havendo um mecanismo especializado ou um departamento que se ativesse especificamente do assunto, ficava a cargo de Arruda controlar e censurar as obras literárias, atividades realizadas muitas

---

<sup>101</sup> RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 82.

<sup>102</sup> MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, p. 158

vezes de forma arbitrária. Jacob Gorender declarou em suas memórias que tudo parava na “famosa gaveta de Diógenes Arruda, onde as coisas sumiam”<sup>103</sup>.

O jornalista Dênis de Moraes produziu uma pesquisa minuciosa tratando de casos em que escritores comunistas foram submetidos a censuras nas décadas de 1940-1950. Dentre os inúmeros tipos de coerção, é válido ressaltar que a censura prévia impossibilitava a publicação mesmo daqueles livros que tinham sido encomendados pelo comando partidário. Dentre eles, os casos célebres são dos autores Alina Paim e Dalcídio Jurandir. Após diversas mudanças nos originais, devido a “inconveniências” na escrita, a obra de Paim finalizada em 1952, só seria lançada no ano de 1955. O futuro de *Linha do parque*, trabalho em que Jurandir dedicou meses de pesquisa de campo no extremo sul do país, terminado também em 1952, emudeceu-se por anos nas gavetas dos dirigentes. Somente no início da década de 1960 ele seria publicado<sup>104</sup>.

Diante de tal cenário, acreditamos que a situação não era nada favorável para um intelectual nas fileiras do partido. Grande parte dos testemunhos de intelectuais vinculados ao PCB exprimiu o caráter “ornamental” que possuíam para a organização, pôr os utilizarem como meros instrumentos para propósitos políticos. Entretanto, a relação de artistas e intelectuais era um pouco mais complexa do que foi exposto até aqui. O que devemos ponderar é que havia interesses particulares em jogo, que permitiam a adesão destes nas camadas partidárias, apesar de todas as adversidades. Marcelo Ridenti considera que nos anos 1950, os principais fatores que levavam os intelectuais a se aproximarem do PCB envolviam razões políticas mais amplas. Dentre estas, estavam a identificação do partido com o “caminho viável” de contestação da estrutura política nacional, o imaginário que rondava a época sobre a inevitabilidade do socialismo e, especialmente, pela legitimidade que a filiação à organização dava àqueles que queriam “ganhar (ou evitar perder) prestígio em suas atividades”, tanto no seu campo de atuação, quanto pela hegemonia das ideias comunistas. Aprofundando esta análise, Ridenti afirma que “um escritor como Jorge Amado teve a sua capacidade e seu talento potencializados pela adesão ao PCB, cuja rede de contatos internacionais facilitou a publicação de seus romances em países dos quatro cantos do mundo”<sup>105</sup>. Era uma relação de mão dupla: apesar dos riscos que corriam da vida primordialmente clandestina como comunistas e dos recorrentes cerceamentos nas

---

<sup>103</sup> Entrevista de Gorender a Antônio Albino Rubin Apud RIDENTI, Marcelo. *Op. cit.*, p. 81.

<sup>104</sup> MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, pp. 150-167.

<sup>105</sup> RIDENTI, Marcelo. *Op. cit.*, p. 81.

publicações pelo controle partidário, ser comunista possibilitava o contato com uma rede de “proteção e solidariedade” internacional, que fornecia apoio e prestígio.

A situação se diversificaria no final dos anos 1950, quando as mudanças no PCB decorrentes dos questionamentos da doutrina stalinista engendrariam uma “autonomia inédita” para os artistas e intelectuais. Mesmo que a década de 1960 se mostrasse como o período de maior independência e projeção cultural dos círculos pecebistas, os meios para que estas transformações ocorressem já vinham sendo amadurecidos na vigência dos princípios stalinistas. É o que averiguaremos em seguida com as questões e atuações surgidas no debate do relatório Krushev. Ridenti afirma que as alterações percebidas no campo intelectual comunista, principalmente na segunda metade dos anos 1950, extrapolavam a conjuntura de crise internacional, sendo também fomentadas pelo processo de desenvolvimento de instituições acadêmicas no âmbito nacional. Em tal processo se incluía a ampliação e aperfeiçoamento das universidades e a emergência de projetos acadêmicos financiados pelo governo. Dentre estes, podemos citar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Nos anos 1960, visando manter-se ativo na esfera cultural, o PCB criou a revista *Estudos Sociais* e buscou manter um contato crescente com o ISEB e com as universidades, dialogando com produções de ciências humanas externas ao partido e ao marxismo<sup>106</sup>. Restou à organização política aprimorar sua instância intelectual para acompanhar o movimento cultural em ascensão, com a criação de novas publicações e a inserção nestes aparelhos acadêmicos, aceitando uma maior autonomia do trabalho intelectual no interior partidário, com a ressalva de não se contrapor à linha pecebista,

O desenrolar do debate revelaria capítulos candentes do convívio conflituoso entre as categorias do partido Logo após a divulgação da carta de João Batista, a discussão tornar-se-ia irreversível, diante da abundância de manifestações que chegavam aos jornais. Aquela fé no “grande pai” dos comunistas, no “paraíso” soviético, nas lideranças pecebistas, por alguns iam sendo pulverizada; enquanto, tantos outros mantinham esta mesma fé atingida apenas por pequenos arranhões ou mesmo inabalada. As diversas posições, integrantes de contradições latentes que envolvem todo o passado pecebista, produziram um movimento contestatório completamente singular, do ponto de vista da amplitude crítica. Resta-nos identificar algumas implicações deste movimento.

---

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 79.

### 3.2. Conflitos revelados: a divergência de opiniões no seio da militância

Senti uma dor no estômago, percebi que a vista estava me escurecendo e, com náuseas, tive uma vontade irresistível de vomitar. O choque era tremendo<sup>107</sup>.

As linhas acima representam os sentimentos atemorizantes de um dirigente do Partido Comunista do Brasil quando constatou que o relatório Krushev era realmente verídico. Não só Agildo Barata, mas vários militantes comunistas escreveriam suas memórias dos acontecimentos do “ano terrível” sob a descrição da sensação incômoda que se refletia em seus comportamentos corporais. Osvaldo Peralva, que na época encontrava-se em Moscou para atividades no Kominform, foi um dos primeiros brasileiros a conhecer a legitimidade das denúncias. Na obra “*O Retrato*”, expôs sua desordem emocional quando as incertezas não mais se sustentavam: “tive vontade de chorar, de chorar com todo o corpo, chorar alto, soluçando, o pranto correndo em abundância, para que meus nervos se relaxassem e eu caísse em estado de prostração... e adormecesse”<sup>108</sup>.

A dor emocional transfigurada em sintomas físicos expressava-se também nas lembranças do líder sindicalista Hércules Corrêa. Recebendo uma versão do documento pelas mãos de Barata, o militante, sem saber do que se tratava, relatou sua indigestão ao lê-lo após o desjejum: “Comecei a passar mal, quase vomitei o jantar”<sup>109</sup>. O impacto das revelações do então secretário-geral do PCUS foi tão profundo que décadas mais tarde os comunistas brasileiros ainda (re) vivenciavam as sensações daquela época. Apesar das perspectivas individuais muitas vezes serem contrastantes, devido às diferentes reações com a comprovação do informe, a expressão de uma “memória coletiva” cristalizou-se em histórias mais ou menos compartilhadas<sup>110</sup>. Na conjuntura daquele longo ano, as críticas contundentes à tradição soviética, aliadas ao questionamento da estrutura do partido brasileiro e às

---

<sup>107</sup> BARATA, Agildo. *Op. cit.*, p. 355.

<sup>108</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 208.

<sup>109</sup> CÔRREA, Hércules Apud FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 294.

<sup>110</sup> Partimos da perspectiva de Maurice Halbwachs, ao referir-se à lembrança individual de um acontecimento passado, a partir do embasamento em uma memória coletiva. Dessa forma, a lembrança estaria amparada em “noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros”. Nesta perspectiva, aquele imaginário comunista que rondava a mente dos militantes partidários permitia que, mesmo que a participação efetiva em determinado acontecimento não existisse, o arquivo alastrado pela memória coletiva indicava a cada comunista os fatos magníficos e lastimáveis que compunham a história partidária. Neste caso, a crise de 1956 consistia em um momento tão angustiante, que as sensações estarrecidas e muitas vezes corpóreas passavam a constituir em memórias compartilhadas do período. Ver: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

interpretações contraditórias, evidenciadas com veemência pela sua imprensa, fomentaria um dos períodos mais caóticos da história do PCB.

O choque que evidenciamos, após a perplexidade inicial, projetou-se em amplo embate de ideias. Entre as questões candentes da discussão, desencadeada pelos jornalistas, além das contendas acerca da sua própria condução estavam: o caráter de Stálin e o culto relegado a ele, a tradição soviética amparada no stalinismo, as atitudes do novo comando da URSS, a linha política adotada pelo PCB, a estrutura autoritária do partido, o culto a Prestes, os métodos de direção, internacionalismo proletário versus nacionalismo, além das apreciações do trabalho do *IP* durante o debate. Por trás de todos estes questionamentos, críticas, defesas e reconfigurações apareciam grupos mais ou menos delimitados, que exprimiam suas percepções da conjuntura de maneira diferenciada. Para fins desta pesquisa, dividimos os participantes da discussão pelo diário carioca em três categorias: os intelectuais, os militantes de camadas inferiores e os dirigentes partidários.

Dessa forma, as propostas e objetivos divergentes, suscitadas pelo relatório, possibilitaram a identificação de quatro dimensões basilares do debate: o questionamento profundo dos princípios stalinistas e da atuação do PCB, instituído, em grande medida, por intelectuais; a defesa inflexível de Stálin e as ofensivas a Krushev, principalmente pelas camadas inferiores; a moderação da direção partidária e a tentativa de reestruturação da *tensão máxima*; o acirramento da relação entre intelectuais e demais componentes do partido. Nesse momento, as discórdias interpretativas e as contendas de nível prático, não distintivas do ano de 1956, acabaram sendo intensificadas pela crise mundial da tradição soviética, levando à majoração do distanciamento destes estratos partidários. Distanciamento este, às vezes opaco, às vezes perceptível, mas até então não escancarado publicamente por integrantes e órgãos da organização comunista brasileira, como aconteceu nas discussões sobre o documento atribuído à Krushev.

### *3.2.1. A dissolução da narrativa mitológica pela camada intelectual*

No decorrer do mês de outubro, a discussão acerca do informe soviético foi progressivamente se acirrando. O primeiro momento, em que saudações e reprovações à atitude de João Batista ultrapassavam os questionamentos do relatório, logo estaria sobrepujado pelo descrédito à tradição bolchevista, em consequência das denúncias de crimes

perpetrados por Stálin. E assim, começaram a surgir artigos extremamente contestadores do período stalinista e da aplicação daquela doutrina no Brasil. Estudos históricos sugerem que tanto o desencadeamento do debate, quanto as críticas mais contundentes “ao modelo de partido leninista, ao PCUS, ao alinhamento incondicional do PCB à URSS, ao centralismo democrático, entre outras situações” foram efetuados pelo grupo denominado “Sinédrio”. Segundo o militante Osvaldo Peralva, que compunha a agremiação, este era formado por:

Antônio Rezende, meu colega no curso em Moscou e antigo dirigente da União da Juventude Comunista; Armando Lopes da Cunha, ex-secretário de *Democracia Popular* e membro da Comissão de Propaganda do CC; Aydano do Couto Ferraz, diretor da *Voz Operária* e ex-diretor da *Tribuna Popular*; Carlos Duarte, ex-diretor da *Imprensa Popular*; Demóstenes Lobo, antigo dirigente da União da Juventude Comunista e ex-secretário da Federação Mundial da Juventude Democrática, sediada em Budapeste; Ernesto Luiz Maia, comentarista internacional da *Voz Operária*; João Batista de Lima e Silva, redator e ex-diretor da *Voz Operária* e *Imprensa Popular*; Victor M. Konder, diretor da revista *Problemas*; Zacarias Carvalho, diretor do semanário *Democracia Popular* e membro da Comissão de Massas do CC<sup>111</sup>.

Grupo que reunia intelectuais e jornalistas integrantes da imprensa pecebista, tinha como núcleo o jornal *Voz Operária* e como sede a casa de um dos instituidores: Ernesto Luiz Maia. Peralva, em suas memórias, ressalta que, apesar de ser composto por intelectuais com altos cargos nos meios de comunicação comunista e ter como centro o jornal oficial do partido, as atividades do Sinédrio eram clandestinas também para a direção, pois apresentavam posições divergentes desta. Ainda conforme o militante, a própria abertura do debate teria sido um acordo premeditado do grupo, que estabeleceu a carta de Maurício Pinto Ferreira “estranhando a calmaria” e a resposta de Lima e Silva como o estopim das discussões.

As especulações acerca de tal facção partidária foram expostas para aludirmos novamente a iniciativa do intelectual pecebista na luta de opiniões que se travava em âmbito mundial. E além desta iniciativa, o caráter “renovador” de suas assertivas, que geralmente era entendido como “radicalidade pequeno-burguesa” por parte das outras camadas partidárias. Apesar de considerarmos a existência de tal grupo, entendemos que a atuação dos intelectuais

---

<sup>111</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 184-185.

no debate o excede, visto que a amplitude do mesmo permitiu que as opiniões intelectualizadas extrapolassem a composição e os limites do Sinédrio.

Assim que o artigo de João Batista de Lima e Silva foi publicado, o grito dos intelectuais explodiu vigorosamente nas páginas do jornal carioca. Tanto que as primeiras respostas ao jornalista vieram de seus companheiros de profissão. Entre as contribuições que logo chegaram as redações, é notória a participação de escritores e jornalistas que contribuía assiduamente para o próprio diário. Os primeiros a expressar suas opiniões foram Dalcídio Jurandir, Isaac Akcelrud e Jorge Amado. Seus artigos, além de consistirem em reação imediata à carta de João Batista, são significativos pela ligação sólida destes intelectuais com o *IP* e pela repercussão que tiveram entre os militantes pecebistas.

O romancista Dalcídio Jurandir, redator do jornal, endereçava sua carta diretamente ao precursor das discussões, saudando com euforia tal atitude que “tardava”. Suas palavras exprimiam o dissabor com o longo silêncio em que se envolviam os comunistas brasileiros, enquanto pelo mundo todo já se discutia o relatório Krushev. Indagando o porquê desta taciturnidade, refletia: “Que somos nós para que o coração e a consciência não declarem a sua amargura e a sua revolta? Não devemos reclamar um minucioso e amplo esclarecimento sobre as questões?”. Jurandir mergulhava, como tantos outros, em dúvidas e autocríticas profundas acerca da ingenuidade de cada comunista, sobretudo dos intelectuais, pela sua condição de formadores de opinião. Dessa forma, expressava além do comportamento estarecido peculiar deste momento, uma culpabilidade intrínseca a todos os filhos do stalinismo (“como nos sentimos também culpados!”; “como tão pouco inteligentes fomos!”)<sup>112</sup>. Assim, o autor indicava que a imobilidade e a crença na doutrina e nas diretivas da direção como infalíveis, conduziram ao culto e todas as consequências que dele advinham.

É significativa a análise produzida em sua fala acerca da estratégia revolucionária do PCB, pela profundidade crítica que expõe, sem medo ou amarras que o prenda a diretrizes e resoluções. De acordo com seus argumentos,

Enrodilhados numa seita, deslumbrados com o próprio túnel em que caminhávamos (caminhávamos?), pregávamos a revolução como uma coisa abstrata ou estandarizada, exclusividade nossa, de meia confecção, como

---

<sup>112</sup> JURANDIR, Dalcídio. Uma discussão que está em tôdas as cabeças. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.934. 09 de outubro de 1956, p. 03.

um faz de conta. Quando ela, tão complexa, está aqui, fora, larga e exuberante, sem caber em fórmulas e solitárias palavras de ordem!<sup>113</sup>

Assim, este diagnóstico autocrítico da forma como o Partido Comunista do Brasil vinha conduzindo a luta pela revolução contrapunha-se ao dogma marxista da inevitabilidade da revolução socialista, uma vez que fórmulas “abstratas e estandarizadas” não bastariam para edificar o processo revolucionário. E, dessa forma, ele ainda apontava a necessidade de vivificação deste processo, refletindo sobre as circunstâncias concretas da conjuntura brasileira.

Dentre inúmeras indagações expressas em seu artigo, acerca das consequências da presença da tradição stalinista na atuação do PCB, Jurandir examinava a falta de interpretação da mesma para aplicá-la no Brasil. Esse argumento, que integrava o novo contexto marcado pelas declarações de Palmiro Togliatti sobre a atenção às peculiaridades de cada país para o desencadeamento da revolução socialista, possibilitou à conclusão dilacerante do jornalista de que não bastava “a ‘fidelidade aos princípios’” para que os comunistas brasileiros fossem vitoriosos. Ou seja, o autor referia-se publicamente, em um jornal do partido, que o PCB havia se desligado do caminho brasileiro, pois não havia uma pesquisa crítica e concreta de interpretação da realidade nacional, apenas transplantação da tradição

Atuante em vários periódicos pecebistas ao longo de sua militância, o jornalista Isaac Akcelrud, trabalhava como editor-chefe do *IP*. Poucos dias após a explosão dos questionamentos pelas páginas do jornal, ele daria sua contribuição alicerçada no desvencilhamento de qualquer esteio que pudesse disciplinar o embate de ideias. Seu artigo “Pela discussão, contra o ‘Prato feito’” tornou-se um dos núcleos relevantes de conflitos acerca da condução do debate. Considerando um “direito inalienável” de todo ser humano, a discussão livre, ampla e responsável através da imprensa, opunha-se ao sufocamento até então empregado pela direção partidária e à própria tendência de controle do debate pelo núcleo dirigente, pelo “prato feito”. Assim, Akcelrud propunha uma liberdade individual de ação como dever de cada comunista no processo instalado, reiterando: “é preciso romper a crosta da rotina e da passividade ideológica para poder ver o que se passa em torno de nós”<sup>114</sup>.

---

<sup>113</sup> *Idem*.

<sup>114</sup> AKCELROD, Isaac. Pela discussão, contra o ‘Prato Feito’. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.935. 10 de outubro de 1956, p. 03.

A proposta de ruptura com a “passividade ideológica” demonstrava que a posição destes intelectuais, ao refletirem sobre o caráter e os rumos do debate, revelava um tratamento atípico em relação aos princípios marxista-leninistas e à estrutura do PCB. Tal abordagem apontava para a composição de um processo que levaria à deterioração do que Moisés Vinhas intitulou de “couraça ideológica”. No desenrolar das discussões, as insatisfações com o vínculo entre a atuação do partido brasileiro e a tradição soviética deixavam evidentes argumentos que atentavam para as nocividades de uma relação ilimitada e subordinada ao mundo soviético, bem como ao domínio de um imaginário coletivo que barrava qualquer discordância. Conforme Vinhas, apesar dos movimentos após a morte de Getúlio e as eleições de 1955 terem causado lacerações na política “dogmática” instituída no IV Congresso do PCB, somente após o XX Congresso bolchevista que houve um encadeamento avaliativo intenso, permitindo que a “armadura stalinista rachasse por todos os lados”<sup>115</sup>.

Duas perspectivas são primordialmente interessantes na fala de Akcelrud. Primeiro, podemos citar as dimensões *livre e responsável* da sua proposta de discussão. Ao mesmo tempo em que advogava que o processo estabelecido devia ser espontâneo, sem amarras da direção partidária, também estipulava que este precisava estar “a serviço da coesão de nossas fileiras, da disciplina e da máxima coordenação e conjugação de esforços”<sup>116</sup>. Ou seja, esta responsabilidade residiria em uma ordenação do debate, que partiria da subjetividade, mas focava-se fundamentalmente na unidade partidária, instituída na atuação livre, mas amparada em princípios. Controle coercitivo por parte do Comitê Central não; atenção às normas partidárias sim.

Desta forma, apesar do domínio da autoridade ser refutado, o que rompia com um dos principais instrumentos da *tensão máxima*, o intelectual convocava a indispensabilidade da disciplina aos estatutos do partido marxista-leninista, reiterando o imaginário que conduz a caracterizá-lo como um estado-maior. Esta concepção, arraigada à estrutura dos partidos comunistas, simbolizava a preponderância do coletivo ao individual. A incontestabilidade desse fator por um dos integrantes do movimento mais radical de exame das denúncias de Krushev nos indica que os mecanismos de mistificação e coesão que embalavam os comunistas brasileiros perdurariam. O segundo aspecto interessante, que também foi apontado por Jurandir, refere-se à ligação do debate ao conhecimento da “realidade concreta” do Brasil.

---

<sup>115</sup> VINHAS, Moisés. *Op. cit.*, p. 179.

<sup>116</sup> AKCELROUD, Isaac. Pela discussão, contra o ‘Prato Feito’. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.935. 10 de outubro de 1956, p. 03.

Novamente, incidia-se na questão dos modelos, identificando que somente as condições específicas e nacionais promoveriam um confronto de opinião compatível com a situação do PCB. Dizia: “que todos falem e de maneira responsável, como comunistas brasileiros e não como comunistas chineses, italianos, franceses ou americanos do norte. Eles estão no poder ou o seus partidos estão na legalidade”<sup>117</sup>.

Considerado um dos mais importantes intelectuais comunistas dos anos 1940 e 1950, pelas inúmeras obras literárias vinculadas ao comunismo e sua notoriedade extrapartidária, Jorge Amado também exaltava a discussão livre, sem qualquer tipo de limitações. Para ele, delimitações e cerceamentos não condiziam mais com a conjuntura aberta por Krushev. Estes fatores eram vinculados a “outro tempo”, marcado pelo “mandonismo”, pelo “espírito de seita”, pela “negação no homem”. Ao empregar tais expressões, Amado desprendia-se do princípio da superioridade da organização política, que “asfixiava o pensamento e ação” dos militantes, levando à desumanização das atitudes. Dessa forma, o escritor seguia a linha de seus companheiros intelectuais na busca pela discussão primordial dos efeitos do culto no Brasil, ressaltando a responsabilização da cada militante para que a “mais daninha e venenosa das ervas” pudesse adentrar o imaginário comunista.

De forma genérica, o intelectual utilizava-se do processo autocrítico amparado na primeira pessoa do plural, identificando a culpabilidade de todos perante as nefastas representações do culto no Brasil. Dentre estas, o que ficou mais aparente em seu texto é a elevação da vanguarda revolucionária como possuidora de um saber superior, o que levou ao personalismo e autoritarismo dos partidos comunistas, e a inação daqueles que pensavam respeitar a verdade revolucionária dirigida pelos soviéticos. Para ele, as consciências exigiam um amplo debate público, desde dirigentes à “grande massa”, para que os comunistas conseguissem se desvencilhar completamente do período stalinista, envolto por “sangue e lama”<sup>118</sup>. Entre o palavreado rebuscado, as emoções que emanavam em cada parágrafo, Jorge Amado demonstrava a decepção com sua trajetória pelo engajamento ao lado dos soviéticos. Processo que acarretaria sua saída do partido ainda em 1956<sup>119</sup>.

---

<sup>117</sup> *Idem*.

<sup>118</sup> AMADO, Jorge. Uma discussão que está em tôdas as cabeças. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.936. 11 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>119</sup> SOTANA, Edvaldo Correa. O engajamento intelectual de Jorge Amado: aspectos da militância comunista e repressão em ‘tempos de experiência democrática’. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Orgs.). *Intelectuais & comunismo no Brasil (1920-1950): Gustavo Barroso – Plínio Salgado – Alceu Amoroso Lima – Jorge Amado – Miguel Costa*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2011.

Até meados de 1957, o dilúvio de cartas que chegou às dependências do *IP* era, em sua maioria, de integrantes da camada intelectual partidária. No decorrer dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1956, período de maior intensidade do debate, solidificou-se um movimento amplamente crítico da tradição soviética e sua aplicação no Brasil. Esta tendência, que já podia ser notada com os primeiros artigos publicados, promovia os questionamentos mais profundos da concepção de partidos comunistas até então adotada, assim como indicava o “colapso do modelo exemplar” para muitos militantes. Especificamente em relação ao ponto crucial do informe de Krushev, relacionado ao culto e aos crimes do contexto stalinista, os intelectuais pecebistas vasculhavam os motivos que levaram tantos indivíduos professarem uma concepção apologética, nos moldes dos ritos praticados pelo cristianismo, ao elevar Stálin ao “pontífice supremo” do comunismo<sup>120</sup>. Dessa forma, passavam a objetar toda a mitologia política formada ao redor da figura do “guia” soviético, ao mesmo tempo em que rejeitavam a postura até então adotada pelo PCB de “solidariedade sem limites a União Soviética”<sup>121</sup>.

A refutação do “dogmatismo” pecebista foi adquirindo intensidade nas análises que indicavam as falhas da prática revolucionária e do próprio atrofiamento da estrutura partidária. Nesse sentido, o jornalista Moacir Werneck de Castro salientava a falta de conhecimento da história brasileira, levando os comunistas a se portarem através de “fórmulas e receitas” em que colocavam o rótulo de “ciência”, tornando-se verdade absoluta e, por isso, incontestável. Sua crítica atingia diretamente os princípios marxista-leninistas tanto por sua autoafirmação como concepção científica, como pela adoção “irrestrita” e “inconteste” destes pelos partidos comunistas, induzindo à supressão da capacidade de agência dos revolucionários. O questionamento do intelectual era tão profundo que incidia nas bases fundadoras da doutrina que regia seus pensamentos e ações, representando a ruptura com o imaginário mítico em torno das diretrizes soviéticas e das vanguardas políticas. Com a constatação desta perspectiva, podemos avaliar que os reflexos do relatório Krushev extrapolavam o plano das contestações ali propostas, gerando um processo de (re) configuração do espírito e do discurso comunista.

Rechaçando as atividades pecebistas sob o domínio stalinista, Castro ainda caracterizava o Partido Comunista do Brasil como mera “sucursal raquílica daquela

---

<sup>120</sup> MAIA, Ernesto Luiz. O Programa, tema de discussão indispensável. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.938. 13 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>121</sup> SQUEFF, Egdio. Ponto Pacífico - Uma discussão que está em tôdas as cabeças. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.946. 23 de outubro de 1956, p. 03.

‘sabedoria’ em pílulas, que tãda se concentrava nas ‘geniais indicações’ de informes”<sup>122</sup>. É interessante notar as aspas utilizadas pelo autor ao tratar da tradição soviética e suas diretrizes, indicando uma desconstrução do que era visto anteriormente como o irrefutável conhecimento marxista.

Aprofundando esta perspectiva, o comentarista internacional do *Voz Operária* e um dos membros fundadores do “Sinédrio”, Ernesto Luiz Maia argumentava que as consequências do culto no Brasil foram das mais amplas já vistas entre todos os países, devido à “adoção mecânica” por parte do PCB de conceitos e métodos incompatíveis com a realidade nacional. Vários foram os intelectuais que persistiram na premissa de absorção automática dos princípios soviéticos, sem atenção às condições específicas brasileiras. Expressões como “simples robots”, “mera seção brasileira”, “fidelidade incondicional e sem limites”, “servilismo político” tornaram-se recorrentes para caracterizar a atuação dos comunistas brasileiros e seu partido frente à doutrina stalinista. Questionava-se todo o processo de inserção do marxismo-leninismo no Brasil, deturpado pela exaltação de um “gênio” que ditava diretivas acatadas como dogmas pelos pecebistas.

Outros acreditavam que as representações do culto não explicariam totalmente as deficiências na capacidade do Partido Comunista do Brasil em atingir amplas camadas sociais. Victor M. Konder, jornalista, enfatizava ser impossível “tomar o culto à personalidade como o ‘Abre-te Sésamo’ de todos os nossos defeitos e utilizar o embate ao mesmo culto como panacéia capaz de curar tãdas as feridas”<sup>123</sup>. Mas, de qualquer forma, chegava à mesma conclusão compartilhada por grande parte dos intelectuais, acerca das análises críticas e autocríticas para obter uma interpretação justa das estratégias comunistas condizentes com a conjuntura nacional. Dessa forma, edificava-se um processo de descrédito irreversível que levava a maioria dos intelectuais filiados ao PCB a contestações de alicerces profundamente arraigados no imaginário pecebista, nascido sob a égide do stalinismo.

Para esta camada claramente “o modelo exemplar inspirado por Stálin” entrava em colapso. As inflexões para o Partido Comunista do Brasil revelariam a oposição às diretrizes do IV Congresso, concebidas como obsoletas já na sua realização. Era a primeira vez que, publicamente, militantes pecebistas declaravam a contradição do programa partidário com a

---

<sup>122</sup> CASTRO, Moacyr Werneck de. Uma discussão que está em tãdas as cabeças. Sem extirpar o dogmatismo não conseguiremos avançar. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.937. 12 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>123</sup> KONDER, Victor M. O culto à personalidade explica tudo? *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.964. 14 de novembro de 1956, p. 05.

atuação prática dos últimos anos. Luiz Maia, em seu artigo do dia 13 de outubro, exemplificava este afastamento logo após a morte de Vargas através da aliança dos comunistas com outras forças do povo que eles não representariam, até mesmo agentes norte-americanos. Segundo o autor, neste período ficou patente “a incongruência entre a fixação de certas posições táticas e as posições estratégicas determinadas pelo programa”<sup>124</sup>. Analisando a atuação pecebista no atual governo, considerava ainda que as dificuldades para compreender o posicionamento do partido frente à presidência de Kubitschek eram decorrentes do documento “dogmático” que não mais os orientava. Assim, muitos debatedores passaram a pregar a necessidade de realização de um novo congresso que pudesse encampar uma teoria “real” para o caminho da revolução brasileira. O V Congresso seria a representação maior dessa liberdade de expressão, em que a opinião da maioria fosse levada em conta, muito diferente da “símile pecebista do concílio romano da infalibilidade papal” concretizada em 1954<sup>125</sup>.

Alguns mais críticos e talvez mais ressentidos com o partido, como é o caso de Octávio Brandão, propunham a refundação total do PC, através do estudo do marxismo dialético, do materialismo histórico e da realidade brasileira, com a aplicação de uma nova política de quadros e na luta contra os “oportunistas” de esquerda e de direita. Seu discurso trazia uma crítica feroz à constituição do partido, expressando as velhas diretrizes “obreiristas”. É interessante notar o que acontece com o intelectual formado no início da história dos comunistas do Brasil. Brandão parece revisitar as críticas que sofrera durante o processo de “obreirização” terceiro-internacionalista, quando foi tachado de “pequeno-burguês” pelas suas análises sobre a aliança com as forças dos levantes militares dos anos 1920 e expulso do Comitê Central. Assim, sua proposta de reforma partidária agrega a formação de “uma nova composição social para o PC”, não mais amparada no peso da “pequena-burguesia urbana”, reestruturada a partir da “ossatura proletária”<sup>126</sup>. Taxando membros partidários como “pequeno-burgueses” seguia o mesmo esteio de muitos militantes de camadas inferiores que criticavam avidamente a trajetória de jornalistas, artistas e escritores no interior do partido, recrudescendo a divisão entre as diferentes camadas que o compunham.

---

<sup>124</sup> MAIA, Ernesto Luiz. O Programa, tema de discussão indispensável. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.938. 13 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>125</sup> FREIRE, Eduardo S. M. Que as bocas se abram, mas... não para engulir moscas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.946. 23 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>126</sup> BRANDÃO, Octávio. A política de quadros. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.949/n. 1.950. 26 de outubro de 1956/ 27 de outubro de 1956, p. 03.

Entre perspectivas diferentes acerca do debate, uma minoria de intelectuais defendia a limitação deste, “dentro de padrões aceitáveis para um partido revolucionário”<sup>127</sup>. Nas assertivas do diretor do *IP*, Pedro Motta Lima, embora sustentasse a necessidade das discussões, estavam presentes objetivos delimitados para processo que se instalava, como a localização das críticas e autocríticas somente acerca das consequências do culto no Brasil. Para ele, o direito de opinar não podia transgredir a sua própria finalidade, “reforçar a homogeneidade do destacamento da vanguarda”<sup>128</sup>. Assim como Motta Lima, o jornalista Santos Moraes advogava tal perspectiva, explícita já no título de seu artigo: “Não pode e não deve ser atingida a unidade de nosso movimento”. Dessa forma, estigmatizava o debate amplo, capaz somente de “aprofundar a crise de consciência” de cada comunista, defendendo uma discussão centrada em mudanças que não atingissem a unidade do “nosso movimento”<sup>129</sup>.

Apesar de algumas vozes dissonantes, o que percebemos é que havia um extenso movimento inquisitório visando a ruptura com arquétipos doutrinadores e tendências autoritárias arraigadas na estrutura do partido brasileiro. A intelectualidade reivindicava a problematização de tudo que compunha a estratégia e a tática partidária, a adoção das diretivas que vinham de fora como “penúltimas palavras”, a serem discutidas, assimiladas ou repelidas, para que sua aplicação fosse condizente com a realidade brasileira. A contestação por parte de diversos intelectuais além de fomentar o debate pelas páginas da imprensa pecebista, apontava a existência de um ceticismo com o pano de fundo teórico-político que os orientava: a tradição soviética. A refutação da obediência estrita a pressupostos desta tradição colocava em xeque a estrutura pecebista de fundamentação na doutrina soviética, de um modo totalmente novo. A história do PCB foi marcada por interregnos em que o controle do marxismo-leninismo e sua influência no partido eram maiores, e outros em que percebemos que os comunistas brasileiros buscaram, de alguma forma, reconfigurar a doutrina para adequá-la à realidade do país. No período estudado, esta reconfiguração vai além da adequação à conjuntura nacional, pois revelava a própria descrença de muitos em relação à doutrina, gerando um aprofundamento na oposição da transplantação de ideias externas ao contexto brasileiro.

---

<sup>127</sup> FERREIRA, Jorge Ferreira, *Op. cit.* (2002), p. 296.

<sup>128</sup> MOTTA LIMA, Pedro. Para começo de conversa num debate apaixonante. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.936. 11 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>129</sup> SANTOS MORAES. Não pode e não deve ser atingida a unidade de nosso movimento. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.938. 13 de outubro de 1956, p. 03.

Em 1956, quando Krushev denunciou os crimes de Stálin, derrubou o mito em torno do homem que encampava todos os princípios e saberes comunistas, incontáveis questionamentos circundavam as mentes daqueles que abraçavam devotadamente os ensinamentos soviéticos. Para alguns, o surgimento de dilemas tão acentuados gerava interpretações que não se adequavam mais à teoria stalinista, exigindo uma nova compreensão da tradição, desenvolvendo-a, ajustando-a ou mesmo rejeitando-a. Desse ponto de vista, as reações dos intelectuais pecebistas demonstraram um grande processo de reformulação da tradição, procurando além de extirpar o stalinismo dos fundamentos marxista-leninistas, questionar a narrativa mitológica que permeava constituição e ação dos PCs. Ao lidar com os dilemas, muitos não teriam resistido ao esfacelamento do modelo criado por Stálin. Conforme Moisés Vinhas, até 1958, grande parte da intelectualidade se afastou do partido, “insatisfeita e desiludida”<sup>130</sup>.

### 3.2.2. *O imaginário inalterado*

A vanguarda dos jornalistas encetando o debate, sem autorização do Comitê Central, não foi bem vista por militantes e simpatizantes, que se proclamavam “modestos operários”. Considerada uma “imensa heresia”, a atitude de João Batista de Lima e Silva e dos demais intelectuais que propunham um curso livre e amplo para a discussão suscitou reações amargas naqueles que não admitiam discutir abertamente o processo traumático desencadeado por Krushev. Indicamos acima que, dentre as primeiras cartas que chegaram à redação do *IP* já se atentava para a necessidade de ter princípios e disciplina na execução de uma luta de opiniões daquela envergadura. Alguns, mais obstinados, acreditavam que o debate pela imprensa comunista só serviriam de armas aos inimigos.

Nesse sentido, J. B. Caldas, militante das organizações de base, declarava ser totalmente contra aquele movimento, que só servia aos adversários, para “enlamear camaradas honrados que sempre souberam defender o partido contra as suas tramas”. Para ele, o modo como fora aberto a discussão e como ela vinha sendo conduzida, com críticas abertas a membros da direção e ao partido indicava sua característica desprezível: era um “debate de traidores”<sup>131</sup>. A opinião de Caldas expressava a tendência entre os militantes inferiores, de crítica feroz aos intelectuais que ousaram violar a autoridade da cúpula pecebista,

---

<sup>130</sup> VINHAS, Moisés, *Op. cit.*, p. 181.

<sup>131</sup> CALDAS, J. B. Uma opinião sobre o debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.962. 11 de novembro de 1956, p. 05.

demonstrando sua “pressa pequeno-burguesa” e conduzindo uma discussão apreciada como “muito intelectualizada”, com um tipo de linguagem e também de posicionamento que em nada auxiliava a “massa” trabalhadora.

Além de julgarem precipitada a atitude dos jornalistas, muitos ainda não acreditavam na legitimidade do relatório atribuído ao secretário-geral do PCUS. Apesar das evidências constantes nas páginas dos jornais, a dúvida cercava o imaginário dos que não tiveram a possibilidade de ler o documento ou só ficaram sabendo de sua existência pela imprensa dita “burguesa”. Estes acreditavam que a discussão que se travava era uma luta de opinião que só interessava aos “pequeno-burgueses” e “oportunistas”, o que, como dizia A. Pinheiro Machado Netto, significava “inimigo do povo”, na época stalinista<sup>132</sup>. Seu posicionamento demonstrava a tendência explícita no decorrer do debate de desconfiança em relação às ações da intelectualidade, provocando a retomada de contradições latentes entre as diversas categorias que compunham o partido.

Decorrido um mês desde a abertura da altercação, José Portella declarava-se a favor do combate ao culto à personalidade, expresso nos documentos do XX Congresso, mas não aceitava um debate em torno do “documento apócrifo atribuído ao camarada Krushiov, no qual Stálin é apresentado como um monstro sem entranhas”<sup>133</sup>. A desconfiança dos militantes de base perpassava pelo enraizamento do culto nesta camada, que não conseguia desvencilhar-se da imagem do “grande homem”, procurando formas de justificar seus erros, indagando se é que realmente existiram.

O recrudescimento das críticas a Stálin nas páginas dos jornais, por jornalistas e escritores, provocou respostas emocionadas de repúdio por parte do operariado. Não conseguindo conter suas reações corporais ao ler as páginas do *IP*, o simpatizante do partido, José de Seixas, dizia se sentir “prejudicado fisicamente” ao ver as “deferências grosseiras, pejorativas e humilhantes, dirigidas diretamente à pessoa de Stálin”. Acreditava ser um “desrespeito à memória” de um homem que sacrificou a vida pelo progresso da União Soviética e pela elevação moral dos trabalhadores do mundo<sup>134</sup>. O trabalhador ambulante, Leôncio Azambuja completava: “continuo a ter imensa admiração por Stálin, pelo que deu de

---

<sup>132</sup> NETTO, A. Pinheiro Machado. Por que não se publica o Informe Secreto de Krushiov? *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.945. 21 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>133</sup> PORTELLA, José. Corrigir erros, reconsiderar atitudes e traçar novos rumos. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.963. 13 de novembro de 1956, p. 05.

<sup>134</sup> SEIXAS, José de. Stálin e a grandeza da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.960. 09 de novembro de 1956, p. 05.

bom à humanidade durante cinquenta anos no Partido e mais de vinte como chefe de govêrno da U.R.S.S.”<sup>135</sup>. Diante de provas incontestáveis de tão graves atrocidades cometidas pelo “genial guia dos povos”, muitos buscaram justificá-las. Dentre estes, o militante J. Pederneiras enfatizava em seu artigo que se houve mesmo crime foi devido à situação histórica de consolidação da jovem república socialista assolada por uma “brutal e cruel pressão política, ideológica, econômica”. Neste contexto, se não fosse a direção enérgica e até mesmo violenta de Stálin, as contradições internas não teriam sido superadas. “Injustiças puderam ter sido cometidas. Era uma fatalidade histórica”<sup>136</sup>. Ao invés do monstro disseminado pelos intelectuais, estes militantes reafirmavam a genialidade e generosidade daquele que fez tudo o que fez pelo povo soviético, sem nenhuma “exploração para benefício próprio”. E por isso, Stálin estava de parabéns, “porque defendeu o povo custasse o que custasse”<sup>137</sup>.

Assim, além da figura do Homem de Aço permanecer “ílesa, sólida e imperturbável” para os militantes de organizações de base e alguns simpatizantes, a continuidade do seu culto estava presente na fala dos mesmos. Vários foram os discursos compostos por uma narrativa mítica imune às críticas do relatório Krushev. O operário paranaense, Aurélio Meireles Escouto era contundente em declarar: “Se é verdade que as massas fazem a história, também é verdade que elas fazem os seus heróis. Para mim o camarada Stálin foi e será sempre um herói dos Povos Soviéticos”<sup>138</sup>. Para estes integrantes do Partido Comunista do Brasil, Stálin continuava a ser um mito político.

Paralelamente à defesa de Stálin, surgia outro movimento, de hostilidade ao então secretário-geral do PCUS. São diversos os comentários desconfiados e hostis ao líder soviético. No burburinho da época, muitos levantavam a hipótese de que a classe operária o considerava um traidor. Benedito Pontes, que se autoproclamava “um homem simples do povo”, condenava a atitude de Krushev em não divulgar o relatório para todos os partidos comunistas do mundo, uma vez que Stálin era considerado “dirigente de todo o proletariado mundial”, mostrando as provas de tais crimes e buscando uma solução conjunta. Segundo ele, Krushev, além de ignorar os líderes de vários partidos, ao não ler o documento perante todos

---

<sup>135</sup> AZAMBUJA, Leôncio. O Relatório K. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 03.

<sup>136</sup> PEDERNEIRAS, J. Teria sido um mito o prestígio de Stálin? *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.964. 14 de novembro de 1956, p. 05.

<sup>137</sup> SANTOS, Altamir. Uma carta para o debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.968. 20 de novembro de 1956, p. 05.

<sup>138</sup> ESCOUTO, Aurélio Meireles. Contribuição de um operário do Paraná. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.009. 09 de janeiro de 1957, p. 02.

que estavam no congresso, expressou no informe “80% das acusações que anteriormente os Trozquistas fizeram à Stálin”, ou seja, sem verificação qualquer, a maior parte do que ali foi declarado era leviano. Além disso, culpava o secretário-geral de ter preparado um documento chamado “secreto”, “fazendo êle próprio com que o mesmo caísse nas mãos do inimigo”. Ainda reprovava sua falta de ética comunista, ao referir-se à existência de um item nos estatutos dos partidos comunistas que definia: “não se pode criticar e tomar resoluções contra um companheiro que acha-se ausente, quanto mais à quem está morto, e que lògicamente não pode defender-se das acusações que lhes são atribuídas”<sup>139</sup>.

Nessa mesma perspectiva, Licínio Costa Santos salientava: “não é necessário revirar túmulos, pois quem errou acabou-se”<sup>140</sup>. Outros acreditavam que o “relatório coqueluche” divulgado por Krushev nada mais era que uma jogada para que ele mesmo fosse reconhecido e cultuado. A partir dele, o político recebia grande atenção de todo o mundo e se personalizava, promovendo o faiscar de um novo culto. A indagação de Augusto Tocantins resume com clareza estas representações: “E quem nos poderá afirmar, com absoluta convicção, que o combate ao ‘culto à personalidade de Stálin’, não estará forjando culto à personalidade de Kruschiov, assim como à personalidade de tantos outros chefes de governos?”<sup>141</sup>.

Diferentemente do processo que ocorria no âmbito intelectual, o imaginário de militantes e simpatizantes de camadas inferiores do partido acerca da figura de Stálin permaneceu intacto. Além da defesa fervorosa do líder soviético por estas camadas, percebemos que o culto dirigido à sua pessoa se (re) legitima, a partir do momento em que justificativas para as ações criminosas que eram atribuídas a ele exaltavam sua alteridade e grandeza, capaz de fazer o necessário para que a URSS se tornasse uma grande nação. Para estes militantes, os dilemas colocados por Krushev, não geraram novas concepções do stalinismo, uma vez que não foram nem mesmo interiorizados por muitos destes indivíduos.

Segundo Mark Bevir, o dilema surge quando a pessoa produz uma interpretação distinta da sua atual rede de crenças e isto gera um processo de reflexão desta, provocando a mediação racional do indivíduo que poderá modificar, estender ou romper com a tradição que

---

<sup>139</sup> PONTES, Benedito. O Relatório Secreto de Krushiov e suas conseqüências. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956, 04 de novembro de 1956, p. 03.

<sup>140</sup> SANTOS, Licínio Costa. Carta aberta aos camaradas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.957. 06 de novembro de 1956, p. 05.

<sup>141</sup> TOCANTINS, Augusto. Um que não foi chamado à discussão. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.020. 22 de janeiro de 1957, p. 02.

advoga<sup>142</sup>. Este questionamento da doutrina, apesar de ter sido um processo amplo e público, que se estabelecia desde declarações soviéticas até as denúncias vistas nos jornais pecebistas, não alcançou o discurso de grande parte dos militantes de base, dos quais as narrativas míticas sobre o “Homem de Aço” sobreviveu imune às críticas. Alguns, porém, refletiram sobre questões ligadas ao culto à personalidade, indicando que a “crença nova” denunciante deste sistema desafiava suas “crenças preexistentes”. Mas, de qualquer forma, esta nova compreensão, de combate à *celebração da autoridade* ou, se preferirem, o dilema exposto nos documentos do XX Congresso que levantava uma nova compreensão da doutrina, era rejeitada por este estrato da militância. Dessa maneira, a tradição marxista-leninista tal qual Stálin edificou permanecia incólume. Nas palavras de Jorge Ferreira, para estes “a crise do stalinismo foi vivida (...) sem maiores significados”<sup>143</sup>.

### 3.2.3. A reestruturação da tensão máxima

No decorrer dos meses, as posições divergentes se solidificavam. De um lado, os militantes de base defendiam Stálin, criticavam Krushev, ratificavam o arquétipo do socialismo soviético e exigiam a unidade em torno dos dirigentes do PCB. De outro, havia a maioria intelectual que aprofundava suas críticas, as quais passavam a atingir os dirigentes pecebistas. Com o passar do tempo, a impetuosidade dos ataques chegaram mesmo a alcançar a narrativa mitológica que cercava Luiz Carlos Prestes. Os questionamentos passavam a ameaçar os líderes comunistas.

Em meados de outubro, o Comitê Central rompeu com o longo silêncio, publicando pelos jornais comunistas um projeto de resolução, denominado “Sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o Culto à Personalidade e Suas Conseqüências – A Atividade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil”. Como o título já indicava, o documento se propunha a ser crítico dos desvios e falhas do partido, em decorrência dos efeitos do culto ao líder no Brasil. Mas, a intenção primordial era a de dirigir o debate, para que a unidade em torno da cúpula partidária fosse mantida.

---

<sup>142</sup> Bevir utiliza o conceito de dilema ligado à “capacidade de agência” do ser humano. Na sua visão, o dilema surge quando uma pessoa produz uma interpretação distinta da sua atual rede de crenças e isto gera um processo de reflexão desta. Quando surge o dilema, e, com a interpretação racional, o indivíduo chega à determinada resposta, há duas hipóteses do que pode acontecer a seguir: o indivíduo pode rejeitar a nova compreensão, desta maneira as crenças herdadas ficam intactas; ou o indivíduo pode adequar a nova apreensão às crenças herdadas, acomodando-a na sua rede de crenças, desenvolvendo-a. Do ponto de vista da militância de base comunista, a primeira dimensão prevaleceu. Ver. BEVIR, Mark. *A lógica da História das Idéias*. Bauru; Edusc. 2008.

<sup>143</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 297.

A partir do projeto de resolução, a culpabilidade pela demora na abertura da discussão acerca das questões colocadas por Krushev foi imputada ao retardamento na volta dos delegados brasileiros de Moscou. Para os dirigentes, esta demora deixou o PCB em “atitude de expectativa”, sem saber como agir e com “dificuldades para enfrentar seus mais importantes problemas”. A justificativa da taciturnidade, que alguns já chamavam de “longa gestação”, eximia o Comitê Central da responsabilidade pela inação frente às denúncias do informe que, internacionalmente, já eram amplamente debatidas. Alegando estar de acordo com uma discussão com “pleno uso da liberdade de opinião e do direito de crítica e autocrítica”, a direção pecebista atentava, porém, para a necessidade de princípios. Declarando oficialmente a abertura do debate dos problemas elencados no projeto, assegurava que com base nos princípios, a luta de opiniões só poderia fortalecer a unidade partidária e desenvolver o “espírito de camaradagem” entre os comunistas<sup>144</sup>. Dessa forma, percebemos que a atitude da direção ao divulgar tal documento, poucos dias após a publicação do artigo de Lima e Silva, visava conter os ânimos e conduzir aquele processo contestatório de maneira que não afetasse profundamente os elementos de coesão do partido.

No que tange aos problemas fundamentais do debate, o projeto de resolução se limitava a repetir a “análise da situação internacional dos documentos soviéticos, sem deles tirar maiores consequências”, apresentando ainda uma “visão cautelosa” sobre a conjuntura brasileira<sup>145</sup>. A autocrítica era impetrada no que concerne aos reflexos do culto para a atividade pecebista. Neste âmbito, o Comitê Central atribuía as falhas partidárias aos métodos errôneos de direção, composto por “um excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros”. Além disso, falava-se abertamente em “repetição mecânica de fórmulas teóricas”, “cópia servil de experiências alheias” que não se adequavam às condições concretas do Brasil. Na luta contra estes males, o documento expressava um dos seus pontos mais renovadores ao declarar ser necessário “desarraigar tôda uma tradição”<sup>146</sup>.

---

<sup>144</sup> Projeto de Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Sôbre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o Culto à Personalidade e Suas Conseqüências – A Atividade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.943. 19 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>145</sup> SANTOS, Raimundo. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>146</sup> Projeto de Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Sôbre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o Culto à Personalidade e Suas Conseqüências – A Atividade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.943. 19 de outubro de 1956, p. 03.

A contestação da doutrina stalinista, porém, não abalava o prestígio do PCUS, caracterizado por sua “grande vitalidade” ao expor e debater graves erros cometidos por um dos seus líderes, e nem o otimismo frente aos novos caminhos favoráveis que se abriam ao mundo em direção ao socialismo<sup>147</sup>. Raimundo Santos considera que a produção deste projeto de resolução, estruturado pela retomada dos “princípios marxista-leninistas”, também expressa nos documentos do XX Congresso, “induziam à mediatização do fenômeno do ‘culto’ no PCB, diminuindo o impacto da crítica, e levavam a autocrítica a se concentrar nos aspectos essencialmente organizativos”<sup>148</sup>. Ou seja, era uma forma de guiar a discussão, que se mostrava extremamente crítica e ampla em seus questionamentos, por meio da explicação de razões históricas que levaram à edificação do sistema de veneração aos líderes e como este prejudicou o desempenho do partido brasileiro, sem contestar as bases da tradição marxista-leninista. Somente às deturpações resultantes do culto à personalidade eram creditados os erros da atuação dos comunistas brasileiros.

Um mês após a publicação do Projeto de Resolução, Luiz Carlos Prestes ingressaria nos debates através de uma carta endereçada ao Comitê Central. Na edição do dia 20 de novembro de 1956, a primeira página do *IP* anunciava a publicação na íntegra de tal documento, tido como de interesse para todos seus leitores, fossem eles comunistas ou não. Esta indicação do jornal, com grande destaque à contribuição do secretário-geral, reafirmava a primazia do prestígio de Prestes como líder nacional e indicava como foi esperada a reação deste acerca dos acontecimentos relatados na União Soviética. Prestes aclamava o amplo debate acerca das questões levantadas pelo projeto, caracterizando-o como “motivo de satisfação e alegria em todo o Partido”. Entretanto, ele reafirmava a posição da direção, atentando para a necessidade da discussão fundar-se em princípios, dentre os quais: o controle da luta de opiniões pelo CC, a inadmissibilidade de críticas à URSS, ao PCUS, ao marxismo-leninismo e ao modelo leninista de partido. Com base nestas restrições, o secretário-geral criticava a própria atuação da imprensa comunista ao possibilitar que jornais estabelecidos com a ajuda do povo, que sempre defenderam seu interesse, do operariado e do próprio PCB, fossem utilizados para

veicular ataques à União Soviética, para tentar apresentar como equiparáveis os erros cometidos na luta difícil e duríssima pela construção do socialismo

---

<sup>147</sup> *Idem.*

<sup>148</sup> SANTOS, Raimundo. *Op. cit.*, p. 26.

com os crimes da burguesia em defesa de seus interesses e privilégios”. Citando Lênin, ele ainda alertava: “não somos um clube de discussões<sup>149</sup>”.

O artigo de Prestes, pregando a unidade “sagrada” em torno da direção e refreando o debate a partir de questionamentos delimitados, foi qualificado pejorativamente pela camada intelectual partidária como “Carta-rolha”. Para José Antônio Segatto, a posição de Prestes foi decisiva para que a direção pecebista assumisse o domínio da discussão, uma vez que a “autoridade de Prestes aparecerá para os militantes, naquela hora de perplexidade, como a certeza partidária, figurativa do espírito do partido, que recomeçava a presidir os debates”<sup>150</sup>. Era a orientação que muitos necessitavam para sair do estado de paralisia.

Após a divulgação destes dois documentos, houve uma inclinação dos rumos da discussão. Diversas cartas publicadas pelo diário carioca passavam a exprimir as reações dos debatedores frente às manifestações da cúpula do PCB. A carta do militante de base Almir Vargas representava claramente a resposta desta camada partidária, ao aclamar a atitude do Comitê Central “pela maneira franca e leal com que abriu a discussão a todos os militantes”, elevando a “confiança e admiração revolucionária” dos comunistas<sup>151</sup>. A partir daquele momento, a direção começava a influir nos rumos do debate, mesmo que o aparato de censura prévia e controle da imprensa partidária ainda não tivessem se estabelecido. Mas, conduzia as posições de grande parte dos integrantes de instâncias inferiores do partido, de unidade indestrutível em torno daqueles que estavam no leme. Nesse sentido, o operário José Armando denunciava o posicionamento enganoso dos que entendiam a carta de Prestes como um “entrave” ao embate de ideias, que não enxergavam que somente com ela “tratou-se de encaminhar alguns aspectos importantes do debate para a justa senda”<sup>152</sup>.

As resoluções do CC e de Prestes se estabeleciam como um norte para muitos que ainda estavam estarecidos com todo aquele processo de questionamento dos dogmas soviéticos e da própria conduta do partido brasileiro, um caminho habitual propagado de cima sem o qual vários militantes não sabiam como agir. Mais uma vez, muitos seguiriam a perspectiva do “Cavaleiro da Esperança” como verdade inquestionável, talhada na narrativa

---

<sup>149</sup> PRESTES, Luiz Carlos. Importante carta de Luiz Carlos Prestes ao C.C. do P.C.B. sobre o debate político. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.968. 20 de novembro de 1956, p. 03.

<sup>150</sup> SEGATTO, José Antônio. *Op. cit.*, p. 56.

<sup>151</sup> VARGAS, Almir. Considerações sobre o projeto de resolução. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.977. 30 de novembro de 1956, p. 05.

<sup>152</sup> ARMANDO, José. O debate e o internacionalismo proletário. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.070. 23 de março de 1957, p. 02.

mítica que reiterava sua elevação à “guia”, “chefe” e “salvador”. Esta reafirmação de seu prestígio como líder do movimento comunista brasileiro foi ainda vivificada pelas declarações de alguns dirigentes após a divulgação de sua carta. Dentre os que opinaram, Carlos Marighella declarava sua “inteira concordância” com a carta de Prestes, definida como o “passo inicial no sentido do reforçamento do Partido e de sua unidade, através do debate”<sup>153</sup>. Já João Amazonas, além de saudar seu “camarada” pela contribuição nas alterações, exaltava-o como um “chefe indiscutível”, que possibilitava o fortalecimento e desenvolvimento do movimento revolucionário brasileiro<sup>154</sup>.

Em contrapartida, as diretrizes estabelecidas pelas autoridades pecebistas não foram bem aceitas pelos intelectuais, que repeliam qualquer tentativa de limitação do debate. Por sua parte, as críticas continuariam amplas e livres pelos jornais do partido. A jornalista Dulce Martins, acreditava que a forma como o projeto de resolução foi escrito e divulgado passava a impressão de que a direção partidária havia sido forçada a se manifestar. Ela ainda concluía que, naqueles sete meses de silêncio, os “camaradas” do CC perderam “a sua autoridade de chefia, muito mais do que com todos os seus erros passados”<sup>155</sup>.

A posição de Astrojildo Pereira, intelectual que gozava ainda de certo prestígio nos meios partidários, explicitava o descontentamento com as assertivas da carta do secretário-geral. De forma velada, Pereira criticava a prepotência de Prestes ao citar Lênin para cercear a discussão.

Mas é evidente que somos um PARTIDO REVOLUCIONÁRIO e não um CLUBE DE DEBATES. O que significa, por outras palavras: a discussão, entre nós, é um meio e não um fim, um método e não um objetivo, uma busca de solução e não uma solução. Creio bem que estamos todos de acôrdo com sôbre tudo isso<sup>156</sup>.

Apesar de posições abertamente críticas ao documento de Prestes não terem sido constantes, a opinião de um dos fundadores do partido denotava certas resistências em

---

<sup>153</sup> MARIGHELLA, Carlos. Carta de Prestes e o Internacionalismo Proletário. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.007. 06 de janeiro de 1956, p. 03.

<sup>154</sup> AMAZONAS, João. As massas, o indivíduo e a História. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.013. 13 de janeiro de 1957, p. 04.

<sup>155</sup> MARTINS, Dulce. Venham todos ao debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.007. 06 de janeiro de 1957, p. 09.

<sup>156</sup> PEREIRA, Astrojildo. Discussão e ação. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.049. 24 de fevereiro de 1957, p. 06.

consentir com tudo que o mais exaltado líder comunista brasileiro dizia. Rebatendo as afirmações de Prestes, questionavam-se também os elementos coesionadores típicos das organizações comunistas, pois retirava a dimensão sagrada do líder apresentado como uma “hierofania” que, como homem comum, experimentava oposições. Esse questionamento plenamente novo visto nas páginas da imprensa comunista assinalava o prelúdio de um processo que chegaria ao fim somente nos anos 1980: a dissolução do culto ao “Cavaleiro da Esperança”.

As revelações do XX Congresso foram cruciais para estimular a renovação da estratégia pecebista, evidenciada na sua atuação prática desde 1954. As diretivas expostas em 1956 prediziam os argumentos que seriam firmados dois anos mais tarde, acerca do retorno da fisionomia política do partido. A posição “voluntarista”, voltada à ruptura imediata com a ordem vigente, não mais condizia com as análises que o PCB fazia das condições nacionais para o processo revolucionário. Todo esse questionamento de suas posturas, como vimos, se edificou à base da reflexão inspirada nos novos rumos que a doutrina soviética tomava, amparada na volta ao leninismo puro. Mas, a característica principal das declarações da direção partidária ao interpretar as denúncias de Krushev era a moderação. Em outras palavras, para este estrato pecebista questionar profundamente a tradição soviética, que sempre amparou sua teoria e ação, era completamente inviável. Contestando seus princípios, contrariava-se toda a sustentação do poder atribuído à esfera diretiva das organizações comunistas, incluindo os elementos que propiciavam a coesão em torno desta. Porém, a indiferença não cabia neste momento em que o movimento instituído pelo XX Congresso, contra os alicerces do stalinismo, explodia abertamente nos meios de comunicação comunistas. Assim, a estratégia do CC foi a de imputar toda a culpa pelas falhas e desvios na ação do partido pela revolução brasileira às consequências do culto à personalidade. Eximindo a tradição marxista-leninista da responsabilidade de erros e crimes que causaram prejuízos enormes ao movimento comunista mundial, sustentava-se a estrutura das organizações comunistas como estados-maiores revolucionários. Apesar da condenação de alguns dirigentes, a inviolabilidade dos órgãos diretivos do partido e a unidade em torno dos líderes que permaneceram estavam entre os princípios de mobilização utilizados pela cúpula partidária naquele momento. Atitude moderada que seria a marca fundamental da prática do Partido Comunista do Brasil efetivada no ano de 1958.

### 3.2.4. *Velhas contendas, novas representações*

Em momento anterior, analisamos a trajetória da intelectualidade dentro do PCB. Marcada por contradições expressas, coerções na atuação e constante responsabilização pelos desvios partidários, mencionamos ainda que ela seria redimensionada no decorrer do debate do final dos anos 1950. A violação dos estatutos do partido com a abertura do debate sem consentimento do Comitê Central e as enérgicas críticas que os intelectuais expressavam em suas cartas, maioria entre aqueles que se expunham publicamente, causou indignação entre militantes de base e preocupação para os dirigentes. Em torno deste movimento, as contradições entre as diferentes camadas partidárias se acentuaram, sendo expostas vivamente pelas páginas do *IP*. O velho discurso comunista em relação à origem “pequeno-burguesa” dos trabalhadores intelectuais, que edificava as críticas às suas atitudes políticas voltava à cena revigorado. Recorrentemente evocava-se Lênin para denunciar as características nocivas da “pequena-burguesia” no movimento revolucionário, que vinham expressar-se demasiadamente naquele debate. Em contrapartida, a camada formada por jornalistas, artistas, escritores e demais trabalhadores da esfera cultural lançava-se em uma reflexão intensa sobre o tratamento dispensado a eles no interior do partido brasileiro.

Assim que as primeiras cartas apareceram nas páginas do jornal carioca, um componente externo ao debate do relatório Kruschev foi se consolidando: o “embate entre camaradas”. Muitos dos documentos publicados acabaram por se preocupar mais com esta dimensão do que em discutir a crise internacional instalada com as condenações do líder soviético. A repulsa pela abertura das discussões, a forma como estava sendo conduzida e as amplas críticas feitas pelos intelectuais àqueles que antigamente todos admiravam, desde Stálin até os dirigentes pecebistas, foram cruciais para que muitos se levantassem contra suas posições.

Os preâmbulos mais contundentes deste processo crítico apareceram em contraposição aos intelectuais que contribuíam assiduamente para o *IP*: Dalcídio Jurandir, Isaac Akcelrud e Jorge Amado. De maneira genérica, condenavam a atitude de redatores e contribuintes do diário, que trabalhava para o povo, de utilizar suas “colunas preciosas” para tratar de problemas “puramente pessoais”. Neste ponto, referiam-se à tendência, mais exprimida entre a intelectualidade, em realizar autocríticas de posicionamentos adotados no seu percurso no interior do PCB. Destas, N.A. Santos revelava o “tom lastimoso” que os intelectuais pecebistas empregavam, “implorando desculpas” ao invés de examinar

minuciosamente os fatores que desencadeavam tais atitudes. Célios Aulicos criticava particularmente as “choramingas” de Jurandir em sua “lamentável e lamentosa” carta, “uma ‘mea culpa’ injustificável num revolucionário”. Ainda se contrapunha às assertivas de Akcelrud que, para ele, nada mais era do que o “prato feito” do jornalista, “em linguagem velha e ranzinza”, procurando delimitar o debate numa discussão de “eleitos”<sup>157</sup>. Na mesma medida, Newton Melo e Ney Veloso acreditavam que as linhas publicadas por Akcelrud revelavam sua tentativa de “limitar o debate a um pequeno grupo”, explicitando o “espírito de seita” recorrente entre a camada que ele integrava<sup>158</sup>. A militante Darci de Matos dizia-se indignada com o artigo de Jorge Amado, pois, segundo ela, o escritor passou um bom tempo nas Democracias Populares, cultuou Stálin “como nenhum outro” intelectual, foi contemplado com a celebração máxima do culto, o “Prêmio Stálin” e agora, surpreendentemente tornava-se o “anjo da guarda que chegou do reino da glória, sem nenhuma responsabilidade”<sup>159</sup>.

A repercussão das cartas destes três personagens em especial revelava a dimensão das insatisfações generalizadas com a intelectualidade. No que concerne a Jurandir e Akcelrud, os questionamentos a suas manifestações indicavam que logo a imagem do jornal carioca não sairia ileso daquele processo. Referente à Amado, nem seu prestígio, que ultrapassava o campo partidário, foi suficiente para que críticas contundentes fossem elaboradas a sua conduta, referida como incongruente: de impulsionador do culto e alvo próprio de adoração a contestador ferrenho deste sistema. A agressividade nas reações da militância parecia silenciar estes intelectuais, que não mais contribuíram para o debate.

Ao longo das discussões, as desaprovações foram se avolumando em diversos artigos. Algumas perspectivas apontavam para a “pressinha pequeno-burguesa” dos jornalistas ao encetar o embate de opiniões, sem que a direção partidária autorizasse. Condenavam aqueles que tinham um espaço diário no *IP* e que dispunham de uma vida confortável e por isso podiam “zombar” de certas manifestações. Nesta esfera, o jornalista Egydio Squeff, que escrevia a coluna diária “Ponto Pacífico”, foi eleito o arquétipo principal da “pequena-burguesia”, execrado em organizações comunistas. Utilizando-se da coluna pela segunda vez ao opinar nas discussões, Squeff foi veemente em suas declarações sobre o artigo de Octávio Brandão enviado ao jornal. O velho Brandão, líder comunista dos anos 1920, escreveu um

---

<sup>157</sup> SANTOS, N. A. Considerações sobre o debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.955. 02 de novembro de 1956, p. 03.

<sup>158</sup> MELO, Newton; VELOSO, Ney. Algumas divergências. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.945. 21 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>159</sup> MATOS, Darci de. Exemplo vivo de subestimação. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.034. 07 de fevereiro de 1957, p. 02.

longo texto criticando a política de quadros do partido, através de sua própria experiência pessoal. Permeada por um tremendo sentimentalismo, o militante revelava publicamente o ostracismo a que foi jogado desde a década de 1930 e as dificuldades que enfrentava, sem apoio e tratado com indiferença pela direção pecebista. Aquilo provocou uma grande comoção nos leitores do jornal, além de uma conflitante discussão na “Tribuna de Debates”.

Dias depois, Squeff deplorou a postura do antigo dirigente, considerando-a uma “litania de enfado egocentrismo”. Segundo ele, Brandão não se preocupava com todo aquele processo que se instalara nas fileiras partidárias, em busca de soluções coletivas para os problemas candentes. Ele preocupava-se apenas com o “eu”: “eu fiz, eu sugeri, eu suscitei, eu sofri, eu...”. Sua insistência em colocar-se como central nos questionamentos do debate, levava o jornalista a concluir: “francamente, o artigo é um desastre”<sup>160</sup>.

A postura do jornalista do *IP* evidenciava novos aspectos do conflito entre companheiros. Ao deslegitimar o discurso do velho militante, que ainda possuía considerável respeito na esfera pecebista, replicava duramente e de forma irônica seu posicionamento, escancarando os ataques pessoais a “camaradas” do partido. Seu artigo, além de ser repudiado por várias manifestações que chegaram ao jornal, acabou acirrando o tratamento dispensado aos intelectuais, determinado por um caráter de classe que feria a harmonia partidária.

A resposta de Squeff gerou um alvoroço entre os debatedores. Cartas e mais cartas chegaram ao jornal condenando a postura do jornalista. João Caminha Borges enviou sua mensagem não para opinar sobre as questões que se discutiam, mas somente para queixar-se das declarações de Egydio<sup>161</sup>. Em telegrama, José Pereira e Antônio Costa protestavam “enérgicamente contra a tentativa do jornalista Squeff de violação do direito do camarada Brandão aclamar por justiça”<sup>162</sup>. Carlos Nascimento atentava para a utilização de Sr. ao invés de “companheiro” quando Squeff se referia à Brandão, negando-lhe o “tratamento fraternal” próprio dos comunistas. Em seu artigo, Nascimento chegou a declarar a injustiça em se manter uma coluna intitulada “Ponto Pacífico”, que no seu ponto de vista significava “aceito por todos, indiscutível”, quando seu autor apresentava uma opinião pessoal “discutível e aceita por poucos”<sup>163</sup>. A desaprovação à postura do jornalista foi tão violenta que Miguel

---

<sup>160</sup> SQUEFF, Egydio. Ponto Pacífico. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n. 1.951. 28 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>161</sup> BORGES, João Caminha. Em torno do artigo de Octávio Brandão. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n. 1.952. 30 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>162</sup> Outros dois telegramas. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n. 1.952. 30 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>163</sup> NASCIMENTO, Carlos. A implacável batalha contra os erros não abole a fraternidade. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 09.

Serra chegou a caracterizar seu texto de “abrincahado, debochado, tôrpe e desumano, indigno de um comunista”<sup>164</sup>. O próprio Brandão chegou a responder às suas críticas, vistas como “chalaça e menosprezo” a um revolucionário que dedicou 34 anos de sua vida ao PC.

Diante da fúria de vários militantes, o integrante do diário carioca publicou nova declaração, se desculpando pela forma infeliz como exprimiu seus pensamentos. Porém, afirmava: “não tenho do que me justificar ou defender diante da saraivada de cartas e artigos que se seguiram à crônica, inclusive uma reportagem pró-Brandão nas colunas da ‘Tribuna da Imprensa’”<sup>165</sup>. O conflito em torno do caso Squeff-Brandão recrudescer o sentimento de hostilidade ao caráter “pequeno-burguês” da intelectualidade, aguçando as posições extremamente críticas a sua influência no partido. No âmbito jornalístico, a partir de novembro de 1956 a coluna “Ponto Pacífico” não figurava mais entre as edições do *IP*.

Todos estes conflitos pessoais serviram para solidificar uma base crítica ao trabalho intelectual no interior partidário. Militantes e simpatizantes concluíam que a discussão era composta quase exclusivamente de jornalistas e intelectuais, uma “literatura entre amigos”, que se saudavam entre si, que apenas desabafavam sem discutir problemas políticos do partido, “causando confusão e descontentamento na maioria dos militantes”<sup>166</sup>. Um militante de Cataguazes ressaltava ainda a faceta intelectualizada do debate, com sua linguagem estranha às “massas trabalhadoras”<sup>167</sup>. No início de 1957, Arlindo Lucena alertava ao proletariado, em seu artigo “Alguns Problemas do Debate”, para as “vacilações” próprias desta camada partidária, “sempre disposta aos acordos e conchavos com o inimigo”, naqueles momentos peremptórios da luta comunista<sup>168</sup>. Recorrendo aos fundadores do marxismo, o autor resgatava mais uma vez o imaginário acerca da dubiedade na atuação política daqueles que nasciam como classe “pequeno-burguesa”.

Os argumentos pejorativos e a negação da perspectiva intelectual não se estancariam no repúdio a jornalistas e escritores. O próprio jornal carioca, após o caso Brandão-Squeff seria alvo de críticas diretas por sua atuação. As condenações que foram publicadas em suas

---

<sup>164</sup> SERRA, Miguel. O caminho mais curto. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.958. 07 de novembro de 1956, p.05.

<sup>165</sup> BRANDÃO, Octávio. Insídia e Chalaça. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 03.

<sup>166</sup> ANTUNES, Waldir. Sôbre a questão da responsabilidade individual e coletiva no culto da personalidade entre nós. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.991. 16 de dezembro de 1956, p. 05.

<sup>167</sup> OLIVEIRA, M. B. Por um debate objetivo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 04.

<sup>168</sup> LUCENA, Arlindo. Alguns Problemas do Debate (conclusão). *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.075. 29 de março de 1957, p. 02.

páginas colocavam o *IP* como um instrumento parcial e pouco prudente na forma como conduzia suas notícias e, principalmente a “Tribuna”. Tais reproduções revelavam, mesmo que em pequena escala, visto que críticas mais ferozes podiam ser feitas, porém não publicadas, a desconfiança de um grupo com todo o movimento crítico instaurado. Caracterizado como tendencioso, o *IP* tornava-se alvo das altercações e podia ser encarado, assim como a intelectualidade, como uma instituição desacreditada e alheia aos princípios que regiam o mundo comunista. E, dessa forma, a própria legitimidade do debate passava a ser questionada.

A polêmica em torno do texto de Brandão demonstrou abertamente a potencialidade do processo encetado na imprensa comunista. A exaltação dos ânimos durante o debate político, mesclado com a conjuntura de incertezas, transformava-o em disputa interna de interpretações, mas antes de tudo, de egos. Mergulhados na intensa discussão do período, os comunistas brasileiros se embrenhavam em um caminho perigoso, marcado pela expressão pública dos descontentamentos, imputações de culpas e extrema discordância. A exposição destas discórdias no interior partidário, do modo como ocorreu nos meios de comunicação do partido no final dos anos 1950, contribuíram para o afastamento de muitos simpatizantes da esfera comunista e foram utilizados intensamente pela propaganda anticomunista da época.

Em contrapartida, o acirramento da oposição à intelectualidade revolucionária levou alguns a saírem em sua defesa. O primeiro a rebater abertamente às críticas, já no início de outubro, foi Antônio Bulhões, denunciando o preconceito que rondava o estigma da expressão “pequeno-burguês”, utilizada agora para rechaçar o comportamento dos jornalistas que encetaram o debate. Afirmava que a utilização de vocábulos pejorativos apenas arrastava o “cadáver do preconceito de casta”, que em nada contribuía para o momento decisivo que se impunha. Assim, era enfático ao reportar-se àqueles que ainda alimentavam a subdivisão de camadas no interior dos partidos: “vivemos um instante decisivo; não se tente eludí-lo carimbando pessoas e atitudes com os verbetes de uma nomenclatura cediça. Então a dedicação, a lealdade, a inteligência perdem alguma coisa em qualidade por emanarem desta ou daquela fonte?”<sup>169</sup>. A firmeza na posição do escritor revelava a tentativa de alicerçar-se aos problemas candentes do período, ao invés de redirecionar as discussões para velhas contendas do passado.

---

<sup>169</sup> BULHÕES, Antônio. Discussão ampla, completa e livre. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.939. 14 de outubro de 1956, p. 03.

O jornalista Egydio Squeff também combateu a utilização de “chavões”, pelo emprego pejorativo que diminuía a atuação da intelectualidade. Para ele, o “jargão nefasto” de “pequeno-burguês” foi um componente das críticas “violentas e coatoras” da própria direção pecebista, responsável pela obliteração da vocação de militantes que lutavam arduamente pelos interesses do povo. Squeff expressava o ressentimento com a repressão que tais expressões gerava às atividades e narrativas de artistas e escritores, uma vez que induzia à constante culpabilidade de uma camada que, do ponto de vista leninista, ninguém podia negar a importância.

Dentre os defensores, o maior destaque viria do intelectual, fundador e ex-secretário-geral pecebista Astrojildo Pereira, que dedicou espaço em vários dos seus artigos para combater as “discriminações” e “sectarismos” contra seus companheiros. No artigo “Desapreço pelo trabalho intelectual”, ele denunciava a falta de incentivo às atividades intelectuais dentro do PCB, declarando a impossibilidade de efetivar pesquisas e estudos, devido ao menosprezo, desconfiança e à “censura prévia” por “dirigentes que se supunham os donos da verdade”. Dessa forma, esse desapreço teria resultado naquilo que muitos agora criticavam: a insuficiência ideológica, “a estagnação do pensamento” dos comunistas brasileiros. Fatores que estavam no cerne dos métodos errôneos e desvios teóricos e práticos de todas as instâncias partidárias.

Culpabilizando a conduta dos dirigentes, Astrojildo declarava que a rejeição do intelectual era “fruto de uma deformação ‘obreirista’, mistura primária de empirismo, sectarismo e dogmatismo que nada tem que ver com a ideologia da classe operária”. Estruturado pela cúpula partidária, delatava que nos meios operários, entre as famílias, as fábricas e os sindicatos, ninguém desprezava a produção intelectual, nem os indivíduos que atuavam no partido comunista. “Semelhante sentimento é verdade estranho à classe operária”<sup>170</sup>.

A crítica à atuação do partido frente à intelectualidade, amplamente divulgada em seus comentários, expressava a fragmentação profunda entre as diferentes “classes” que o compunha, visando isolar “uma tara, uma lepra que podia contaminar a ‘pureza’ proletária do Partido”. O leproso intelectual foi assim separado dos legítimos proletários, sendo estigmatizado como uma categoria inferior de comunistas. As falas de Astrojildo Pereira

---

<sup>170</sup> PEREIRA, Astrojildo. Ainda o trabalho intelectual. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.998. 25 de dezembro de 1956, p. 05.

revelavam o amargo gosto das frequentes responsabilizações dadas à intelectualidade pelos equívocos cometidos pelo partido brasileiro. Agora seriam redimensionadas pela amplitude de um debate que induzia e possibilitava, pelo menos por um período, expressar abertamente aqueles ressentimentos. Induzia, pois, em certos momentos se direcionava fundamentalmente para o “embate de camaradas”, no ponto que a intelectualidade era qualificada como um dos grandes inimigos do PC do Brasil. Desse processo, o experiente militante da organização alertava: “Membro do Partido é membro do Partido, com todos os direitos e deveres conforme se acham definidos nos Estatutos, seja qual fôr o ofício que exerça, seja qual fôr a classe de onde proceda ou a que pertença”<sup>171</sup>.

A desconfiança em relação à intelectualidade, insuflada no decorrer do debate, o perigo que suas manifestações ocasionavam à coesão em torno do Comitê Central e a inadmissibilidade da dissolução da narrativa mítica por muitos militantes foram fatores que levaram ao afastamento de diversos intelectuais das fileiras pecebistas. Com a entrada dos dirigentes no debate, o recrudescimento das divergências de opiniões acerca da estrutura e atuação do Partido Comunista do Brasil levaria às crises internas do início de 1957. Procurando restabelecer a disciplina partidária, a unidade em torno dos órgãos dirigentes, os documentos surtiram efeito contrário. O vigor daqueles que não mais aceitavam os “prato-feitos”, os “esquematismos”, a “última palavra” se intensificaria com estas tentativas de limitar o processo aberto livremente e embasado na amplitude do direito de opinar. Diante desta situação, a direção pecebista reagiu com firmeza contra os que insistiam no debate amplo. Em fevereiro de 1957, o diretor do *Voz Operária* e um dos grandes articuladores da intelectualidade renovadora, Aydano do Couto Ferraz, foi demitido. Pouco tempo depois, aqueles jornalistas “indisciplinados”, que insistiam em contrapor às diretrizes estabelecidas pelo Comitê Central, foram expulsos das redações por “fortes e musculosos militantes portuários”. Naquele ano, conforme Leôncio Martins Rodrigues, dos 32 jornalistas que integravam a imprensa pecebista, 27 foram expulsos ou afastaram-se de seus cargos<sup>172</sup>. A partir daí, a cúpula partidária retomava o controle da imprensa, impossibilitando a publicação de artigos que a criticasse, arrefecendo as discussões até seu término, imposto no mês de maio.

---

<sup>171</sup> PEREIRA, Astrojildo. Discriminações inadmissíveis. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.004. 03 de janeiro de 1957, p. 02.

<sup>172</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: Fausto, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano - v.3*. São Paulo: Difel, 1983, p. 424.

### 3.3. Inferências heterogêneas no imaginário comunista

No decorrer deste capítulo investigamos as repercussões no Partido Comunista do Brasil da ruptura expressa no XX Congresso do PCUS com o sistema do culto à personalidade, bem como com as revelações da conduta criminosa adotada por Stálin em determinados contextos. Dentre aqueles que questionavam profundamente o caráter do líder soviético, a doutrina criada para suportar o sistema do culto, os métodos errôneos adotados no Brasil em decorrência deste e expressavam a responsabilização maior do Comitê Central neste âmbito, estava a camada intelectualizada, proponente de um movimento renovador da prática comunista, que se embasava primordialmente na democracia interna e nas pesquisas alicerçadas na conjuntura do país. Em uma política decisivamente anti-stalinista, ela se embrenhava na luta contra a transplantação da experiência soviética para a realidade brasileira, o centralismo nada democrático da direção partidária e qualquer forma de “camisa de força” ou “esquematismos” que pudessem limitar o debate e impedir mais uma vez a elaboração do “pensamento criativo”.

Por outro lado, grande parte de simpatizantes e militantes das organizações de base se lançaram na defesa daquele que creditavam a reputação de “maquinista da história”, justificando suas atitudes como consequência das dificuldades de certo momento histórico. Da mesma forma, pregavam a confiança nos que estavam no “leme”, os únicos capazes de direcionar o debate para que o caminho acertado fosse trilhado.

As páginas do *IP* fervilhavam, o “embate de camaradas” se exasperava. A entrada do Comitê Central, visando controlar todo aquele processo traria ainda mais faíscas para a fogueira. A posição de Luiz Carlos Prestes foi tida por muitos historiadores como o estancamento das discussões. Mas, na verdade, o que podemos apurar pela coluna “Tribuna de Debates” do diário carioca é que a intensidade daquela luta de opiniões continuou significativa até março de 1957<sup>173</sup>.

Percebemos ainda que o processo de discussão suscitado no ano de 1956, além de ser um movimento completamente novo na história pecebista, no que tange à maneira como foi aberto e à publicidade ampla pela imprensa, foi palco do redimensionamento de contradições

---

<sup>173</sup> No dia 08 de março de 1957, o jornal através da sua coluna “Tribuna de Debates” comunicava que seu estoque de artigos recebidos estava esgotando. Para que a seção não fosse interrompida, solicitava dos leitores e debatedores mais colaborações para a “discussão aberta”. Artigos para o debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.057. 08 de março de 1956, p. 02.

latentes do passado partidário. A defesa do direito de opinar livremente e a maior participação de intelectuais nas discussões, talvez pela facilidade de acesso aos meios de comunicação, motivava um processo paralelo de repulsa e negação da sua condição de revolucionários. O recrudescimento de divergências entre as camadas pecebistas permitiria a reconfiguração da crise da tradição em crise estrutural do partido. Questionava-se a teoria, a prática, os posicionamentos políticos. Os principais profissionais da imprensa pecebista eram tachados de indisciplinados e rebeldes, sendo a maioria expulsa de seus cargos. Com o controle dos jornais, inclusive do *IP*, em abril, o CC divulgou o documento fatal, “Sobre a unidade do Partido. Resolução do Comitê Central do PCB”, no qual fixava o encerramento dos debates em 30 dias após aquela publicação. Exigia-se o silêncio.

Aqueles que não mais aceitavam a “última palavra” abandonavam o partido. Longe do estado-maior revolucionário, um grupo de militantes se reunia frequentemente, tentando compreender a crise que se instalava na organização brasileira e condenar a atuação dos dirigentes que permaneciam no comando. Para Leôncio Basbaum, estes comunistas “procuravam libertar-se pela catarse. Falando, dialogando, discutindo acabariam por descarregar todo o ódio acumulado durante anos e que não tinham antes coragem de denunciar e nem sequer perceber”<sup>174</sup>. Os mitos, os heróis e o discurso sagrado que sustentava o imaginário comunista desmoronavam para um grande segmento da militância. Concomitantemente o Partido Comunista do Brasil sangrava, com seus 9.000 militantes remanescentes.

---

<sup>174</sup> BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. *Memórias*. SP, Alfa-Ômega, 1978; p. 241-242.

## CAPÍTULO 3

### **Novas compreensões de “ser comunista”: as implicações do debate para a (re) configuração do imaginário pecebista**

Neste capítulo, examinamos os impactos das discussões desencadeadas pelas declarações vindas de Moscou nas concepções e estruturação do PCB. Uma consequência imediata desse processo foi a constituição de uma luta interna entre agrupamentos com posições diferenciadas, que se fragmentavam desde o Comitê Central. Como reflexo destas divergências, o cenário desencadeado no decorrer do debate ecoaria na década de 1960 através de cisões, expulsões, novas alianças e posições políticas no âmbito partidário. Elegiam-se “bodes expiatórios”, os responsáveis pelos desvios passados e atuais do comunismo brasileiro. Até mesmo o “Cavaleiro da Esperança” teria sua imagem arranhada com a condenação do culto à personalidade no interior dos partidos comunistas.

#### **4.1. O “saneamento” simbólico do grupo comunista**

No Brasil, o processo desencadeado pelas denúncias acerca do período stalinista resultara na mais ampla e livre discussão já vista no interior do partido comunista. Porém, constatamos que tal liberdade de expressão e ação não seria tolerada por muito tempo pelos estratos superiores do PCB. A partir do momento em que a situação começava a ficar perigosa para aqueles que comandavam a organização, quando no decorrer do processo crítico seus poderes eram questionados e suas orientações de como agir diante das novas interpretações eram consideradas equivocadas ou até mesmo errôneas, os velhos métodos do passado para suprimir toda aquela agitação voltavam a ser edificados.

Em momentos de conflitos internos e análises autocríticas de atuação do partido, buscando justificar as falhas do caminho revolucionário brasileiro, era recorrente a eleição de “grandes culpados” dentre os que estavam no comando. Jorge Ferreira identifica a aplicação deste procedimento desde os anos 1930, quando Astrojildo Pereira e Octávio Brandão foram culpabilizados pelos desvios “anarquistas” e “oportunistas de direita” na política de aliança com a “pequena-burguesia”, finalizando a “primeira fase” do ciclo pecebista. Ainda nesta década, o novo secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, entraria para o imaginário comunista como o “eloquente dirigente” que convenceu a Internacional Comunista

e Prestes da viabilidade do movimento de 1935, sendo assim considerado responsável pelo seu desastre político. No final de 1950, novos “grandes culpados” seriam revelados, para ultrapassar a crise generalizada que se instalara no partido brasileiro<sup>175</sup>.

Na conjuntura de uma crise tão singular e profunda do movimento comunista mundial, não só o Partido Comunista do Brasil, mas várias instituições comunistas elegeram os principais responsáveis pelos métodos falsos adotados em cada organização, assim como aqueles que distorciam as propostas soviéticas de superação e a linha política emitida no XX Congresso do PCUS. Situações adversas requeriam circunstâncias excepcionais, como a separação do grupo e incriminação de determinados integrantes de seu núcleo diretivo, a promoção de um verdadeiro expurgo que execrava “os antigos líderes pelos erros políticos e desvios ideológicos que cometeram”<sup>176</sup>. A partir dos procedimentos já apontados nos capítulos anteriores, através de mecanismos de coesão, a culpabilidade de certos indivíduos e não da organização em sua totalidade era introduzida no imaginário compartilhado pelos militantes. Assim, os comunistas relatavam a história do PCB a partir de “marcos cronológicos” que coincidiam com os movimentos de escalada e deposição de membros da direção partidária. Para o historiador Jorge Ferreira, este processo de extirpação de velhos dirigentes indicava a necessidade dos revolucionários modernos, “herdeiros do patrimônio sagrado das antigas sociedades”, “de, periodicamente, vivificar a comunidade, recomeçar novamente, nascer de novo”. Conforme o autor, “com o objetivo de regenerar o tempo, o PCB periodicamente se purificava pela eleição de um ‘bode expiatório’ que encarnava todos os erros, desvios e inconseqüências dentro do partido”<sup>177</sup>.

Além disso, a configuração de “bodes expiatórios” como a encarnação de todas as transgressões, promovia um saneamento alegórico do grupo, objetivando a “regeneração” do período primordial, “puro”, aquele vivido por Lênin e seus companheiros em 1917<sup>178</sup>. Em 1957, a reorganização do grupo dirigente, que via seu prestígio ser esmagado no decorrer das discussões, alicerçou-se na imputação de culpa a dois dirigentes em especial. Agildo da Gama Barata Ribeiro, o “desertor” do Partido Comunista do Brasil, “traidor” do marxismo-leninismo, era concebido como o representante máximo das deturpações da tradição soviética e dos princípios pecebistas que frutificaram no debate fundado em 1956; Diógenes Arruda

---

<sup>175</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), pp. 285-287.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 284.

<sup>177</sup> *Ibidem*, pp. 284-289.

<sup>178</sup> É válido destacar que essa “regeneração” do tempo primordial ficou evidente na proposta de volta ao “leninismo puro” nos documentos do XX Congresso do PCUS, retomada por alguns militantes pecebistas no decorrer do debate. Cf. SANTOS, Raimundo. *Op. cit.*

Câmara, referido naquele momento como o “Stálin brasileiro”, o mentor do “mandonismo” nas instâncias pecebistas, era considerado o “grande culpado” pelas anomalias do partido. Assim, o fardo de todos os erros passados, presentes e do futuro próximo cometidos pelo coletivo era transferido para os dois integrantes do Comitê Central. Aqueles que os seguiam eram extirpados, criava-se um sistema de depreciação dos responsáveis pelas impurezas, identificavam-se os “novos” condutores dos comunistas brasileiros. Aos poucos voltava à velha normalidade e o recomeço era gerido pelos sobreviventes no poder.

#### 4.1.1. *Agildo Barata: o arquétipo do “traidor”*

Agildo Barata, carioca, ex-capitão do Exército, era reputado com um daqueles valentes militares que se envolveram nos movimentos armados dos anos 1930, contra o governo de Getúlio Vargas. Seu espírito destemido, nada demonstrado pela sua constituição física, foi imortalizado pelas palavras de Graciliano Ramos: “Esquisita pessoa, Agildo. Minguado, mirrado. A voz fraca e a escassez de músculos tornavam-no impróprio ao comando. A sua força era interior”<sup>179</sup>. Em particular, sua atuação no levante de 1935 rendeu-lhe a admiração de muitos comunistas brasileiros. Suas atividades de contestação conquistaram o apreço do grande “herói” nacional que acabava de ingressar no Partido Comunista do Brasil. Luiz Carlos Prestes, em liberdade após a anistia, tomava posse do cargo de secretário-geral e exigia a colocação de Barata entre os membros do Comitê Central. Instituído como tesoureiro do CC, a partir de 1948, o ex-militar foi o produtor de uma política para angariar fundos de tamanha proporção que a Comissão Central de Finanças, naquele período, foi considerada por seus companheiros como uma “potência digna de maior respeito”<sup>180</sup>.

Diante dos rumores sobre revelações pavorosas feitas pelo secretário-geral russo acerca do período stalinista, Agildo foi um dos muitos militantes que procurava argumentos para provar a impostura do documento. Chegou a afirmar, em reunião com contribuintes financeiros do partido, que “tudo não passava de provocação e mentira do Departamento de Estado norte-americano”<sup>181</sup>. Posteriormente, declarou que sua esperança na “existência de um verdadeiro paraíso na União Soviética” era tamanha que naquele momento sua primeira reação foi a de repelir veementemente a “possibilidade de autenticidade do relatório de

---

<sup>179</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982, p. 445.

<sup>180</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, pp. 210-213.

<sup>181</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 293.

Kruschev”<sup>182</sup>. Neste mesmo encontro, veria suas convicções abaladas publicamente, quando um enviado especial do Comitê Central certificou-lhe ao pé do ouvido que as denúncias eram sim verdadeiras, e ainda não expressavam a magnitude dos crimes cometidos por Stálin. O abalo emocional projetou-se em perturbação física, como em tantos outros pecebistas. A força interior do militante franzino e minguado parecia esvair-se, com todas as referências simbólicas que a alicerçava. Acerca dos sentimentos presentes naquele momento, Agildo afirmaria: “Desmoronavam-se, de um golpe, velhos sonhos e ilusões que enchiam, há mais de 20 anos, toda a minha imaginação de admirador entusiasta e incondicional de Stálin e daquilo que eu supunha ser sua grande obra”<sup>183</sup>. No seu entender, entravam em colapso o homem, os dogmas e a expressão brasileira de comunismo.

Na primeira reunião da direção do PCB para discutir o assunto, ocorrida em agosto de 1956, Barata se destacou com críticas agressivas à política stalinista e à atuação autoritária de muitos dirigentes brasileiros. Nos encontros subsequentes, Juvenal, integrante do Comitê Regional do Rio, solicitou a nomeação de uma comissão ao denunciar uma “coisa gravíssima” que um dos participantes daquela primeira reunião havia dito abertamente a um grupo de pessoas: que Kruschev era um bêbado. “Na mesma hora, Agildo retrucou: ‘Não precisa nomear comissão nenhuma não... quem disse que Khrustchov era um bêbado, fui eu!’”<sup>184</sup>. Além de afirmações estrondosas, que geravam burburinhos, risadas e descontentamentos, o dirigente pecebista foi o principal articulador da proposta de imediato afastamento do CC dos camaradas “mais responsáveis por abusos, mandonismo e erros grosseiros no exercício de suas funções”<sup>185</sup>.

Com a instalação do debate na imprensa, a posição defendida por Agildo irrompia os limites do núcleo diretivo e tornava-se cada vez mais preocupante àqueles que objetivavam a manutenção no poder. Sua primeira e única contribuição divulgada pelo *IP* datava de novembro de 1956, sendo somente exposto em 27 de janeiro de 1957, devido à censura instituída pela direção<sup>186</sup>. Ao lado, publicava-se um artigo de João Amazonas, que teria sido “encomendado” pela cúpula pecebista. No artigo intitulado “Pela democratização do partido”,

---

<sup>182</sup> BARATA, Agildo. *Op. cit.*, p. 354-356.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 355-356.

<sup>184</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 219.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 220.

<sup>186</sup> Aydano do Couto Ferraz, então diretor do *Voz Operária*, mais tarde denunciou que a direção do partido criara uma “Comissão de Censura”, com o intuito de vetar a divulgação de determinadas cartas, ou mesmo demorar a publicá-las, prejudicando a atualidade das informações ali contidas. Conforme o jornalista, a criação daquela seção era indicativa do autoritarismo do Comitê Central, já que era um instrumento não previsto nos Estatutos partidários. Cf. FALCÃO, Frederico José. *Op. cit.*

Barata traçava sua proposta de superação das contradições, em uma perspectiva amplamente renovadora da atuação do PCB, amparada no processo autocrítico que se instalara e na não conciliação com princípios que se esfacelavam. Para ele, tanto esta conciliação, como a submissão ao PCUS eram mecanismos “antimarxistas”.

Neste âmbito, sua condenação se estendia ao próprio partido soviético, por barrar o processo que se instalava através de novas declarações moderadas acerca das atividades de Stálin<sup>187</sup>. Baseando-se na premissa de suplantação dos desacordos, Agildo exprimia que um grupo específico, devido a sua “firmeza de opinião” seria o propulsor da descoberta do “novo”, que se abria aos comunistas: a “inteliguêntia marxista”. Dessa forma, ele acreditava que esta camada seria a condutora do debate que se instalava em âmbito mundial, cuja finalidade era a construção da “nova verdade”. Assertiva completamente infeliz, exprimida em um momento que o debate nos meios pecebistas gerava grande hostilidade aos intelectuais, e que lhe renderia um enxame de reprovações.

Além da primazia da intelectualidade no processo renovador, o ex-capitão fazia críticas contundentes aos métodos de ação do partido, à “arrogância e auto-suficiência de um pequeno grupo dirigente” que, segundo ele, “matava no nascedouro qualquer embrião de idéia nova”. Entre os principais desvios do partido brasileiro, elencava o “mandonismo” da camada diretiva, que suprimia o saber coletivo da organização em favor de uma verdade sempre introduzida “de cima”. Imputando a culpabilidade de métodos e estratégias errôneas da história pecebista aos componentes do Comitê Central e do Secretariado, Agildo defendia com rigidez o afastamento de vários dirigentes, chegando a afirmar que uma “crise de confiança” se instalava no CC. Esta exigia medidas severas para a democratização partidária, dentre elas o afastamento dos “camaradas mais categorizados nos métodos arbitrários e mandonistas”<sup>188</sup>.

Os dois eixos principais do artigo de Barata, elencados acima, criariam novos percursos para o debate. Primeiro, ao valorizar os intelectuais, mal vistos por diversas fileiras

---

<sup>187</sup> No decorrer dos meses, Krushev manifestaria opiniões mais moderadas acerca do período stalinista. Em entrevista de maio de 1957 ao “New York Times”, o secretário-geral recolocava a figura do líder na história soviética: “Stálin ocupará o devido lugar na história da União Soviética. Ele teve grandes defeitos, mas foi um marxista-leninista fiel, um fiel e estóico revolucionário. Stálin cometeu muitos erros no último período de sua atividade, mas fez também muito de útil para nosso país, para nosso Partido, para todo o movimento operário internacional. Nosso partido, o povo soviético recordarão Stálin e dar-lhe-ão o que é devido”. Cf. Importantes problemas debatidos na palestra de N.S. Kruschiov com o redator-chefe do jornal ‘New York Times’. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.123. 26 de maio de 1957, p. 03.

<sup>188</sup> BARATA. Agildo. Pela democratização do Partido. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.025. 27 de janeiro de 1957, p. 06.

pecebistas, Agildo contrariava a perspectiva condenatória da direção acerca da atitude da intelectualidade no decorrer da discussão, ao mesmo tempo em que insuflava o conflito interno ao promover uma divisão de sub-classes do partido. Muitos militantes e dirigentes insurgiram contra a primazia da “inteliguêntia marxista” por ele proposta. João Amazonas taxava de “divisionista” a atitude “intolerável” de Agildo de separar intelectuais de operários. Ao contrário deste, expunha que para um marxista “o novo não será jamais fruto de uma criação abstrata [como acredita Barata, ao entender que a verdade só será alcançada pela força da inteligência], só poderá surgir como expressão de um processo de forças reais, da prática de milhões de pessoas, prática sistematizada e generalizada pelo Partido”<sup>189</sup>.

A concepção do dirigente não seria peculiar. Diversas cartas chegaram às redações do *IP* condenando a posição do responsável pela Comissão de Finanças. O militante Etelvino Pinto replicava a tese do dirigente acerca da intelectualidade, considerando uma “discriminação perigosa que quebra a estrutura monolítica de um P.C. verdadeiramente marxista”<sup>190</sup>. Assim como Pinto, Augusto Bento reforçava a ilegitimidade da tese que concedia primazia aos intelectuais frente às novas interpretações do marxismo-leninismo que se abriam aos comunistas. Para ele, a própria tradição era uma “generalização da experiência coletiva de milhões de homens e não uma invenção nascida de cérebros privilegiados”. Dessa forma, o “novo” também viria através da sabedoria coletiva dos partidos comunistas, amparada nos alicerces marxista-leninistas, no “conhecimento da realidade nacional”, na luta do operariado, do campesinato, do povo brasileiro e do movimento comunista internacional. Ou seja, “na experiência, portanto, de milhões de pessoas”<sup>191</sup>. A proposta de Barata acerca da revitalização partidária a partir de uma determinada categoria do partido colocava-o na mira de diferentes grupos constituintes do PCB, que estavam extremamente insatisfeitos com a atitude dos jornalistas de iniciar as discussões. Aliadas com a campanha de deturpação de sua imagem, já em curso devido aos conflitos com a direção partidária, suas assertivas acerca da primazia da intelectualidade agilizaram sua depuração no interior do partido. Do ponto de vista do que era publicado pela imprensa comunista, que neste momento já sofria com as restrições e censuras impostas pelo Comitê Central, a execração da postura de Agildo fora geral.

---

<sup>189</sup> AMAZONAS, João. Salvar a unidade do Partido, primeiro dever do comunista. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.025. 27 de janeiro de 1957, p. 06.

<sup>190</sup> PINTO, Etelvino. O movimento operário e comunista mundial não está em crise. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.053. 01 de março de 1957, p. 02.

<sup>191</sup> BENTO, Augusto. Em torno do artigo do companheiro Agildo Barata. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.043. 17 de fevereiro de 1957, p. 06.

Ainda mais implacável foi a reação às suas críticas feitas aos organismos dirigentes. A manifestação de Amazonas, logo ao lado da carta de Barata, demonstrava a preocupação da cúpula pecebista em refrear e refutar as declarações “intoleráveis”, que atingia sua estabilidade. O dirigente, considerado como um dos principais componentes da ala conservadora que se formava no decorrer do processo autocrítico, declarava ser as teses defendidas por Agildo Barata “prejudiciais à causa que defendemos”. Para ele, Barata não estava lutado pelo reforçamento do partido, mas sim transformando a discussão numa “luta contra pessoas”, procurando extirpar a permanência de certos “camaradas” da direção partidária. João Amazonas criticava ainda a atitude do companheiro em “agitar” sua opinião pela imprensa pecebista, quando sua proposta já havia sido apresentada e rejeitada em reunião do Comitê Central. Apesar das condenações, certa cautela era apresentada no artigo ao afirmar que apesar de Agildo estar equivocado, ele não escrevia sua carta “com maus propósitos”.

Porém, as inúmeras manifestações críticas que chegaram ao jornal carioca nos dias seguintes não teriam tal ponderação. Dentre as mais hostis, estava a contribuição do militante André Franco, que exprimia seu descontentamento com Barata por suas análises ferir a unidade do PCB e demonstrar uma postura “antipartidária e contra o marxismo-leninismo”<sup>192</sup>.

Em um segundo momento, seu posicionamento extremamente crítico no que tange às modificações de métodos e à estrutura da direção partidária forneceu munição para os grupos que lhe faziam oposição. Assim, o questionamento da atuação dos dirigentes e a afirmação de que havia um desconforto generalizado entre a militância em relação a estes foram cruciais para que evidências sobre atividades “golpistas” justificassem seu afastamento constante dos princípios partidários.

Nos meses seguintes à publicação do artigo de Agildo Barata pulularam protestos à sua conduta e posicionamento na crise ideológica que transcendia a toda atividade estratégica dos comunistas brasileiros. Após a invasão dos jornais e a expulsão de jornalistas “renovadores” por ordem do Comitê Central, tudo o que se via na imprensa comunista era o que passava na peneira das comissões de censura. Assim, a figura daqueles com opiniões adversárias não poderia ser diferente que a de um traidor. A cartada final viria entre os meses de abril e setembro. Em abril, o *IP* estampava em suas páginas a resolução da direção

---

<sup>192</sup> FRANCO, André. A unidade do Partido é indestrutível. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.072. 26 de março de 1957, p. 02.

partidária que estabelecia o prazo de um mês para o fim das discussões. Além disso, advertia àqueles que infringissem às “normas reguladoras do debate” que medidas disciplinares poderiam ser tomadas para refrear os que se “opuserem aos interesses do Partido, afastarem-se dos princípios partidários e da linha do Partido, não acatarem as decisões da maioria”<sup>193</sup>. O recado incidia indiretamente na postura do grupo de Agildo Barata, principalmente na figura de seu comandante.

A declaração nada mais era que um alerta para os que expressavam uma perspectiva completamente “renovadora” da estrutura, das concepções e das estratégias do Partido Comunista do Brasil. Dessa forma, seu principal argumento fundava-se no princípio da unidade partidária, denunciando que “declarações e ações” que a prejudicassem eram “inadmissíveis”. Esta unidade se dava em torno do “centro único” pelo qual “o partido se une e trabalha”: o Comitê Central. Referindo-se pontualmente às atividades de Agildo, o documento expressava desaprovação às suas frequentes aparições em entrevistas aos jornais da “imprensa burguesa”, ao destacar que a atuação de um comunista fora da organização partidária, ou sua posição marginal a esta para expressar opiniões pessoais e “manifestar divergências” era uma transgressão política, além de ferir a unidade do partido e “desenvolver trabalho fracionista”<sup>194</sup>.

Mesmo o alerta tendo sido dado, o espírito combativo do ex-capitão não deixava se abater. Ainda no mês de abril concedeu uma entrevista à “Manchete”, na qual propunha abertamente a luta contra os “sectarismos” e “dogmatismos” no interior do partido comunista e aqueles que entravavam o processo de renovação, amparado em propostas nacionalistas para a sociedade brasileira. Neste momento, o destino de Agildo se desviaria para sempre do sistema comunista aos moldes soviéticos. Em maio, mais um documento do Comitê Central é publicado pelo diário carioca, rechaçando as suas afirmações no “semanário burguês”. Neste, a cúpula partidária acusava Barata de ter se comprometido em reunião a escrever um artigo condenando sua postura “anti-partidária”, o que acarretou a não divulgação de seu nome ligado a certas atividades no informe de abril, mas declinando a tal comprometimento após a publicação deste. A partir daí, ele teria se recusado a qualquer entendimento com o CC,

---

<sup>193</sup> Sobre a unidade do Partido. Resolução do Comitê Central do PCB. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.094. 21 de abril de 1957, p. 03.

<sup>194</sup> *Idem*.

passando a expressar “declarações caluniosas contra o Partido e sua direção e contrárias à orientação política do Partido”<sup>195</sup>.

Indignados com o “ataque” ao PCB, os dirigentes decidiram então publicar o referido artigo de retratação de Agildo, pedindo vigilância dos militantes pecebistas para as atividades “criminosas” do “grupo fracionista”, firmando a unidade em torno do Comitê Central e de Prestes. Mais uma saraivada de cartas chegava às sucursais do *IP*, porém não se atentavam às questões cruciais do debate erguido em outubro de 1956, e sim ao “traidor” dos comunistas brasileiros. Tachado de “caudilho”, “comerciante de idéias, de falsas idéias de autênticos contrabandos ideológicos”, de “ideólogo da burguesia”, “braço direito do imperialismo”, dentre muitas outras denominações pejorativas, o centro das discussões, que se findavam, deslocava-se para a execução de um dos “bodes expiatórios” da crise instaurada em 1956.

Com o fim do debate já determinado, a partir de junho os poucos artigos que apareciam na imprensa pecebista eram daqueles sobreviventes aos expurgos, geralmente de intelectuais favoritos do que restara do núcleo diretivo. Dentre eles, recém-chegado ao Brasil, estava Jacob Gorender, que assumia um cargo diretivo no *IP*. Gorender passou a contribuir frequentemente para o diário, sendo que em muitos dos seus artigos depreciava a imagem de Agildo, revelando o reflexo de seu passado como militar revolucionário nos traços ideológicos que definiam sua postura no processo autocrítico do movimento comunista mundial. Gorender acreditava que o ex-dirigente deixara de ser comunista<sup>196</sup>. No editorial do *IP* do dia sete de julho, era exposta a aliança de Barata com forças anticomunistas das “mais terríveis”, como o jornal “Tribuna da Imprensa”, de Carlos Lacerda. Não tinha mais volta: “a máscara vai caindo completamente. E o homenzinho aparece tal qual é”<sup>197</sup>.

Com o controle dos meios de comunicação partidários pela direção, percebemos que o final do debate foi canalizado para propagar os novos rumos e dispensar os opositores, nos moldes do grupo que se firmava no CC. Nesse sentido, as constantes referências pejorativas a Agildo nas páginas do *IP* eram uma maneira de reafirmar os mecanismos de coesão partidários, reproduzindo a *síndrome de traição* na sua conduta. Ao suscitar o distanciamento

---

<sup>195</sup> Declaração do Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Em face das declarações feitas por Agildo Barata a um semanário burguês contra o Partido e o Movimento Operário. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.124. 28 de maio de 1957, p. 03.

<sup>196</sup> GORENDER, Jacob. A extrema direita do nacionalismo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.142. 18 de junho de 1957, p. 03.

<sup>197</sup> Agildo Barata no caminho do anticomunismo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.157. 07 de julho de 1957, pp. 01 -02.

da organização em seus posicionamentos, criava-se a figura de um “renegado”, que não mais servia a causa comunista.

O sistema comunista continuava abalado com as declarações de Krushev em seu relatório apresentado ao XX Congresso. Surgiam vozes dissonantes daqueles que conduziam os partidos revolucionários por toda parte, inclusive na União Soviética<sup>198</sup>. Os “bodes expiatórios” do PCUS seriam aniquilados em sessão plenária de junho de 1957. Malenkov, Kaganovitch e Molotov foram excluídos do Presidium e Chepilov perdeu seu posto de secretário do Comitê Central. Acusados de interpretar o marxismo-leninismo de “maneira escolástica” e contrários à linha instituída em 1956, o ato soviético alertava às organizações comunistas que fossem intransigentes com aqueles que violassem as decisões das direções.

Alguns meses depois os dirigentes pecebistas tomavam sua decisão: Agildo Barata estava oficialmente excluído do CC e expulso dos quadros partidários<sup>199</sup>. O documento justificava a decisão devido à postura “antipartidária e divisionista” do ex-militante, e não devido às “concepções falsas” que vinha defendendo. Ou seja, indicava que dentro do PCB havia liberdade para expressar opiniões consideradas errôneas, diferentes daquelas emitidas pela cúpula. O tão criticado “centralismo democrático” através das discussões, que nada mais era que um “centralismo autoritário”, precisava ser reacendido. Nada mais representativo da nova postura da direção pecebista do que conceder àqueles que seguiam Agildo, ou outros tantos que tinham propostas divergentes, a possibilidade de corrigir “agora ou no futuro” seus posicionamentos. Era preciso “paciência e compreensão” para que os que deixaram “se iludir” por Agildo Barata voltassem a andar no caminho certo.

Em “Combate nas Trevas”, o ex-militante e historiador Jacob Gorender descrevia nos anos 1980 sua imagem de Agildo Barata: “foi um pequeno-burguês radical que nunca chegou a ser marxista. A cisão de 1957 o reconduziu ao estuário do nacionalismo. Sua

---

<sup>198</sup> Na Hungria, a resistência stalinista iniciaria uma contrarrevolução visando barrar as reformas no sistema socialista. Já na Polônia, o processo de desestalinização foi rapidamente executado, amparado no questionamento profundo do modelo soviético. Cf. FALCÃO, Frederico José. *Op. cit.*

<sup>199</sup> Em suas memórias, Agildo afirmou ter rompido definitivamente com o Partido Comunista do Brasil em 13 de maio de 1957, através de um bilhete dirigido ao Comitê Central, com os seguintes dizeres: “Depois de 22 anos de militância ininterrupta nas fileiras do P.C.B. resolvi, baseado no art. 1º dos Estatutos, em caráter irrevogável, solicitar minha demissão de membro do partido e de membro efetivo do Comitê Central. As razões que me levaram a tal decisão não cabem nos limites estreitos de um rápido bilhete e reservo-me o direito de voltar ao assunto quando julgar oportuno fazê-lo”. Revelou ainda que uma semana depois de enviar à direção sua carta de desligamento, a imprensa comunista noticiaria que ele havia sido excluído do partido. Porém, no diário carioca, a oficialização desta exclusão só iria aparecer em setembro daquele ano. Cf. Comunicado do Comitê Central do P.C.B. *Imprensa Popular*. Rio e Janeiro, n. 2.208. 06 de setembro de 1957, p. 01.

verdadeira ideologia, mal encoberta pelo verniz comunista”<sup>200</sup>. Vale lembrar que Gorender foi um daqueles novos integrantes cooptados por Prestes que fazia parte da cúpula partidária a partir de 1957, além de um dos principais intelectuais responsáveis pela propaganda dirigente acerca dos rumos que os comunistas brasileiros deviam tomar após aquele longo debate. Barata fora renegado pela história construída pelo partido, assim como pelos testemunhos de grande parte daqueles que atuavam na organização no período estudado, tratado como desertor, tendo sempre afirmada sua externalidade às práticas comunistas. Era visto como “antimarxista”, “antipartidário”. Contudo, na concepção dos dirigentes que capitaneavam a superação da luta interna, o mal havia sido cortado pela raiz, antes mesmo que suas propostas pudessem ser executadas.

#### 4.1.2. Diógenes Arruda: o “Stálin brasileiro”

Alto, espadaúdo, cabeça chata de pernambucano, fronte ampla com entradas bem fundas, bigodes espessos e largos, sem aparar, à maneira de Stálin, êle era descuidado no vestir, grosseiro nos gestos (...) e no trato com os camaradas<sup>201</sup>.

Por um longo período, somente duas pessoas tinham uma posição inalterável na hierarquia do Partido Comunista do Brasil: Luiz Carlos Prestes e Diógenes Arruda Câmara. O primeiro fora submetido a uma clandestinidade extrema com a ilegalidade do partido a partir de 1947<sup>202</sup>. O segundo era seu homem de confiança, seu braço direito, aquele que encabeçava o núcleo dirigente na sua ausência. Arruda é caracterizado como um stalinista ferrenho, que dirigia com mãos de ferro as instâncias do partido e emitia um ódio descomunal aos intelectuais.

Principal representante da delegação brasileira ao XX Congresso optou por viajar pela Europa e China, como estava programado. Talvez por descrença àquelas denúncias ou por não perceber a gravidade delas, os enviados brasileiros deixaram seus companheiros em

---

<sup>200</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1997, p. 25.

<sup>201</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 201.

<sup>202</sup> Prestes, em seus relatos, revelou as dificuldades dos dez longos anos que passou isolado da maioria do partido, considerando o período mais excruciante do que aquele passado nas prisões da era varguista: “Pessoalmente, eu me isolei muito do partido; passei a viver numa espécie de prisão. Fiquei isolado durante o ano de 1948 inteirinho. Não tinha contato com a direção do partido. Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e outros exageravam a segurança. Eu só podia ler jornais e passava o tempo todo isolado. Clandestinidade rigorosíssima. Foi o maior isolamento que tive em toda a minha vida. Só na prisão tive isolamento idêntico. Protestei várias vezes, através de cartas, mas só consegui ter contato com o secretariado em 49. Falava só com Arruda, Amazonas e Grabois”. Cf. MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Op. cit.*, p. 152.

“estado de expectativa”, sem confirmação concreta da existência de um relatório fatal do stalinismo. Sua volta culminou com o primeiro encontro do Comitê Central para discutir o assunto, em agosto, quando os ânimos já estavam mais que exaltados. No encontro, o clima novo que se instalava, com críticas abertas à direção, desabafos violentos, teve a contribuição de um posicionamento completamente distinto de Diógenes Arruda. No informe apresentado, o dirigente, que outrora defendia com tenacidade a URSS e seu líder, de maneira muitas vezes “servilistas”, trazia agora críticas contundentes. Para Osvaldo Peralva, era uma crítica “honesta e rude”. Honesta, mas não sincera, pois considerava que seu objetivo ao perceber a amplitude do movimento questionador era o de somente permanecer no posto dirigente, “posando de democrático e crítico do stalinismo”. Entretanto, a apresentação não teria a consequência esperada. Horas depois desta reunião, Peralva ainda relatou seu encontro com Arruda, que procurava assuntar sobre a opinião dos intelectuais acerca dos atuais acontecimentos. Este lhe respondeu com sinceridade: “Dizem que é preciso desmascarar e derrubar também o Stálin daqui, dando a entender que o Stálin é você...”<sup>203</sup>. Arruda comprovaria a hostilidade percebida durante a reunião de agosto no decorrer das discussões.

Nos meses seguintes, os jornais comunistas publicaram várias cartas de militantes de diferentes camadas atacando duramente o então “braço direito” de Prestes. Alguns atentavam para a “desumanização” do partido instituída por Arruda, atribuindo-lhe a expressão: “no Partido não temos amigos”<sup>204</sup>. Outros simbolizavam seu nome como o arquétipo do autoritarismo e da repressão no interior do PCB, que devia ser deslegitimado, buscando romper com esta condição no debate que transcorria: “a discussão terá mesma que ser feita, a favor ou contra, com audiência ou a revelia dos Arrudas, desde que se faça em favor do Socialismo”<sup>205</sup>. Ainda mais violenta era a opinião do Comitê Regional do Ceará, que compunha a tendência mais renovadora, ao afirmar que a direção estava tão amplamente centralizada nas mãos de Arruda “que êle se tornou um verdadeiro ditador”<sup>206</sup>.

Apesar de alguns poucos militantes ainda defenderem sua personalidade, a decadência do líder comunista não tinha mais volta. A perda gradual de seu poder e prestígio e a exposição de seus métodos “truculentos” revelavam o rompimento dos próprios companheiros de cúpula com a figura austera e muitas vezes odiada, simbolizada pelos

---

<sup>203</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, pp. 214-221.

<sup>204</sup> SOARES, Ivete. Sobre alguns métodos de trabalho. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.957. 06 de novembro de 1956, p. 05.

<sup>205</sup> FREIRE, Eduardo S. M. Que as bocas se abram, mas... não para engulir moscas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.946. 23 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>206</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 288.

“bigodes espessos e largos”. Em julho de 1957, por exigência do grupo que dominava a direção, Diógenes Arruda publicou sua autocrítica no jornal carioca, reconhecendo sua responsabilidade pelas concepções e métodos prejudiciais ao PCB. Declarava:

vejo que é muito grande e grave minha reponsabilidade pessoal nas violações dos princípios marxista-leninistas de organização e de direção, nas debilidades e falhas ideológicas do Presidium e do Secretariado na condução do Partido, nos erros da direção e nos reveses do Partido de 1942 até hoje. Lutei, cometi erros e revelei debilidades – e por isso devo ser criticado e preciso autocriticar-me. Estou decidido a livrar-me das idéias incorretas e dos maus hábitos, a transformar-me, reeducar-me e renovar-me, pois será assim e somente assim que poderei bem servir ao Partido, na fase nova que está aberta para seu fortalecimento e consolidação<sup>207</sup>.

Diógenes Arruda Câmara entrou em “processo de autocrítica” e isso indicava que havia sido eliminado politicamente. Tão arrebatadora era aquela carta, que ele expressava a necessidade de substituição de dirigentes “que não se corrigirem de seus êrros, manifestarem-se conservadores e rotineiros e persistirem em concepções e métodos prejudiciais, não se esforçarem para analisar e enfrentar concretamente, à luz do marxismo-leninismo e através do trabalho coletivo”, transplantando a imagem que seus críticos tinham dele para justificar sua própria queda. Quão atroz eram aquelas palavras à sua autoridade e reputação de grande chefe stalinista! O temido dirigente caía em desgraça naquele momento, uma vez que “uma autocrítica pública é a maior demonstração de que o elemento foi derrotado e caiu no ostracismo”<sup>208</sup>. Suas palavras condenatórias não poderiam salvá-lo de seu passado “mandonista”. Arruda foi isolado e excluído do Presidium do CC em agosto. Mais tarde deixaria o partido, unindo-se àqueles “conservadores stalinistas”, que também o rechaçaram, na formação do PCdoB.

Como vimos, a memória coletiva comunista era compartilhada a partir da identificação de balizas cronológicas com a queda e ascensão de seus dirigentes. A maioria dos militantes, mesmo que já tivessem abandonado o partido, recontavam os acontecimentos da amarga crise dos anos 1950 reafirmando a perspectiva, instigada pelos novos e sobreviventes no poder, da responsabilização de determinados líderes pelos desvios da atuação pecebista, Processo que não era novo, se consolidava a partir dos mecanismos de

---

<sup>207</sup> ARRUDA, Diógenes. Renovar o Partido e derrotar o Antipartido. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.162. 24 de julho de 1957, p. 03.

<sup>208</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 257.

coesão vistos anteriormente, que permitiam à direção nacional do PCB manter-se incólume aos processos autocríticos frequentes, assim como gerir o imaginário sagrado que “educava” a todos os comunistas na disciplina partidária, na celebração da autoridade e na irrefutabilidade das diretrizes políticas. Dessa forma, muitos relatos referentes a este período evocavam o “antimarxismo” de Agildo e o “conservadorismo” de Arruda, mesmo sendo daqueles que haviam se desiludido com o Partido Comunista do Brasil.

Com uma imputação de culpa diferente da que foi aplicada a Barata, Diógenes Arruda foi concebido como o grande réu que levou o PCB a adotar posições tão errôneas e submissas às normas “mandonistas” do stalinismo. Ele era considerado o maior culpado por toda uma série de deformações que extinguiram a democracia interna no partido, permitiram os desvios na estratégia do processo revolucionário brasileiro e a transplantação da tradição soviética, sem problematizações, para a ação dos pecebistas. Sua imagem de homem bruto, bronco, do bigode que imitava seu líder e de todas as características que o qualificavam de “Stálin brasileiro” permaneceram no imaginário do partido, como exemplo daquilo que deveria ser execrado. Assim como aquele que era estimado como “maquinista da história” e todo o período por ele regido, renegava-se o principal culpado pela configuração dos princípios stalinistas no Brasil.

Em entrevistas realizadas na década de 1980 com Luiz Carlos Prestes, Dênis de Moraes e Francisco Viana demonstraram o ressentimento do “Velho” com as atitudes do seu antigo “braço direito”. Prestes assumia o poder tríplice que guiava o PCB, entre Stálin, Arruda e ele próprio. Por isso, considerava “a fase mais difícil” da sua vida a mudança brusca no comportamento do dirigente ao voltar da União Soviética, citando críticas violentas ao modelo stalinista e rechaçando a ditadura do centralismo autoritário. “Logo quem!”, afirmava o secretário-geral, “ele, que sempre fora contra a democracia interna. Era mandonista e maltratava os quadros”. A mudança da água para o vinho indicava para Prestes que Arruda queria sair como o “campeão da democracia interna”, pretendendo manter seu posto no Comitê Central e elegê-lo o “bode expiatório” dos desvios. Segundo seus relatos, Diógenes Arruda acreditava que ele recusaria as teses do XX Congresso e assim perderia seu cargo, chegando mesmo a cooptar Agildo para suas propostas, na promessa que ele o substituiria na secretaria-geral do partido. Porém, “quem acabou perdendo o cargo foi ele”<sup>209</sup>.

---

<sup>209</sup> MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Op. cit.*, pp. 165-170.

Talvez por esta tendência conspirativa que afirmava existir nas atitudes de Arruda, ou talvez pela viabilidade de eleger um dirigente não muito querido pelos militantes, o grupo liderado por Prestes inverteria o processo e elegeria Diógenes o “bode expiatório” da incomparável crise desencadeada pelo relatório Krushev. Nesta luta de prestígios e “limpeza simbólica” da organização, nenhum militante seria páreo para o estereótipo encarnado por Luiz Carlos Prestes. Aquele que era o único capaz de “regenerar o tempo”, reiniciar um novo ciclo. Pelo menos até que os mecanismos de “saneamento” do Partido Comunista do Brasil não se voltassem contra ele.

#### **4.2. Polêmicas em torno do “Cavaleiro da Esperança”: prelúdios da remissão de um mito**

Uma vida de tal modo limpa e digna que desperta admiração mesmo quando se considera não estar (e humanamente poderia estar?) isenta de erros e mesmo quando apreciada por aqueles que a julgam errada<sup>210</sup>.

Ninguém sairia ileso daquele processo aberto em 1956. Nem mesmo o “Cavaleiro da Esperança”. Todo ano, as comemorações de seu aniversário eram retratadas com intenso furor pelos jornais comunistas. No mês de janeiro, as páginas do *IP* ficavam tomadas por saudações a sua pessoa, enaltecimento da sua trajetória, com detalhes minuciosos de sua vida marcada por feitos “heroicos” e notícias de comemorações diversas realizadas pela data tão especial. Como atentamos anteriormente, era a época em que a centralidade do jornal voltava-se à exaltação da figura do “grande líder popular e comunista”. No entanto, no dia três de janeiro de 1957 as representações daquele acontecimento pelo diário carioca, que não era mais individual, mas um ritual festivo incorporado pelo partido, seriam redimensionadas. Apenas uma notícia referia-se a Luiz Carlos Prestes, uma publicação pequena que se dividia entre a primeira e a segunda página do jornal. Nada de artigos de intelectuais, jornalistas e personalidades renomados nos meios comunistas, cartas e declarações apaixonadas de leitores aclamando o secretário-geral, ou grandes matérias que tomavam páginas inteiras a respeito de sua vida. Nem mesmo o editorial assinado pelo *IP* era dedicado a seu aniversário. Nos dias seguintes, algumas felicitações foram publicadas, mas de forma muito modesta, se comparada com a grande repercussão verificada nos anos anteriores. Tal constatação indica que o debate

---

<sup>210</sup> BOMFIM JÚNIOR, Orlando. Os 60 anos de Prestes. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.301. 27 de dezembro de 1957, p. 03.

produziu impactos e mudanças significativas nas formas de organização e na autoimagem do partido.

O ritual simbólico medular da *celebração da autoridade* dentro do partido estava, naquele momento, condensado. Esta afirmação pode ser refletida a partir de três entendimentos: estrategicamente, não era apropriado externalizar o culto à personalidade tão combatido e debatido ferozmente pela imprensa pecebista; na prática, em sua maioria, a camada jornalística se embrenhou no processo crítico e autocrítico, questionando e mesmo rechaçando profundamente alguns princípios até então adotados, dentre eles a cultuação de indivíduos; ideologicamente, instalava-se uma crise acerca da exaltação dos papéis de certos dirigentes no interior partidário, uma crise de confiança nos próprios elementos que regiam a estrutura do PCB. As duas primeiras perspectivas são suposições que podemos arquitetar, com base na dimensão estrondosa que o combate ao culto e à culpabilidade imputada a Stálin sobre diversos crimes e desvios do movimento comunista alcançaria nas discussões do período. Havia um questionamento profundo da prática de veneração dos líderes, marcada ainda pela perplexidade e pelas incertezas sobre os caminhos que aquele processo traçaria. Ao mesmo tempo, aqueles que mais criticavam o passado partidário e suas próprias posições tentavam, ainda tropeçando em velhos princípios, reorientar suas percepções daquele sistema hierárquico.

No que tange ao terceiro desdobramento citado, passamos do campo das suposições para as verificações que podemos fazer com a análise das cartas divulgadas pelo jornal. No desenrolar das discussões acerca do culto a Stálin, alguns militantes transfeririam suas análises ao fenômeno de exaltação da figura do “Cavaleiro da Esperança” no interior do partido. Relatos posteriores apontaram que desde o primeiro encontro do Comitê Central para discutir o relatório soviético, em agosto de 1956, algumas críticas já foram esboçadas ao secretário-geral<sup>211</sup>. Após a publicação de sua carta ao debate, visando limitá-lo, posições hostis ficariam ainda mais evidentes, contrabalanceadas por opiniões de defesa incontestes de seu prestígio. A primeira expressão contundente de um processo de questionamento do tratamento exacerbado transmitido ao secretário-geral surgiria logo no início das discussões.

No final de outubro, era divulgado o artigo de Plínio Lazier de Sá, militante de Santa Catarina, que intentava demonstrar como o “prato feito” era perpetrado nas resoluções do PCB, como “cópia fiel” dos documentos do PCUS. Em meio a sua argumentação, ele

---

<sup>211</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*

revelava modestamente a reconfiguração do culto no Brasil, na figura de Luiz Carlos Prestes. Condenando a postura assumida no IV Congresso, afirmava que naquele momento a organização comunista era caracterizada como “O Partido de Prestes – ‘ofertas a Prestes que expressam o carinho do povo brasileiro’”<sup>212</sup>. Embora não fosse o enfoque principal de sua discussão e a declaração não estivesse esmiuçada em sua fala, essa condenação clara, porém cautelosa, da primazia de Prestes frente ao partido indicava que os pecebistas começavam a problematizar a celebração das autoridades nacionais, inerente à sua própria formação como comunistas. Assim, condenações ao sistema que instituía um modelo e o elevava à categoria máxima de cultuação e subordinação passariam a ser cada vez mais explícitas.

De Maceió, a militante Lena Silveira salientava a insuficiência do Projeto de Resolução do CC, ao não abordar que o culto à personalidade no nosso país não era somente dedicado à Stálin. Atentava que além deste, muitos dirigentes nacionais, especialmente Prestes receberam o mesmo tratamento. Em suas palavras, ao considerar o “camarada” como “‘o grande artífice das vitórias do nosso Partido’, [esquecia-se] o papel desempenhado na história pelas grandes massas e que os verdadeiros dirigentes só o são à medida que se tornam os seus mais fiéis e decididos intérpretes”. Mesmo que não negasse “o espírito de sacrifício, a dedicação e a coragem provada do camarada Prestes”, afirmava que as “fantasias prejudiciais”, como o culto à personalidade, não podiam ser reafirmadas para o reforçamento do partido, “verdadeiro dirigente das lutas de nosso povo”<sup>213</sup>. Esta última afirmação defendia que o guia da população brasileira era a organização em sua totalidade e não somente um homem.

Este era um processo totalmente novo, que contestava a mitologia criada em torno da figura do líder popular e dirigente comunista desde os anos 1920, com maior impulso a partir de 1945. João Augusto Machado atentava para a profundidade do culto à autoridade no Brasil, que com exceção da União Soviética era o país em que mais se desenvolveu. Apesar de identificar “inegáveis qualidades de patriotismo, abnegação e espírito revolucionário” no dirigente, o militante definia que o culto em torno de seu nome acabou por colocar em segundo plano tanto a importância do Comitê Central como a do próprio PCB, conduzindo a

---

<sup>212</sup> SÁ, Plínio Lazier. ‘Prato feito’ não será mais servido – e, se for, será recusado. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.946. 23 de outubro de 1956, p. 03.

<sup>213</sup> SILVEIRA, Lena. A discussão e as dúvidas em torno do atual programa. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.950. 27 de outubro de 1956, p. 03.

“consequências lastimáveis para o Partido”<sup>214</sup>. Outras manifestações, como a de Braz Alves Feitosa traziam as diferenças entre o culto edificado à Stálin e aquele rendido ao “Cavaleiro da Esperança”. Na URSS, afirmava, o culto fora construído dentro do Partido, enquanto no Brasil a elevação de Prestes à figura de líder resultou de sua luta anterior à filiação ao comunismo. O problema, conforme Feitosa, era que os comunistas brasileiros não souberam “eliminar o culto à personalidade dado pelas massas ao camarada Prestes da forma burguesa e colocar na forma marxista. Isto é, transportá-lo para o Partido”<sup>215</sup>. Até aqui se discutia o mito, o sistema de exaltação, mas não era imputada responsabilidade a Luiz Carlos Prestes por aquelas concepções e desvios.

Contudo, poucos militantes manifestaram seu posicionamento diante de toda sacralização que emergia das personalidades cultuadas. Neste âmbito, Letício de Campos Dantas chegava a definir o secretário-geral como o comunista que mais “rendeu culto à personalidade de Stálin” e também o que mais “teve a sua personalidade cultuada”. Expressando a culpabilidade de Prestes no desenvolvimento deste sistema, Dantas alertava que um processo autocrítico coletivo, aos moldes do que a direção sempre promovia, não bastava. Era imperativa a realização da autocrítica pessoal daquele cujo “prestígio gigantesco” decorria da organização comunista<sup>216</sup>.

Dentre as contribuições mais polêmicas estava a do escritor Ouvar Davet. Em seu artigo, o militante condenava o “carreirismo” dos altos dirigentes do partido, a “sede de poder” que levava muitos dos que ocupavam os cargos de direção a “pactuarem com tudo, desde que não sejam alijados de postos-chaves que detêm”. E assim, aceitavam “ordens absurdas, totalmente fora da realidade” para assegurar seus cargos diretivos. Embora não proferisse diretamente o nome de Prestes, Davet fazia menção ao “primarismo político e cultural” de “muita gente graúda” e suas autocríticas que, na prática, serviam apenas para mantê-los na direção, jamais corrigindo os erros que expunham<sup>217</sup>. Mesmo que não possamos afirmar com toda certeza que o escritor referia-se também ao líder até então intocável, sua denúncia ousada foi vista por vários militantes como uma crítica expressa ao secretário-geral do partido.

---

<sup>214</sup> MACHADO, João Augusto. Observações ao Projeto de Resolução. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.961. 10 de novembro de 1956, p. 05.

<sup>215</sup> FEITOSA, Braz Alves. Vitória do movimento revolucionário sobre as forças anti-revolucionárias. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 10.

<sup>216</sup> DANTAS, Letício de Campos. Não há casos pessoais. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.961. 10 de novembro de 1956, p. 05.

<sup>217</sup> DAVET, Ouvar. Contra o carreirismo, de alto a baixo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.955. 02 de novembro de 1956, p. 03.

Em contraposição a este movimento contestatório do culto aos líderes, diversos militantes saíram em defesa da direção partidária, e em especial do “camarada” Prestes. Nestas cartas, uma das teses que merece nosso destaque era a justificativa da necessidade de personalidades para guiar os trabalhadores no caminho de melhores condições de vida. Nesse sentido, Carlos Rêgo alegava: “nunca existiu um exército sem chefe supremo”. Sua argumentação arrolava os prejuízos de extirpar dos líderes comunistas sua soberania: “seria roubar de todos nós a fé, a esperança e o poder de confiar em alguém”, entre a “massa” “seria um efeito desastroso, sem precedentes a queda (sem motivos) de um dos seus grandes líderes”. No que tange ao Brasil, o caso seria ainda mais funesto para os comunistas. Rêgo avaliava que os trabalhadores brasileiros, não comunistas, até pouco tempo dirigiam seu respeito a dois homens: Getúlio e Prestes. Com a morte do primeiro, todos se voltaram para o segundo. Mesmo que não conhecessem o comunismo, eles confiavam no seu guia. No entanto, acautelava, “se antes de haver bem compreendido a beleza de nosso ideal, virem destruído, por nós, aquele em que confiavam, êsses novos camaradas ficariam por muito tempo desarvorados, sem guia, sem rumo, sentindo saudades do morto que não foi destruído”<sup>218</sup>.

Até quem afirmava não ser comunista vinha defender a necessidade de personalidades para o comunismo. Thelma de Carvalho considerava injusto anular o culto aos líderes com base nos erros de Stálin, pois, nesse caminho, personalidades como “o grande Prestes, o maior homem do Brasil em inteligência, cultura e honestidade” iriam desaparecer. Além de injusto, avaliava também como erro crasso a destituição de autoridades máximas, uma vez que a “massa entroniza um homem e segue com êle até para a morte, si fôr preciso”<sup>219</sup>.

Na sequência de contribuições ao debate que elencavam elementos de sustentação da exigência de guias-modelos para o movimento comunista, algumas opiniões incidiam pontualmente no reconhecimento de Luiz Carlos Prestes como o líder, o “herói” do povo brasileiro, reafirmando a *celebração à autoridade* e a mitologia criada em torno da sua trajetória. Manifestando-se como leitor assíduo do *IP*, José Ferreira incorporava fielmente a construção do comunista modelo, daquele cujas qualidades os militantes admiravam e buscavam alcançar. E estava ali como um bom soldado para defender seu comandante, para

---

<sup>218</sup> RÊGO, Carlos. Ainda o XX Congresso. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 04.

<sup>219</sup> CARVALHO, Thelma de. Um debate que não estava em nenhuma cabeça. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 03.

“exaltar a personalidade do Cavaleiro da Esperança, sempre que se faz mister”. Para ele, “cultuar a pessoa de PRESTES mostrando ao povo suas qualidades, sua inteligência, sua simplicidade, seu desprendimento à glória, seu profundo interesse pelo bem estar do povo brasileiro, só poderá trazer confiança”. Além de expressões que elogiavam o secretário-geral, taxava de “inconscientes” os articulistas que criticavam os dirigentes e condenavam o culto ao indivíduo<sup>220</sup>. A defesa da elevação de Prestes como legítima liderança popular chegava a diferenciar o culto à personalidade da afeição relegada a ele por diversas camadas da população. Assim, distinguiam a consagração do mito “Cavaleiro da Esperança” pela “massa”, daquele sistema prejudicial caro ao período stalinista e que estava sendo completamente implodido. Buscava-se uma justificativa sólida para a manutenção do líder em seu lugar de direito.

Na opinião destes debatedores, era um “juízo consciente”, que não implicava em culto à personalidade, a admiração dos brasileiros pelo “camarada Prestes”. Era tudo “resultado da confiança que êle soube inspirar em sua luta heroica pela libertação do nosso povo”<sup>221</sup>. Dessa forma, o culto, a exaltação, a celebração do secretário-geral não devia ser questionada, muito menos aniquilada. Pelo contrário, “é motivo de justificado orgulho poder dizer que Prestes é o nosso comandante, o chefe talentoso e estimado de nosso invencível Partido Comunista”<sup>222</sup>. Para estes militantes e simpatizantes do PCB, a internalização da narrativa mítica que circundava as lideranças partidárias não rompia com elementos sacralizados, com a confiança emocional e profunda, com a esperança absoluta naquele que encarnava o cavaleiro “heroico” e o “chefe profético”.

A amplitude e liberdade de expressão que, em grande medida, marcaram o debate singular dos anos 1950 revelariam fraturas no sistema comunista de coesão do grupo. Seria impensável, no período anterior às revelações do XX Congresso, pressupor que um movimento questionador de tamanha envergadura atingisse a glorificação do homem que era recebido como o paladino do povo brasileiro. Vimos anteriormente que a narrativa mitológica que circundava sua imagem fora construída ainda nos tempos da Coluna. Mas, foi no interior do PCB que o prestígio de Luiz Carlos Prestes foi superdimensionado, “amplificado várias vezes a partir de uma leitura revolucionária e comunista”. A partir deste momento sua

---

<sup>220</sup> FERREIRA, José. A liderança e o culto à responsabilidade. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.991. 16 de dezembro de 1958, p. 05.

<sup>221</sup> MACHADO, Francisco S. Críticas que nada revelam de construtivo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n.1.984. 08 de dezembro de 1956, p. 05.

<sup>222</sup> ABREU, Sebastião de. Por um debate construtivo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.968. 20 de novembro de 1956, p. 05.

autoridade se confundia com a da própria organização política, redefinindo a noção de partido até então adotada: “um grande partido para um grande homem”<sup>223</sup>. Como consequência da sentença de morte desferida pelos documentos soviéticos para o culto à personalidade, um processo ainda modesto de recusa da entronização de autoridades se iniciava. Consideramos modesto, visto que poucos foram os militantes que desafiaram o imaginário coletivo, promovendo suas críticas à cultuação do secretário-geral e verificando as responsabilidades do mesmo nos desvios partidários. No entanto, indicava que o mito do “Cavaleiro da Esperança” se deteriorava lentamente dentro do partido. O resultado desse decurso viria apenas nos anos 1980.

Apesar de existir o questionamento à sua conduta, este era suplantado pela proporção do movimento que saía em sua defesa. Principalmente após o controle dos jornais pela direção e a estabilização da crise interna com o triunfo do grupo que se reunia em torno de Prestes, revivia-se os rituais de celebração, com base na reconfiguração da imagem do líder. No final de 1957, Prestes saía da clandestinidade profunda a que foi submetido (ou submetia-se, como alguns acreditam<sup>224</sup>). Durante todo aquele período, o jornal carioca concentrou-se em matérias que voltavam a requerer a anistia política do dirigente pecebista e a insuflar os seus valores morais. O debate no final do ano de 1956 e início de 1957 acarretava uma periodização inédita no desenvolvimento histórico da mitologia política calcada em Luiz Carlos Prestes. Era o que, nas palavras de Girardet, podemos definir como os estágios de remissão do mito. Estes períodos, marcados pelas vicissitudes de uma determinada conjuntura, possibilitavam o aparecimento e desenvolvimento de uma “crise de legitimidade”<sup>225</sup>. Conforme o autor, podemos falar de “crise de legitimidade” quando, às perguntas colocadas em relação ao exercício regular do poder, as respostas deixam de ser evidentes, de impor-se como “pertinentes e peremptórias”. São nestes momentos que os laços de “confiança e adesão” se cessam<sup>226</sup>.

---

<sup>223</sup> PANDOLFI, Dulce. *Op. cit.*, p. 136.

<sup>224</sup> Nesse âmbito, Jacob Gorender foi taxativo em sua opinião acerca do isolamento proposital de Prestes: “Sua versão acerca dos dez anos de escondimento do próprio partido é invencionice. Como secretário-geral, dispunha de variados meios para se comunicar pessoalmente com o Comitê Central. Isolou-se porque quis, dominado pela crença no seu papel messiânico nas lutas revolucionárias iminentes”. Cf. GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 27.

<sup>225</sup> Conforme Girardet, a “noção de legitimidade não corresponde a nada além do reconhecimento espontâneo da ordem estabelecida, da aceitação natural, não obrigatoriamente das decisões daqueles que governam, mas dos princípios em virtude dos quais eles governam. Todo poder pode, em última análise, parecer como legítimo quando, para a grande massa da opinião e no segredo dos espíritos e dos corações, a manutenção das instituições estabelecidas é reconhecida como uma evidência fatural, escapando a toda contestação, ao abrigo de todo questionamento”. Cf. GIRARDET, Raoul. *Op. cit.*, p. 88.

<sup>226</sup> *Ibidem*, pp. 88-89.

A mudança no curso do movimento comunista provocada pelo XX Congresso do PCUS seria o estopim para a concretização de um intervalo remissivo. Os questionamentos do movimento socialista e dos princípios marxista-leninistas eram, em grande medida, autônomos, sem aceitação das “últimas palavras” daqueles que comandavam. Em outras palavras, a crise despontada nos anos 1950 gerou uma suspensão da certeza nas asserções e mecanismos vindos de cima. O “dever de lealdade”, de submissão e acatamento dos mecanismos impregnados na estrutura partidária era implodido. E assim, muitos militantes não se identificavam mais com aquele sistema institucional e todas as facetas que dele derivavam. Dentre eles, a celebração instituída às autoridades comunistas, ainda mais exaltada no caso de Prestes. Como desdobramento deste processo, Girardet verifica que estes estágios de perplexidade, desequilíbrio e conflitos, são ainda os momentos que “estão cronologicamente situados os apelos mais veementes à intervenção do herói salvador”<sup>227</sup>. Dessa forma, podemos presumir que a volta do secretário-geral à esfera pública ligava-se à urgência em restabelecer as relações de fidelidade e fascínio construídas em torno de sua imagem. Tal acontecimento nos leva a inferir que naquele momento de incertezas gerado pela crise interna era premente o retorno do homem que simbolizava a “certeza partidária”, capaz de revitalizar o “espírito do partido”<sup>228</sup>.

Todavia, a reaparição de Prestes nas cenas públicas brasileira fundaria uma nova perspectiva da sua representação e posteriormente do imaginário que o envolvia. Primeiramente, a agregação de um novo elemento a sua imagem remonta às alegorias antiprestistas difundidas pelos jornais direitistas acerca do homem sexagenário que se apresentava após dez anos de confinamento. Como nos indica Rodrigo Patto Sá Motta, “a imprensa conservadora não iria perder a oportunidade de trocar da idade de Prestes, e a partir daí ele passou a ser adjetivado de velho”<sup>229</sup>. As caricaturas e expressões pejorativas divulgadas objetivavam caracterizar o antes “Cavaleiro da Esperança” como um homem decadente, assim simbolizando que tanto o homem como as ideias que representava estavam ultrapassados. Aos poucos, a figuração do “Velho” penetrava no interior partidário, mas com base em objetivos diferentes daqueles concebidos pelos jornais conservadores. Visando paralisar a propaganda anticomunista de degradação do líder, a resposta pecebista era edificada com base na identificação da velhice com os atributos de “experiência e sabedoria”.

---

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>228</sup> SEGATTO, José Antônio. *Op. cit.*, p. 56.

<sup>229</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. nll 34. Julho-dezembro de 2004, p. 107.

No decorrer dos anos, sobretudo após o golpe civil-militar de 1964, a alcunha de o “Velho” passou a designar também suas concepções para o movimento revolucionário brasileiro. Da sua visão superada, contrapunham-se as novas interpretações dadas por uma camada de jovens que emergia à direção partidária.

Mais um processo de purificação do grupo e regeneração do tempo foi se constituindo na esfera pecebista, culminando vinte anos depois com a eleição de um novo “grande culpado”. As investidas advindas do debate acerca do relatório Krushev desestabilizaram a narrativa sacralizada em torno de sua imagem. Na década de 1980, condenado como “personalista” e responsável por todos os erros cometidos pelo partido até então, implodia-se a *celebração da autoridade* e o mito do “Cavaleiro da Esperança”. Assim como o culto à Stálin fora destruído anos antes, a exaltação de Prestes como “pensador brilhante”, era convertida no imaginário de seus companheiros de luta como “vulgarizador de teses gerais, que êle aplicava de modo unilateral, superficial e esquemático”<sup>230</sup>. Dessa forma, transferia-se toda a simbologia contestatória do período stalinista para a liquidação daquilo que erigia o PCB como o “Partido de Prestes”. A expressão naquele momento era “reconhecer que o prestismo, no PCB, foi a forma peculiar do stalinismo”<sup>231</sup>. Com esta analogia, o passado já execrado, abria passagem para a condenação final da mitologia que perdurou por décadas no imaginário comunista brasileiro.

### 4.3. A “revitalização” do espírito comunista

No capítulo anterior, evidenciamos que diferentes perspectivas sobre variadas questões foram edificadas, no decorrer das discussões encetadas pela imprensa comunista,. Como em outras organizações comunistas, no PCB o final dos anos de 1950 foi marcado por embates internos entre as camadas partidárias. Percebemos claramente que, em grande medida, a “sub-classe funcional” estabelecida no interior do partido, ou seja, a posição que o militante ocupava, foi preponderante para a formação de agrupamentos de opiniões acerca de todos os questionamentos imperativos daquele período. Posteriormente, com o encerramento do debate pelos jornais, e a retomada das rédeas pelo Comitê Central, a luta interna se configurou em uma disputa pelo poder dos altos escalões do partido. A crise política se transfigurava em crise de direção.

---

<sup>230</sup> PERALVA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 193.

<sup>231</sup> PANDOLFI, Dulce. *Op. cit.*, p. 180.

Abril de 1957 seria o marco primordial da reviravolta no cenário dos conflitos pecebistas. O afastamento dos jornalistas recém-efetuado, aliado à resolução de término das discussões e à saída de Prestes da clandestinidade determinariam a configuração da volta à normalidade anterior ao XX Congresso, mas vinculada a mecanismos de adequação ao choque singular provocado pela suspensão ideológica encetada por aquele processo. A exclusão da Comissão Executiva de dirigentes “conservadores”, encarnados na figura de Diógenes Arruda Câmara, meses após a expulsão do grupo autodenominado “renovador”, encabeçado por Agildo Barata, denotava o “saneamento partidário”, a reordenação da casa, objetivando concretizar a redefinição do curso revolucionário. Liderados por Prestes, a corrente designada como “centro pragmático” tomava o controle da situação, buscando a revitalização da lealdade da militância em torno da direção.

Neste processo, algumas teses “renovadoras” seriam adequadas às propostas para o caminho revolucionário brasileiro. A principal delas era a discussão do tema do nacionalismo, que passava a ser admitido como de grande importância para a luta política. A partir deste momento, “a essência da discussão será a intervenção política concreta do PCB, isto é, como participaria e qual seria seu papel na frente única nacionalista”<sup>232</sup>. Dessa forma, o diário carioca tornou-se um importante veículo de estímulo à participação nas frentes nacionalistas que vigoravam no governo JK. Em meados de 1957, começaram a aparecer artigos claramente voltados para propagandar a ideia de inserção dos comunistas no movimento nacionalista emergente. Em editorial do *IP* de julho, este era caracterizado como “o fato político mais importante, atualmente no cenário do país”<sup>233</sup>. No mesmo dia, foi publicado um extenso artigo de Mário Alves, aclamando como “decidido e entusiástico” o apoio dos comunistas nas “primeiras filas dêsse grande movimento patriótico”. Alves além de insuflar a atuação do PCB na luta nacionalista em curso criticava expressamente aqueles contrários a tal arregimentação, creditando-lhes a qualificação de “sectários” e “dogmáticos”, por não compreenderem a primazia do movimento nacionalista naquela conjuntura frente à decomposição do “sistema imperialista”, Conforme suas palavras, era imprescindível “a aliança do movimento operário pelo socialismo, internacionalista em sua essência, com o

---

<sup>232</sup> SEGATTO, José Antônio. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>233</sup> Uma contribuição ao movimento nacionalista. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.162. 13 de julho de 1957, p. 03.

movimento de libertação nacional dos povos oprimidos, do qual participa a burguesia nacionalista”<sup>234</sup>.

Um dos questionamentos basilares das discussões daquele período assentava-se no princípio do “internacionalismo proletário”. Muitos militantes criticavam a atuação do PCB subordinada a uma teoria externa e direcionada para trajetórias revolucionárias não condizentes com a conjuntura do país. Procurava-se agora aliar as concepções marxista-leninistas com a prática voltada para a realidade nacional, através de uma nova definição de comunismo. Entre diversos artigos divulgados pelo *IP*, os argumentos de Jacob Gorender eram taxativos em afirmar esta postura de correspondência entre o “internacionalismo proletário” e a perspectiva nacionalista. Dessa forma, identificava-se o conceito de Marx com o “patriotismo”, pois antes de lutar pela libertação da humanidade, os comunistas lutavam pela libertação de seu próprio povo, “a que está nacionalmente vinculado”. Ou seja, Gorender utilizava-se dessa definição intrínseca para justificar a mudança da estratégia pecebista, amparada na ampliação de forças na frente única que promoveria a revolução e na atuação moderada, dentro de campos legalizados do movimento nacionalista, a “tendência patriótica nacional-libertadora”<sup>235</sup>.

Estas novas compreensões do caminho revolucionário brasileiro, germinadas no decorrer de 1956/1957, refletiam a insatisfação da militância com a ação partidária, no momento em que a atenção à conjuntura nacional de cada país era propagada pelas falas de Togliatti como indispensáveis na construção da trajetória rumo ao socialismo. Mas, ao mesmo tempo, eram o estopim para a modificação concreta da linha política adotada em 1954 que, em larga medida, não era aplicada na ação do partido. Concreta, pois, mesmo que as resoluções do IV Congresso se revelassem inadequadas ao que se vinha fazendo na prática, todas as questões oficiais sempre recorriam a elas.

As críticas construídas no decorrer do debate, que se configurariam em propostas “renovadoras” do grupo que se consolidava na cúpula partidária seriam agrupadas no documento encomendado por Prestes para pôr fim àquela amarga crise do fim dos anos 1950<sup>236</sup>. Intitulado de “*Declaração sobre a Política do Partido Comunista do Brasil*”, de

---

<sup>234</sup> ALVES, Mário. Os comunistas e o movimento nacionalista. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.162. 13 de julho de 1957, p. 03.

<sup>235</sup> GORENDER, Jacob. Sobre o patriotismo dos comunistas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.153. 02 de julho de 1957, p. 03.

<sup>236</sup> A legitimação das propostas políticas, que foi se construindo após 1956, materializou-se pelas mãos de uma comissão secreta, desconhecida tanto pelo CC, quanto pela Comissão Executiva. Somente Luiz Carlos Prestes e

março de 1958, o documento edificava um novo programa político, pelo qual o partido chegava após “tortuosas voltas e reviravoltas”. Dentre outras propostas, a declaração trazia uma perspectiva singular acerca dos rumos da revolução e das forças atuantes neste processo. Nesse sentido, a posição frente à burguesia nacional, já renunciada em 1954, era redimensionada. Mesmo que a contradição geral entre esta “classe social” e o proletariado fosse reafirmada, atentava-se que “na etapa atual” ela não determinava uma “solução radical”, uma vez que era vista como uma das principais aliadas na luta por reformas parciais na conjuntura política brasileira.

Outra questão era o caráter “reformista” do documento. Caracterizando a revolução de nacional e democrática, a nova orientação pecebista apregoava a defesa da Constituição e a atuação dentro da legalidade. A estratégia do partido se embasava na luta por reformas parciais no âmbito democrático através de “formas e meios pacíficos”: “conquista de um governo nacionalista e democrático pela pressão pacífica das massas, vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais”<sup>237</sup>. A possibilidade da adequação desta forma de luta à realidade nacional era justificada pela ascensão do movimento operário, na democratização crescente da vida política e pelo desenvolvimento da frente única. A proposta política de 1958 previa resolver pacificamente os problemas básicos do país por meio do acúmulo gradual e incessante de reformas nas estruturas econômicas e políticas. Porém, se os “inimigos do povo brasileiro” coagissem tal processo, haveria a necessidade de uma “solução não pacífica” para a revolução. Cautelosamente, a expressão “luta armada” não era referenciada em nenhum momento.

O papel do PCB era promulgado na perspectiva de conquista em pleitos eleitorais para integrantes da frente única. Desta forma, não se concebiam como os verdadeiros líderes destas forças progressistas, pois esta função deveria ser conquistada por meio de um trabalho “árido e paulatino”, capaz de identificá-lo como a vanguarda do proletariado. Nesse sentido, para que o partido assumisse esta responsabilidade, deveria passar por uma reestruturação, baseada na “reeducação dos dirigentes e militantes no espírito de uma nova política, que emane diretamente das condições objetivas de nosso país e seja a correta aplicação dos

---

Giocondo Dias tinham conhecimento dos trabalhos deste grupo, formado por Mário Alves, Armênio Guedes, Jacob Gorender, Alberto Passos Guimarães e pelo próprio Dias. Cf. AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Op. cit.* (2002).

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 92.

princípios universais do marxismo-leninismo”<sup>238</sup>. Assim, o novo grupo dirigente iniciava um processo de autocrítica que trazia além do sentido da mudança e o caráter de “renovação”, uma “pedagogia política” que previa a “reciclagem da militância”.

Apesar de não ser publicado na íntegra pelo jornal, ficava evidente em suas páginas a importância de tal deliberação. Primeiramente, definia-se a declaração como a “nova política dos comunistas brasileiros”, “fruto dos debates que se verificaram no Partido após a divulgação dos documentos do XX Congresso do PCUS”<sup>239</sup>. Esta relação de causalidade precisa ser destacada para entendermos a dimensão das discussões instaladas pelos intelectuais partidários. Naquele ínterim, muitos alicerces da tradição marxista-leninista nos moldes stalinistas passaram a ser questionados, assim como a adequação desta na prática pecebista. Dentre eles estavam: o centralismo democrático convertido em “centralismo burocrático”, a supressão da democracia interna pelo “mandonismo”, a celebração dos líderes, a transplantação acrítica de diretrizes para a execução do plano revolucionário brasileiro, a aceitação dogmática pelo partido das ordens soviéticas e o afastamento da estratégia partidária da realidade nacional. As críticas ao posicionamento do partido e à própria doutrina soviética foram tão intensas, que já no projeto de resolução elaborado em outubro de 1956 admitia-se a necessidade de “desarraigat tãda uma tradiçãõ”. Tornava-se peremptório a ruptura com a figura de Stálin e tudo que dela decorria, pois, além de internacionalmente o stalinismo estar sendo banido do movimento comunista, internamente o PCB se embrenhava em um processo de fragmentação, com o aparecimento de grupos com opiniões diferenciadas sobre o que era ser comunista.

Ao tomar as rédeas do conflito, o Comitê Central reordenado procurava com a “nova orientação política” encerrar aquele “interregno ‘catastrófico’, épico, povoado de drásticas rupturas entre um mundo de trevas e um outro de luz”<sup>240</sup>. E, nesse sentido, a imprensa partidária voltava à sua função originária, como mecanismo comprometido “em construir um pilar de sustentação para a obtenção do consenso em torno da ideologia partidária”<sup>241</sup>. Assim, os jornais eram amplamente utilizados para a propaganda da linha política, remetendo sempre à revitalização partidária que suas teses produziam. Nos dias subsequentes à divulgação da declaração, as páginas do *IP* foram inundadas por matérias dedicadas ao documento. Estas

---

<sup>238</sup> Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Março de 1958, p.3. In: *PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979)*. LECH- Livraria Editora Ciências Humanas; 1980, p. 26.

<sup>239</sup> O Comitê Central do PCB traça a nova política dos comunistas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.366. 18 de março de 1958, p. 03.

<sup>240</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Op. cit.* (2002), p. 93.

<sup>241</sup> MORAES, Dênis de. *Op. cit.*, p. 45.

atentavam primordialmente, além dos aspectos programáticos, para o “rompimento radical com as posições políticas que vinham caracterizando há longos anos a atuação do PCB na vida nacional, e que eram fruto das concepções dogmáticas e sectárias predominantes nas fileiras do Partido”, que tal linha propunha<sup>242</sup>. Ademais expressavam a primazia do debate desencadeado após o XX Congresso do PCUS para a configuração de um caminho revolucionário preocupado com os interesses concretos da nação brasileira.

Mesmo que em outros períodos a preocupação com a conjuntura nacional tenha sido pronunciada, a singularidade do programa arquitetado em 1958 estava na intensidade de renovação proposta, a qual transcendia a própria identidade do partido. Esta suplantação incidia na concretização de uma fisionomia cada vez mais política à organização. A partir da resolução de março, o PCB estabeleceu um afastamento de sua esfera revolucionária, para tornar-se um “partido com vocação para a política”, que passava a ser visto como o paradigma de “moderação” pelas outras esquerdas que se formavam<sup>243</sup>. Ainda no processo de revitalização partidária, a própria experiência da configuração do passado pecebista, promovia o enfraquecimento da “alma comunista”, por romper com princípios fundamentais da constituição do partido, tais como: “a negação estalinista dos anos 50, o distanciamento crescente do teorema leninista de mudança social, a crítica do paradigma soviético como modelo de sociedade”<sup>244</sup>.

Como vimos, o documento elaborado em 1958 trazia modificações profundas para o modo de pensar e agir dos pecebistas. É preciso destacar que foi neste momento que se oficializou o reconhecimento do desenvolvimento capitalista brasileiro, tese que acabou resultando no questionamento das “posturas revolucionistas da moldura estalinista e da teoria da ruptura revolucionária”. Em seu lugar, encetava uma orientação política amparada na “compreensão gradualista e na ‘moderação’”, com base na (re) configuração da tradição marxista-leninista conforme os problemas específicos do Brasil. Deste modo, a partir daquele ano “revolucionar também significava reformar”<sup>245</sup>. Inaugurava-se a estruturação de “um conjunto de idéias em torno da ‘frente única’ e da ‘estratégia democrática’, configurando um pensamento político que, a duras penas, tentou abrir passagem no interior do PCB”: o pecebismo. Considerado como a formação de um discurso comunista legitimamente

---

<sup>242</sup> A nova política dos comunistas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.367. 19 de março de 1958, p. 01.

<sup>243</sup> SEGATTO, José Antônio, SANTOS, Raimundo. A Valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil. Volume 6 - Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007, p. 13.

<sup>244</sup> SANTOS, Raimundo. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>245</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 302.

contemporâneo, o pecebismo instalava o movimento contestatório progressivo do modelo terceiro-internacionalista. Logo, “ser comunista não era mais ser stalinista”<sup>246</sup>.

A mudança política e o significado que ela engendrava na orientação partidária foram tamanhos que, na memória da militância pecebista, a *Declaração de Março* ficou eternizada como o documento de “refundação do partido”. Naquele período, embora ainda ilegal e recém-saído de uma penosa crise interna, o PCB passou a atuar ativamente em movimentos sindicais e nacionalistas, possibilitando a multiplicação de seus quadros e influência. A conquista da anistia política também foi um dos aspectos substanciais para tal crescimento, pois seus principais líderes, dentre eles Prestes, ressurgiam no cenário público brasileiro.

O recomeço perpetrado no final dos anos 1950 mostrou-se peculiar na tentativa de “vivificar a comunidade”. Prática frequente dos partidos comunistas, a revitalização do grupo neste momento ultrapassava a constituição de “bodes expiatórios” e das práticas de “limpeza sagrada”. “Regenerar” não se limitava ao restabelecimento do tempo mítico da revolução bolchevique, pois trazia consigo o significado de “dar nova existência a” formas de execução da revolução socialista. Evidentemente não se rompia de vez com a tradição soviética, mas procurava-se extinguir qualquer vínculo com o período stalinista, ao mesmo tempo em que se traçava uma concepção revolucionária voltada para o nacional. Por isso, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, a orientação política instituída em 1958 foi vista como a “certidão de batismo”, o documento que promovera o “renascimento” do partido na forma como se organizou nos anos subsequentes.

#### **4.4. Impactos de novos caminhos políticos e estratégicos**

Aquele ano de 1956, em que todos ansiavam pelas resoluções marxista-leninistas, guiadoras do movimento comunista internacional, projetou-se como o mais terrificante golpe nas organizações revolucionárias. A estabilidade esperada com os documentos soviéticos transformou-se em extrema vulnerabilidade de estrutura, princípios e estratégias. O misto de perplexidade e paralização inicial atestavam o grande abalo na consciência comunista

---

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 202.

provocado pelo XX Congresso do PCUS, capaz de alterar significativamente o “modo de ser e de pensar dos partidos comunistas”<sup>247</sup>.

No transcurso da crise gerada a partir da ruptura com o sistema do culto à personalidade e as denúncias ao comportamento “perverso” de Stálin, uma reviravolta nas condições de sustentação do comunismo era instaurada. O movimento internacional revolucionário, que se aglomerava em torno da União Soviética se fragmentava em concepções diferenciadas de marxismo e marxismo-leninismo. Rompia-se “o monopólio do apelo revolucionário, e da teoria e ideologia que o unificavam”. De acordo com Eric Hobsbawn, surgiram “muitas espécies diferentes de marxistas, várias de marxista-leninistas, e até dois ou três diferentes tipos entre os poucos partidos comunistas que, após 1956, mantinham o retrato de Yosif Stalin em suas bandeiras”<sup>248</sup>. Em outras palavras, naquele momento a URSS deixava de ser o núcleo centralizador e orientador das propostas revolucionárias de viés comunista, pois as vicissitudes ocasionadas pelas declarações no congresso soviético engendraram o questionamento da submissão às diretivas que vinham de Moscou, assim como insuflaram um movimento de retorno ao “leninismo puro” e à busca das particularidades nacionais para a construção do caminho revolucionário de cada país.

Além disso, as condenações ao passado soviético, relegadas somente à Stálin, seriam transportadas àqueles que compunham o Comitê Central do PCUS, por sua culpabilidade em consentir, ou mesmo participar, das transgressões que agora eram expostas ao público. Nesse sentido, a nova direção do partido seria também algoz da “crise de legitimação” instalada nos primeiros anos de sua atuação<sup>249</sup>. A trama desencadeada pelo relatório Krushev resultaria em um processo prejudicial aos próprios objetivos do grupo diretivo da União Soviética. Extrapolando os limites de legitimação, os efeitos das denúncias tomariam uma dimensão funesta ao domínio do PCUS sobre o movimento comunista internacional.

Neste âmbito, Palmiro Togliatti, secretário-geral do Partido Comunista Italiano foi um dos principais “renovadores” da concepção de revolução mundial, amparada na autonomia das organizações comunistas para traçarem suas estratégias revolucionárias de acordo com a

---

<sup>247</sup> VINHAS, Moisés. *Op. cit.*, p. 178.

<sup>248</sup> Segundo Hobsbawn, entre estes estavam: o chinês, o albanês e o indiano. Cf. HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 435.

<sup>249</sup> Conforme Christopher Binns, “the new regime took some time to consolidate. Only in 1957 was Khrushchev's ascendancy finally established. Not that there was any crisis of governmental control. But there was a crisis of legitimation”. Cf. BINNS, Christopher. *Op. cit.*, p. 172.

conjuntura de seus países de atuação<sup>250</sup>. Um dos primeiros dirigentes a comentar resolutamente as resoluções do XX Congresso, Togliatti afirmava ser “necessário adotar um sistema que não será apenas baseado na experiência história da construção socialista realizada na União Soviética, mas que tomará em consideração os múltiplos centros de orientação e diversas experiências nacionais”<sup>251</sup>. Era a primeira vez que se questionava publicamente a Revolução de 1917 como o “arquétipo de todo gesto criador”, assim como a URSS como um laboratório, no qual os comunistas se espelhariam para repetir aquele mundo em suas regiões. Assim, alguns partidos comunistas, especialmente europeus, encabeçados pelos italianos, se afastavam amplamente de Moscou. Além disso, no decorrer dos anos 1960, o conflito com a China, a divisão da “união socialista” em Estados com graus de lealdade variados e a invasão da Tchecoslováquia edificariam o golpe final no “internacionalismo proletário”. A partir deste momento, “tornou-se normal mesmo partidos comunistas alinhados com Moscou criticarem a URSS em público e adotarem políticas distintas das moscovitas”<sup>252</sup>.

No contexto brasileiro, as deliberações do PCUS suscitariam uma nova configuração de agrupamentos no interior do PCB. Como decorrência do debate aberto nas páginas dos jornais comunistas, as diferentes interpretações sobre decorrências da crise do mundo socialista puderam ser divididas em três tendências: a “renovadora”, a “conservadora” e o “centro programático”. As duas primeiras foram estigmatizadas nas figuras respectivas de Barata e Arruda, sendo decompostas simultaneamente a suas configurações como os “grandes culpados” por todos os desvios partidários. O “centro pragmático” emergia como a corrente vitoriosa, com Luiz Carlos Prestes a frente. Esta foi a responsável pelo processo de reestruturação partidária e a confecção de uma linha política que se expressava como condizente com as novas concepções revolucionárias.

---

<sup>250</sup> Neste ponto, precisamos destacar uma tendência anti-stalinista que possivelmente já influenciava fileiras do partido comunista, no Brasil. Conforme o historiador Murilo Leal, desde 1954, trotskistas agrupados no Partido Operário Revolucionário (POR) passaram a adotar a prática do “entrismo” no PCB, que tinha por objetivo formar uma corrente “marxista-revolucionária” nos movimentos stalinistas. Assim, o “território de caça” destes trotskistas “passava a ser não a mesma base social do PCB, mas a própria organização, a própria militância do PCB”. Com a crise de 1956, esta tendência viu a possibilidade de criar um partido marxista de “massas” para ocupar o “espaço abandonado pelo stalinismo”. Dessa forma, os integrantes do movimento inseridos no meio pecebista entraram nas discussões do XX Congresso, participando da luta interna, mas rechaçando as cisões e a destruição do partido. Seu objetivo era permanecer no PCB, para reforça-lo e formar uma vertente de oposição ao Comitê Central. Ver: PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A esquerda da Esquerda. Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo (1952 -1966)*. São Paulo, Editora Paz e Terra. 2004.

<sup>251</sup> Informe de Togliatti abre debate sobre problemas do Socialismo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.846. 27 de junho de 1956, p. 03.

<sup>252</sup> HOBBSAWN, Eric. *Op. cit.*, p. 436.

Com a eliminação das divergências, o Comitê Central reordenado revivificava os mecanismos de “revitalização” partidária, com a responsabilização de dirigentes pelos desvios da atuação pecebista e pelas concepções errôneas que surgiram no decorrer do debate. Além disso, lançavam sua proposta de “renovação” política, baseada na construção de uma “via nacional” para a revolução, através da *Declaração de Março* de 1958. A importância deste documento para a análise da história do PCB está na inflexão que promove no pensamento pecebista, representando uma “ruptura qualitativa”, como supõe Moisés Vinhas. O autor considera que é neste momento que os comunistas brasileiros começam a se libertar do “sectarismo” e “dogmatismo” presente na relação limitante com a doutrina soviética. Contudo, é preciso destacar que esta ruptura não era radical, pois ainda comungava com algumas visões da linha política anterior. O termo “ruptura” é utilizado no que tange ao caminho revolucionário a partir de formas pacíficas, “a única vez que isso é dito com todas as letras na história do PCB, depois da legalidade”<sup>253</sup>.

Ao mesmo tempo em que o documento representava a orientação para a militância, sua finalidade ainda abarcava o esforço de legitimação da nova direção, com a renovação de métodos, percepções e política. Com este objetivo, a linha arquitetada continuava a se sustentar no referencial soviético, com uma pequena influência de outras perspectivas que se formavam. Ainda que algumas propostas do grupo “renovador” fossem absorvidas, principalmente aquelas que a conjuntura impunha, como a frente única ampla e a participação no movimento nacionalista, a nova orientação procurava estabelecer uma diferenciação entre os “revisionistas” e “liquidacionistas” afastados do partido e seus verdadeiros “defensores”. Dessa forma, o posicionamento do CC delineava sua consolidação tanto no âmbito externo, quanto interno: o vínculo com a frente nacionalista intentava evitar o isolamento do partido na política brasileira; a modificação de algumas táticas revolucionárias era indispensável diante daquela crise, mas era o esteio do marxismo-leninismo que permitia aos militantes pecebistas, “educados” no período stalinista, absorver a nova linha política “sem perder a fé no partido”<sup>254</sup>.

A conjuntura aberta pela crise instaurada após o XX Congresso possibilitou a configuração da década de 1960 como uma “fase intensa e singular” da história do Partido Comunista do Brasil. A aceitação da *Declaração de Março* não havia sido unânime mesmo entre os dirigentes que resistiram à luta interna. Nas discussões para a elaboração do V

---

<sup>253</sup> VINHAS, Moisés. *Op. cit.*, p. 182

<sup>254</sup> SEGATTO, José Antônio. *Op. cit.*, p. 74.

Congresso, em 1960, estes denunciavam o “direitismo” e o “revisionismo” da nova linha política, que colocava o partido a reboque da burguesia. Os conflitos internos gerados só se acirraram no decorrer do ano seguinte. Em agosto de 1961, o novo Comitê Central reestruturou os estatutos do partido para promover seu registro no Tribunal Superior Eleitoral. Acusado de ser a “seção brasileira do comunismo soviético”, por isso o nome Partido Comunista *do Brasil*, o partido fora colocado na ilegalidade em 1947. Agora, com vistas à aceitação do registro pelo TSE, os estatutos definiriam a mudança de sua legenda para Partido Comunista Brasileiro, conservando a mesma sigla (PCB). Neste momento, eram retiradas do programa político as referências ao marxismo-leninismo, devido a críticas sobre uma possível subordinação a Moscou.

As fundamentações então adotadas geraram conflitos internos. Em protesto escrito, conhecido como a “Carta dos cem”, os opositores ao grupo hegemônico no CC definiam que a orientação expressa nos estatutos de 1961 condizia com a “negação do partido revolucionário”. A atitude dos principais dirigentes, estagnados em torno de Prestes, marcava mais uma cisão nas fileiras do PCB, uma vez que os principais responsáveis foram excluídos do partido. No início de 1962, o grupo expulso elegeu uma nova direção partidária, votou novos estatutos e se reorganizou, declarando-se herdeiros do partido fundado em 1922. Desde então o país passaria a ter dois partidos comunistas. Fundou-se o PCdoB, o Partido Comunista do Brasil, sob a direção de João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois<sup>255</sup>.

Lutas internas, cisões e rupturas. A vitória da direção partidária não estava consolidada. Internamente o Comitê Central havia derrotado os projetos contrários às suas perspectivas. Nasceram os embriões das esquerdas da esquerda, amparadas na crítica ao “reformismo” do PCB e nas propostas de enfrentamento armado. Desta forma, “para os comunistas do PCB, era como se de nada houvesse valido ter vencido estas tendências no interior do partido, em longo e penoso processo. Elas haviam reaparecido, com ainda maior consistência e força, agora fora dos quadros partidários”<sup>256</sup>.

Os desdobramentos do debate instalado em 1956, além de revelaram insatisfações latentes, novas posições políticas e produziram várias cisões em todas as camadas pecebistas, trariam consequências funestas para a imprensa partidária. Extrapolando o âmbito da atuação política e da fragmentação de seu efetivo, no campo jornalístico as mudanças também seriam

---

<sup>255</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge Luiz (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>256</sup> AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Op. cit.* (2002), p. 92.

profundas. Além da expulsão de grande parte da camada intelectual que compunha e dirigia os jornais do partido, a própria estrutura destes acabou sendo alterada. No que concerne especificamente ao *IP*, durante as discussões verificamos que a disposição do diário carioca foi toda concentrada para atender a infinidade de cartas que chegavam a suas redações. Nesse contexto, a seção “Tribuna de Debates”, voltava-se inteiramente para a publicação das opiniões de militantes e simpatizantes acerca do XX Congresso. O estabelecimento desta seção promoveu o reordenamento da estrutura do *IP*, visto que adquiria um espaço demasiado em suas edições.

Como a ilegalidade do partido dificultava a ajuda a sua imprensa, o jornal vivia com problemas financeiros, como falta de papel e manutenção dos aparelhos para a produção diária. Por isso, os jornalistas elaboravam um jornal de seis a oito páginas, o qual em momentos de maior precariedade era edificado com oito páginas somente aos domingos. Com a intensidade das discussões, houve edições que quatro páginas eram reservadas à “Tribuna de Debates”. Em uma publicação pequena como aquela, era conceder ao embate de opiniões hegemonia frente ao que era noticiado. Nos momentos mais fervorosos daquele processo, a função inicial do *IP*, de dedicar-se a matérias mais amplas que atingissem várias camadas da população, era posta em segundo plano. Após o encerramento da querela, o diário carioca passou a ser utilizado pelo grupo diretivo que saíra vitorioso da luta interna. Começavam a aparecer na imprensa artigos “encomendados” de militantes “preferenciais”, “para, com os poréns necessários, explicar o novo pensamento da direção partidária sobre a realidade emergente do nacionalismo”<sup>257</sup>. Mas, a situação já precária havia se agravado com a saída dos principais jornalistas e com a expulsão de Agildo Barata, responsável pela Comissão de Finanças. Grande parte da imprensa comunista não sobreviveria àquele amargo ciclo da década de 1950<sup>258</sup>. Em meados de 1958 a publicação do *Imprensa Popular* foi encerrada. Em seguida o jornal oficial dos comunistas, o *Voz Operária*, foi fechado e o PCB, que nos anos anteriores edificou uma das maiores cadeias jornalística do país, não dispunha de nenhum jornal diário.

---

<sup>257</sup> SANTOS, Raimundo. *Op. cit.*, p. 32.

<sup>258</sup> O jornal oficial do partido, *Voz Operária*, deixou de ser publicado em 1959, voltando a circular somente entre 1964-1975, na clandestinidade. Ainda nos anos 1980, o grupo liderado por Luiz Carlos Prestes editou alguns números, contrapondo suas ideias às posições do Comitê Central. Cf. FERREIRA, M. de M. Verbete – *Voz Operária. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o tempo, fui sentindo um vazio enorme dentro de mim. Sentia-me triste e pessimista, sem perspectiva política e ideologicamente frustrado<sup>259</sup>.

Consolidado no período stalinista, “ser comunista” englobava o comprometimento tanto político, quanto existencial, com a doutrina consolidada pela Revolução Russa de 1917 e orientadora das organizações que tinham como modelo de sociedade a União Soviética. Ao entrar para a militância revolucionária, o indivíduo subordinava-se à coletividade encarnada na vanguarda, se despersonalizava diante das exigências e necessidades da organização, passando a assimilar a narrativa mítica instituída pelas entidades comunistas, baseada, sobretudo, nas figuras infalíveis daqueles que as guiavam. Nesse sentido, a rigidez dos princípios induzia o militante comunista a adotar um “comportamento ‘normal e conformista’”, mesmo que pensasse diferente. É o que podemos definir como o isomorfismo das instituições comunistas, pelo qual o consenso pré-estabelecido de princípios e ações, amparado nos mecanismo de coesão, delimitava o grupo revolucionário e elevava o partido à encarnação da “vontade coletiva”, possuidor do “saber maior”.

Contudo, no decorrer da pesquisa nos deparamos com redimensionamentos do significado do que era “ser comunista”. Após as deliberações do XX Congresso do PCUS, principalmente com a confirmação da legitimidade do relatório atribuído a Krushev, instalou-se uma crise no movimento comunista mundial que além de questionar aquilo que os soviéticos denunciavam, suscitou uma reconfiguração no espírito dos revolucionários. Processo que no Brasil seria revelado nas páginas da imprensa pecebista, com a insubmissão ao discurso contido na estratégia da *tensão máxima* a partir da abertura do debate sobre as questões candentes propagadas de Moscou. Naquele momento, quando os intelectuais põem fim ao longo silêncio que petrificava as fileiras partidárias, a iniciativa autônoma em relação à direção rompia não só com princípios estatutários, mas também com todo o imaginário edificado em torno do partido e de seus “guias”, que construía a própria identidade de um revolucionário.

---

<sup>259</sup> FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000; p. 459.

Além da conduta insubordinada dos jornalistas que tiveram a iniciativa de começar a discutir as publicações soviéticas, grande parte da militância não permaneceria indiferente aos questionamentos elaborados. Pelo contrário, logo que João Batista de Lima e Silva divulgou sua carta nos jornais do partido, inúmeros militantes quebraram a crosta dos postulados coletivos e se embrenharam na discussão com posicionamentos que extrapolavam os antigos consensos. Era um processo completamente novo em que a militância pecebista ultrapassava a velha síndrome da *tensão máxima* e trazia novas percepções acerca do papel de cada militante e da organização como um todo no movimento revolucionário. Dessa forma, passaram a questionar abertamente o “mandonismo” do grupo diretivo, a falta de voz das outras camadas partidárias, a celebração dos dirigentes e o próprio PCB como o grande “guia” e detentor do saber “verdadeiro” capaz de desencadear a revolução brasileira. Neste ínterim, para muitos “ser comunista” convertia-se na personalização do indivíduo, principal agente das mudanças prementes na estruturação interna e na política externa da organização. “Ser comunista” transcendia a assimilação da mitologia e visão do partido, não mais significava “devoção total”.

A citação do início deste excerto, de João Falcão, ilustra bem este processo de reconstituição da alma comunista. A partir do momento que os mecanismos de coesão do partido brasileiro eram rompidos, assim como a tradição marxista-leninista e sua aplicação no Brasil eram questionadas, rachaduras na narrativa mitológica que envolvia a vida dos revolucionários eram produzidas. As denúncias de Krushev sobre a conduta de Stálin e as posteriores críticas ao socialismo soviético, vindas principalmente dos partidos comunistas europeus, proporcionaram a ruptura com “a mística da infalibilidade dos dirigentes partidários” e a eclosão de uma avaliação crítica das crenças que defendiam, o que anteriormente acontecia somente quando os militantes deixavam a organização. Antes, a maneira sacralizada de explicar o mundo oferecia aos pecebistas crenças, pretensões e representações sociais que condicionava toda a trajetória do militante, fazendo-o negar tudo aquilo que contestava o imaginário comunista. Mas, após 1956, a fissura no discurso mítico acarretou o questionamento de toda uma vida estruturada em princípios declarados degradantes. “Diante dos olhos do militante, ruíam mitos, hierofanias, cratofanias, teologias e toda uma ordem simbólica que regia a própria existência”. Mais do que ressentimentos, o “revolucionário sofria um processo de desorientação cultural”<sup>260</sup>.

---

<sup>260</sup> FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. cit.* (2002), p. 304.

No transcurso da intensa luta de opiniões que se espalhou pelo *IP* podemos identificar, porém, que as representações do espírito comunista não foram homogêneas. Embora as mudanças na natureza de muitos militantes fossem verificadas, principalmente os que compunham a camada intelectual, parte da militância manteve incólume o cercado mitológico que perpassava todo o imaginário comunista. Para esta categoria, formada em grande medida por militantes de organizações de base, o mito político criado em torno de Stálin, da União Soviética e da direção pecebista não sofreria maiores abalos.

A preocupação do grupo que se reordenava no Comitê Central era a de agregar duas concepções existenciais diferenciadas para compor uma nova visão política. Precisava-se abarcar a nova consciência expressa pela intelectualidade do partido, pois esta não era uma questão particular do PCB, visto que as declarações do XX Congresso produziram um movimento amplo de questionamento do que era ser revolucionário naquele momento. Ao mesmo tempo em que as propostas políticas introduzidas necessitavam ser paramentadas pelo referencial teórico “científico” do marxismo-leninismo, para que fossem facilmente absorvidas pela maioria dos militantes, “educada” nos anos em que Stálin esteve no poder. Compunha-se um esforço de renovação de métodos, perspectivas e política, mas “sem exceder os limites dos princípios ideológicos e partidários ou organizacionais”<sup>261</sup>. Assim, arquitetou-se a *Declaração de Março de 1958*, que compreendia os primeiros passos de uma linha partidária alicerçada na moderação política, em suas concepções “reformistas” e fundamentalmente atentas à realidade nacional. Com a eliminação da vertente “renovadora” e o afastamento de grande parte da intelectualidade do partido, o documento surgia com a finalidade de “alinhar e reanimar” a militância em torno do projeto do novo grupo diretivo.

No decorrer do debate desencadeado após as acusações vindas de Moscou podemos compreender que o contexto instaurado em 1956 possibilitou o surgimento de um momento singular no que concerne à relação do Partido Comunista do Brasil e o marxismo-leninismo. Singular, pois, pela primeira vez o questionamento profundo da tradição soviética indicava a libertação dos comunistas brasileiros do pano de fundo que orientava suas estratégias. Partindo da perspectiva de Mark Bevir, acreditamos que a tradição não é um ente coercitivo, que delimita os caminhos os quais aqueles que a adotam possam percorrer. Pelo contrário, ela é apenas o ponto de partida, aberta a mediações dos indivíduos<sup>262</sup>. Mas, no caso do marxismo-leninismo, o discurso mitológico desenvolvido no período stalinista que o envolvia se

---

<sup>261</sup> SEGATTO, José Antônio. *Op. cit.*, p. 73.

<sup>262</sup> BEVIR, Mark. *Op. cit.*

estabelecia como uma “couraça”, que impossibilitava o surgimento de qualquer pensamento que obstruísse as conexões temporais e conceituais por ele engendrado. As revelações do XX Congresso contra o culto à personalidade e, principalmente, acerca do papel de Stálin na história do comunismo romperam o grosso revestimento da tradição tornando incontrollável o aparecimento de novas interpretações sobre o mundo soviético, a estrutura dos partidos comunistas e o próprio vínculo do PCB com os princípios marxista-leninistas.

Esta nova constituição entre indivíduos e tradição foi primordial para a manifestação de diferentes perspectivas do que era “ser comunista”, provocando nos anos posteriores frequentes embates de opiniões e fragmentações nas fileiras pecebistas, consolidando os embriões da “nova esquerda” brasileira. Dessa forma, os reflexos daquela época, além de possibilitarem a extensão da tradição soviética e do modo como era aplicada no Brasil, foram também significativos para a crítica de um sistema unitário de revolução socialista, antes aceito por um coletivo moldado nos mecanismos dos estados-maiores revolucionários. Aqueles meses de discussão profícua, no Brasil, abalaram elementos primordiais de poder do partido comunista: a disciplina incondicional e o imaginário mítico em torno da sabedoria dos dirigentes.

## FONTES

### Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional

#### **Jornal *Imprensa Popular***

ABREU, Sebastião de. Por um debate construtivo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.968. 20 de novembro de 1956, p. 05.

Agildo Barata no caminho do anticomunismo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.157. 07 de julho de 1957, pp. 01 -02.

AMADO, Jorge. Uma discussão que está em tôdas as cabeças. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.936. 11 de outubro de 1956, p. 03.

AMAZONAS, João. Salvar a unidade do Partido, primeiro dever do comunista. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.025. 27 de janeiro de 1957, p. 06.

AMAZONAS, João. A glória de Stálin é imortal. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.363. 06 de março de 1953, p. 01.

AMAZONAS, João. Mobilizemos as massas para conquistar a anistia. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.752. 06 de março de 56, p. 1.

AMAZONAS, João. O XX Congresso do PCUS. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.739. 19 de fevereiro de 1956, p. 01.

AMAZONAS, João. As massas, o individuo e a História. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.013. 13 de janeiro de 1957, p. 04.

A nova política dos comunistas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.367. 19 de março de 1958, p. 01.

ANTUNES, Waldir. Sobre a questão da responsabilidade individual e coletiva no culto da personalidade entre nós. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.991. 16 de dezembro de 1956, p. 05.

Alerta a todos os jornalistas e democratas. Enviado ao Congresso o projeto conta a liberdade de imprensa. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.935. 10 de outubro de 1956, p. 01-02.

ALVES, Mário. Os comunistas e o movimento nacionalista. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.162. 13 de julho de 1957, p. 03.

AKCELRUD, Isaac. Pela discussão, contra o ‘Prato Feito’. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.935. 10 de outubro de 1956, p. 03.

ARAÚJO, Carlos de. Debater sim, mas dentro dos princípios. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.937. 12 de outubro de 1956, p. 03.

ARMANDO, José. O debate e o internacionalismo proletário. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.070. 23 de março de 1957, p. 02.

ARRUDA, Diógenes. Renovar o Partido e derrotar o Antipartido. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.162. 24 de julho de 1957, p. 03.

Artigos para o debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.057. 08 de março de 1956, p. 02.

AZAMBUJA, Leôncio. O Relatório K. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 03.

BARATA, Agildo. Pela democratização do Partido. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.025. 27 de janeiro de 1957, p. 06.

BENTO, Augusto. Em torno do artigo do companheiro Agildo Barata. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.043. 17 de fevereiro de 1957, p. 06.

BOMFIM JÚNIOR, Orlando. Os 60 anos de Prestes. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.301. 27 de dezembro de 1957, p. 03.

BORGES, João Caminha. Em torno do artigo de Octávio Brandão. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n. 1.952. 30 de outubro de 1956, p. 03.

BRANDÃO, Octávio. A política de quadros. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.949/n. 1.950. 26 de outubro de 1956/ 27 de outubro de 1956, p. 03.

BRANDÃO, Octávio. Insídia e Chalaça. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 03.

BULHÕES, Antônio. Discussão ampla, completa e livre. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.939. 14 de outubro de 1956, p. 03.

CALDAS, J. B. Uma opinião sobre o debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.962. 11 de novembro de 1956, p. 05.

Carta de Diego Rivera a Prestes: em perigo eminente tudo o que significa arte, cultura e vida. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.209. 07 de setembro de 1957, p. 03.

Cartas, mensagens, poemas, flores. Motivo: 3 de janeiro. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.701. 03 de janeiro de 1956, p. 08.

CARVALHO, Quintino de. A luz do XX Congresso. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.777. 05 de abril de 1956, p. 03.

CARVALHO, Thelma de. Um debate que não estava em nenhuma cabeça. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 03.

CASTRO, Moacyr Werneck. Uma discussão que está em tôdas as cabeças. Sem extirpar o dogmatismo não conseguiremos avançar. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.937. 12 de outubro de 1956, p. 03.

Comunicado do Comitê Central do P.C.B. *Imprensa Popular*. Rio e Janeiro, n. 2.208. 06 de setembro de 1957, p. 01.

Declara o jurista e deputado Gabriel Passos: nenhum jornal pode ser fechado por defender ideias comunistas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.857. 10 de julho de 1956, p. 01-02.

Declaração do Bureau Político do Partido Comunista Francês. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.843. 23 de junho de 1956, p. 03.

Declaração do Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Em face das declarações feitas por Agildo Barata a um semanário burguês contra o Partido e o Movimento Operário. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.124. 28 de maio de 1957, p. 03.

DANTAS, Letício de Campos. Não há casos pessoais. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.961. 10 de novembro de 1956, p. 05.

DAVET, Ouvar. Contra o carreirismo, de alto a baixo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.955. 02 de novembro de 1956, p. 03.

Encontrado Ozéas assassinado nas matas do Alto da Boa Vista. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.730. 07 de fevereiro de 1956, p. 02.

ESCOUTO, Aurélio Meireles. Contribuição de um operário do Paraná. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.009. 09 de janeiro de 1957, p. 02.

FEITOSA, Braz Alves. Vitória do movimento revolucionário sôbre as forças anti-revolucionárias. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 10.

FERREIRA, José. A liderança e o culto à responsabilidade. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.991. 16 de dezembro de 1958, p. 05.

FRANCO, André. A unidade do Partido é indestrutível. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.072. 26 de março de 1957, p. 02.

FREIRE, Eduardo S. M. Que as bocas se abram, mas... não para engulir moscas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.946. 23 de outubro de 1956, p. 03.

FREIRE, Eduardo S. M. Que as bocas se abram, mas... não para engulir moscas. *Imprensa Popular*. Rio e Janeiro, n. 1.946. 23 de outubro de 1956, p. 03.

GORENDER, Jacob. A extrema direita do nacionalismo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.142. 18 de junho de 1957, p. 03.

GORENDER, Jacob. Sôbre o patriotismo dos comunistas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.153. 02 de julho de 1957, p. 03.

Grosseira provocação da polícia política. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.938. 13 de outubro de 1956, p. 03.

Importantes problemas debatidos na palestra de N.S. Kruschiov com o redator-chefe do jornal 'New York Times'. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.123. 26 de maio de 1957, p. 03.

Importantíssima declaração do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.851. 13 de julho de 1956, p. 03.

Informe de Togliatti abre debate sobre problemas do Socialismo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.846. 27 de junho de 1956, p. 03.

JURANDIR, Dalcídio. Ofensivas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.835. 14 de junho de 1956, p. 03.

JURANDIR, Dalcídio. Uma discussão que está em tôdas as cabeças. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.934. 09 de outubro de 1956, p. 03.

KONDER, Victor M. O culto à personalidade explica tudo? *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.964. 14 de novembro de 1956, p. 05.

LIMA E SILVA, João Batista. Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em tôdas as cabeças. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.932. 06 de outubro de 1956, p. 03.

LUCENA, Arlindo. Alguns Problemas do Debate (conclusão). *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.075. 29 de março de 1957, p. 02.

MACHADO, Francisco S. Críticas que nada revelam de construtivo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n.1.984. 08 de dezembro de 1956, p. 05.

MACHADO, João Augusto. Observações ao Projeto de Resolução. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.961. 10 de novembro de 1956, p. 05.

MAIA, Ernesto Luiz. O Programa, tema de discussão indispensável. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.938. 13 de outubro de 1956, p. 03.

MARIGHELLA, Carlos. Carta de Prestes e o Internacionalismo Proletário. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.007. 06 de janeiro de 1956, p. 03.

MARTINS, Dulce. Venham todos ao debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.007. 06 de janeiro de 1957, p. 09.

MATOS, Darci de. Exemplo vivo de subestimação. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.034. 07 de fevereiro de 1957, p. 02.

MELO, Newton; VELOSO, Ney. Algumas divergências. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.945. 21 de outubro de 1956, p. 03.

MENDONÇA, Rivadavia. Ação e debate por uma grande imprensa. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.932. 06 de outubro de 1956, p. 03.

MOTTA LIMA, Pedro. A Imprensa Popular ao povo brasileiro: Carta Aberta. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.883. 09 de agosto de 1956, p. 01-02.

MOTTA LIMA, Pedro. Para começo de conversa num debate apaixonante. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.936. 11 de outubro de 1956, p. 03.

NASCIMENTO, Carlos. A implacável batalha contra os erros não abole a fraternidade. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 09.

NETTO, A. Pinheiro Machado. Por que não se publica o Informe Secreto de Krushiov? *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.945. 21 de outubro de 1956, p. 03.

O Comitê Central do PCB traça a nova política dos comunistas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.366. 18 de março de 1958, p. 03.

OLIVEIRA, M. B. Por um debate objetivo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 04.

O P. C. Britânico favorável às observações e Togliatti e do PCF. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.843. 23 de junho de 1956, p. 05.

Outros dois telegramas. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n. 1.952. 30 de outubro de 1956, p. 03.

O XX Congresso do Partido Comunista da U.R.S.S. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.771. 28 de março de 1956, p. 03.

Ozéas, mais uma vítima da sanha criminosa da polícia política. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.731. 08 de fevereiro de 1956, p. 02.

PEDERNEIRAS, J. Teria sido um mito o prestígio de Stálin? *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.964. 14 de novembro de 1956, p. 05.

Pedro Motta Lima restituído à liberdade. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.826. 03 de junho de 1956, p. 01-02.

PEREIRA, Astrojildo. Discussão e ação. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.049. 24 de fevereiro de 1957, p. 06.

PEREIRA, Astrojildo. Ainda o trabalho intelectual. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.998. 25 de dezembro de 1956, p. 05.

PEREIRA, Astrojildo. Discriminações inadmissíveis. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.004. 03 de janeiro de 1957, p. 02.

PINTO, Etelvino. O movimento operário e comunista mundial não está em crise. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.053. 01 de março de 1957, p. 02.

Plano fascista contra a liberdade de imprensa: fechamento da Imprensa Popular e outros jornais trama Kubitschek. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.840. 20 de junho de 1956, p. 01-02.

PONTES, Benedito. O Relatório Secreto de Krushiov e suas conseqüências. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956, 04 de novembro de 1956, p. 03.

Porque o culto da personalidade é alheio ao espírito do marxismo-leninismo. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.779. 07 de abril de 1956, p. 05.

Porque leio a Imprensa Popular. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.919. 21 de setembro de 1956, p. 05.

PORTELLA, José. Corrigir erros, reconsiderar atitudes e traçar novos rumos. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.963. 13 de novembro de 1956, p. 05.

PRESTES, Luiz Carlos. Mensagem de Luiz Carlos Prestes ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.363. 06 de março de 1953, p. 01.

PRESTES, Luiz Carlos. Mensagem do Partido Comunista do Brasil ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.747. 29 de fevereiro de 1956, p. 01.

PRESTES, Luiz Carlos. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.798. 29 de abril de 1956, p. 03.

PRESTES, Luiz Carlos. Importante carta de Luiz Carlos Prestes ao C.C. do P.C.B. sobre o debate político. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.968. 20 de novembro de 1956, p. 03.

Programa do Partido Comunista do Brasil. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.739. 19 de fevereiro de 1956, p. 05-06.

Projeto de Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o Culto à Personalidade e Suas Conseqüências – A Atividade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.943. 19 de outubro de 1956, p. 03.

RÊGO, Carlos. Ainda o XX Congresso. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.956. 04 de novembro de 1956, p. 04.

SÁ, Plínio Lazier. ‘Prato feito’ não será mais servido – e, se for, será recusado. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.946. 23 de outubro de 1956, p. 03.

Salve 3 de janeiro. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.701. 03 de janeiro de 1956, p. 01.

SANTOS, Altamir. Uma carta para o debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.968. 20 de novembro de 1956, p. 05.

SANTOS, Licínio Costa. Carta aberta aos camaradas. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.957. 06 de novembro de 1956, p. 05.

SANTOS, N. A. Considerações sôbre o debate. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.955. 02 de novembro de 1956, p. 03.

SANTOS MORAES. Não pode e não deve ser atingida a unidade de nosso movimento. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.938. 13 de outubro de 1956, p. 03.

SEIXAS, José de. Stálin e a grandeza da União Soviética. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.960. 09 de novembro de 1956, p. 05.

SERRA, Miguel. O caminho mais curto. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.958. 07 de novembro de 1956, p.05.

SILVA, Manoel Soares. Injustiça também dói. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.962. 11 de novembro de 1956, p. 05.

SILVEIRA, Lena. A discussão e as dúvidas em tôrno do atual programa. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.950. 27 de outubro de 1956, p. 03.

SOARES, Elias. Um debate que não estava em nenhuma cabeça. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.939. 14 de outubro de 1956, p. 03.

SOARES, Ivete. Sôbre alguns métodos de trabalho. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.957. 06 de novembro de 1956, p. 05.

Sôbre a unidade do Partido. Resolução do Comitê Central do PCB. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 2.094. 21 de abril de 1957, p. 03.

SQUEFF, Egydio. Ponto Pacífico. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.957. 06 de novembro de 1956, p. 03.

SQUEFF, Egydio. Ponto Pacífico - Uma discussão que está em tôdas as cabeças. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.946. 23 de outubro de 1956, p. 03.

SQUEFF, Egydio. Ponto Pacífico. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n. 1.951. 28 de outubro de 1956, p. 03.

Tenta a polícia dar como verdadeira a versão de que Ozéas se suicidou. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.740. 21 de fevereiro de 1956, p. 01-02.

TOCANTINS, Augusto. Um que não foi chamado à discussão. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.020. 22 de janeiro de 1957, p. 02.

Tôda a humanidade progressista festeja hoje o 86 aniversário de nascimento de V. I. Lênin. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.792. 22 de abril de 1956, p. 01.

Uma contribuição ao movimento nacionalista. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 2.162. 13 de julho de 1957, p. 03.

VARGAS, Almir. Considerações sôbre o projeto de resolução. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1.977. 30 de novembro de 1956, p. 05.

## **Outros jornais consultados**

GRABOIS, Maurício. Agitação e propaganda para milhões, fator decisivo para a vitória do Programa do Partido, novembro de 1954. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, n. 291. 11 de dezembro de 1954, p. 03.

Poderá degenerar em uma outra luta unipessoal pelo poder a nova direção coletiva na Rússia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 129. 06 de junho de 1955, p. 07.

Publicado por Washigton o discurso de Kruchev no Congresso do P.C. russo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, n. 19.384. 05 de junho de 1956, pp. 1/11.

Têxto integral do discurso de Khruschev sobre Stálin. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, n. 10.300. 05 de junho de 1956, pp. 1/4/15.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964, In: Ridenti, Marcelo; Aarão Reis Filho, Daniel (orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60 (Vol. 5)*. Campinas- SP. Editora Unicamp, 2002.

AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge Luiz (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. Editora Alfa-Ômega; São Paulo, 1978.

BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. *Memórias*. SP, Alfa-Ômega, 1978; p. 241-242.

BEVIR, Mark. *A lógica da História das Idéias*. Bauru; Edusc. 2008.

BINNS, Christopher A. P. The Changing Face of Power: Revolution and Accommodation in the Development of the Soviet Ceremonial System: Part II. *Man, New Series*, Vol. 15, No. 1 (Mar., 1980), pp. 170-18.

BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento —Brasil: JK-JQ*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARONE, Edgar. O PCB: 1943-1964. (vol. II). São Paulo, DIFEL, 1982.

CORRÊA, Hércules. Classe operaria e seu partido: Textos políticos do exílio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, R. O XX Congresso do PCUS e o PCP. In "*Estudos sobre o Comunismo*", 1985, n.º 3/4:1-15.

FALCÃO, Frederico José. O “relatório secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise . '*Usos do Passado*' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ: 2006; pp. 7-1.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Eduff: Mauad, 2002.

FERREIRA, Jorge Luiz. Os comunistas e os Novos Rumos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Verbete – Classe Operária, A*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV.

FERREIRA, Marieta de Moraes *Verbete – Tribuna Popular*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV.

FERREIRA, M. de M. *Verbete – Voz Operária*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV*.

FERREIRA, Marieta de Moraes *Verbete – Imprensa Popular*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Tradução Brasileira de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio: José Olympio, 1994.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. nll 34. julho-dezembro de 2004, pp. 91-115.

NOGUEIRA, M. A. *PCB: Vinte anos de política. 1958-1979 - Documentos*. São Paulo: Liv. Edit. de Ciências Humanas, 1980.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará 1995.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Editora Globo, 1962.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *À esquerda da Esquerda. Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo (1952 -1966)*. São Paulo, Editora Paz e Terra. 2004.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Record; v. 1.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 82.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: Fausto, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano - v.3*. São Paulo: Difel, 1983.

SANTOS, Raimundo. *O pecebismo inconcluso*. Seropédica, Itaguaí, RJ, Ed. Sociedade do Livro/UFRRJ, 1992.

SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução – as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGATTO, José Antônio, SANTOS, Raimundo. A Valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil. Volume 6 - Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007.

SOTANA, Edvaldo Correa. O engajamento intelectual de Jorge Amado: aspectos da militância comunista e repressão em ‘tempos de experiência democrática’. In.: RODRIGUES, Cândido Moreira; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Orgs.). *Intelectuais & comunismo no Brasil (1920-1950): Gustavo Barroso – Plínio Salgado – Alceu Amoroso Lima – Jorge Amado – Miguel Costa*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2011.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.